ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA – 2024

1 - Abertura do Encontro

O encontro teve início no dia 18 de outubro de 2024, às 8h, na sede do Sindsep-DF, em Brasília. Após o credenciamento dos participantes, o encontro foi aberto com as boas-vindas de Binho Zavaski, presidente da Ascema Nacional, seguido da apresentação dos membros da mesa. Entre os presentes estavam Sérgio Ronaldo, representante da Condsef, Edson Cardoni, também da Condsef, Mônica Carneiro, da comunicação do Sindsep e integrante da Diretoria Executiva da Condsef, além de Leandro Valentim e Alexandre Gontijo, da diretoria da Ascema.

Entre os temas abordados na abertura, destacam-se as críticas ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI), que vem priorizando órgãos de controle e arrecadação em detrimento de outras áreas essenciais. Também foi reforçada a importância da união entre associações e sindicatos nas reivindicações dos trabalhadores. Foi lembrada a pauta da disparidade salarial entre servidores que, na prática exercem a mesma função, mas devido ao nível de escolaridade do cargo, recebem remunerações diferentes.

De forma geral, a abertura do encontro foi marcada pela frustração devido à falta de avanço nas pautas ambientais. Também circulou entre os presentes uma carta do Sindsep[1] ao presidente Lula, que abordava questões sobre distorções salariais e outras reivindicações dos servidores.

2 - Leitura, discussão e aprovação do regimento interno

Leandro realizou a leitura do regimento do Encontro Nacional, conforme documento anexo**.** Após a leitura, o regimento foi submetido à aprovação pelos delegados presentes. Foram propostas algumas correções e ajustes no texto. Entre as correções destacadas estavam questões relacionadas aos pensionistas, debates sobre o nome do evento e a inclusão de detalhes sobre a participação de suplentes..

Os ajustes foram devidamente analisados e incorporados ao regimento final antes de sua aprovação oficial pelos presentes.

3 - Informes Nacionais

Sérgio abordou o processo de retomada das negociações com as entidades sindicais, mencionando que as negociações da mesa nacional foram suspensas e substituídas por diálogos nas mesas setoriais. Ele destacou que, ao focar em pautas gerais, acabaram aceitando a fragmentação das reivindicações em questões setoriais, um

[1] Disponível em: https://sindsep-df.com.br/47140-2/

processo imposto pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI). Durante sua fala, Sérgio também fez a leitura de uma carta ao presidente Lula.

Binho, em seguida, trouxe os informes da Ascema Nacional, destacando as dificuldades enfrentadas durante a greve, que incluíram uma multa significativa aplicada pela Advocacia-Geral da União (AGU) para encerrar o movimento. André (Café) Oliveira apresentou um demonstrativo financeiro da Ascema com detalhes das arrecadações, entradas e saídas desde janeiro de 2023, que evidenciou poucos recursos para manutenção da entidade, que ainda precisaria pagar os honorários da ação do STJ contra a greve. Esse demonstrativo será anexado ao relatório final.

4 - Informes dos estados

DF (MMA): foi abordada a dificuldade de manutenção da associação, que é pequena e nichada, especialmente em períodos de paralisação, onde o engajamento foi baixo. Como solução, foi proposto considerar permitir associações diretas à Ascema Nacional, sem a necessidade de filiação regional, para incluir membros que estão sem representação local. Também foi questionado se deveriam retomar a tentativa de implementar uma intranet para os associados.

DF: relatou-se que, embora a greve tenha contado com até 700 participantes em uma assembleia online, a mobilização presencial foi fraca, sem sucesso em fechar portões e com pouca adesão às atividades. Foi mencionado que a mesa de negociação não avançou como esperado, o que enfraqueceu ainda mais o movimento. Como estratégia para mobilização será realizada uma live com a Sabrina Fernandes para debater a crise climática e os problemas de gestão desta crise pelo estado.

CE: apontou dificuldades nas associações, como problemas com repasses e articulações, além de baixa participação em assembleias conjuntas (Sindsep + Asibama). Grande parte dos contribuintes são servidores mais velhos e de cargos com contribuições menores. Foi sugerido compartilhar assessoria de comunicação com outros estados.

SP e PR: enfrentaram dificuldades semelhantes, com um quadro reduzido de associados. A greve teve início com quórum razoável nas assembleias, mas depois perdeu força. A entidade no Paraná estava com o CNPJ congelado, mas conseguiu se integrar ao núcleo de São Paulo, especialmente com a chegada de novos servidores da fiscalização.

ES: a associação, que já foi forte e engajada, perdeu coesão após a pandemia e o governo Bolsonaro. mobilizou bem no início, mesmo sem chapa para assumir a liderança da associação.

RN: atualmente a Ascema-RN é composta majoritariamente por servidores da ativa, enquanto a Asibama, por ser mais antiga, tem um maior número de servidores aposentados. Houve boa adesão às paralisações. O estatuto foi modificado para que se torne um colegiado ao invés de uma “diretoria” da associação pois o formato de diretoria intimidava possíveis participantes.

PB: a mobilização foi prejudicada pelo início da greve durante um feriado (São João) e pela falta de fluxo interno de informações. A fiscalização teve pouca participação, e o número de associados ao Sindsep caiu drasticamente. Na última

assembleia se indicou a necessidade de estarem presentes na COP.

PE: a greve foi decidida em assembleia, mas posteriormente foi revertida após a decisão do STJ. Servidores mais novos e inexperientes nunca haviam passado por uma greve, mas foi uma experiência que os uniu apesar do resultado. Foi reforçada a necessidade de fortalecimento das entidades estaduais

MG: a greve foi marcada por baixa adesão, com muitos servidores em trabalho remoto e pouca participação presencial. Os servidores estão desmotivados, e as negociações foram vistas como imposições, sem avanços concretos.

PA: a Asibama mostrou força com quase 500 associados e uma participação expressiva na greve, especialmente entre servidores da fiscalização. No entanto, a mobilização enfraqueceu ao final. Também criticaram a data de início da greve no feriado regional. Novas eleições para a diretoria da associação devem acontecer em março do próximo ano.

RJ: os servidores realizaram ações como a ocupação do Cristo Redentor, e contaram com o apoio de celebridades como Ney Matogrosso e Glória Pires. Mesmo assim, no final acabaram desmobilizando. além de críticas à desarticulação com outras carreiras e o fraco envolvimento da nacional no comando da greve. Foi reforçado o papel no comando de greve que a nacional deve ter.

RS: conseguiram que uma servidora da carreira assumisse a superintendência pois antes eram pessoas de fora e despreparadas. Houve três encontros estaduais e, embora a associação seja pequena e com maioria de pensionistas/aposentados, ela está bem financeiramente, também há uma parceria forte com o sindicato. Falta voluntários para a próxima gestão.

AC: houve boa adesão à greve entre os servidores do Ibama, enquanto no ICMBio a participação foi fraca. A greve gerou bastante visibilidade, especialmente com o apoio do senador Sérgio Petecão, autor do projeto de lei sobre o adicional de fronteira. A maioria dos servidores são novos e têm insegurança em participar das greves devido ao estágio probatório.

5 - Informes jurídicos[2]

Diego Vega, advogado da Associação, apresentou um relatório sobre os processos que está disponível no site da Ascema Nacional. Ele afirmou que desde a greve de 2010 até a seguinte, que aconteceu somente em 2024, houve uma grande perda de informações, o que prejudicou a organização do movimento. Segundo Diego, o declínio das greves tradicionais é um fenômeno comum em diversas categorias. Ele mencionou que foi impetrado um mandado de segurança com base no artigo 531 do STF, que versa sobre o desconto de dias não trabalhados em caso de greve, para impedir o corte de ponto dos servidores, mas o caso não tem precedentes claros.

Diego concordou com a proposta de uma data única para o início das greves e afirmou que as mobilizações são conduzidas localmente, não pela instância nacional. Ele sugeriu que o regimento interno das entidades sindicais poderia incluir regras mais claras sobre a organização das greves. Em relação à decisão do STJ nos dias 2 e 3 de agosto,

[2] Disponível em: https://ascemanacional.org.br/2024/10/18/relatorio-juridico-18-10-2024/

ele ressaltou que a Advocacia-Geral da União (AGU) e o ministro responsável fizeram interpretações equivocadas sobre o conceito de serviço essencial, afetando diretamente as atividades do Ibama e do ICMBio. A audiência de conciliação não resultou em um acordo formal, mas houve um diálogo mínimo, principalmente no ICMBio, para desfazer as exigências da AGU, que demandava 100% dos servidores ativos.

Diego também destacou que três das quatro ações movidas contra as terceirizações no âmbito do decreto 9507/2018 avançaram. O decreto permitiu que terceirizados executassem atividades que deveriam ser desempenhadas por servidores de carreira, gerando desigualdade salarial e precarização. Segundo a juíza do caso, o ICMBio precisaria demonstrar que pode funcionar sem esses funcionários terceirizados, o que não faz sentido pois esse déficit de servidores poderia ser suprido através de novos concursos - modalidade prevista por lei para tal. O problema da terceirização também já atingiu o Ibama. Além disso, o governo ainda não cumpriu o acordo de 2016 referente à indenização de campo para servidores.

6 - Avaliação de conjuntura

Cardone, representando a CONDSEF, iniciou sua fala destacando que qualquer análise de conjuntura precisa abordar o genocídio em curso na Palestina, criticando a manutenção das relações diplomáticas do Brasil com Israel. Ele frisou que essa questão já é alvo de disputa da extrema direita e afirmou que os trabalhadores devem combatê-la, argumentando que, tal situação abre precedentes para que países imperialistas ajam de forma semelhante em locais de seu interesse.

Cardone também criticou a ausência de reformas fundamentais para a classe trabalhadora, manifestando-se contra o novo arcabouço fiscal e a carta de sindicatos em apoio ao STF, uma instituição que, segundo ele, retira direitos dos trabalhadores. Ele observou que, enquanto não houver uma ruptura com o imperialismo e com a política orientada pelo capital financeiro, o apoio das bases ficará comprometido.

Quanto aos servidores federais, ele destacou que, embora esteja garantido um reajuste anual até 2026 com ganho real, as desigualdades entre carreiras públicas continuam a se aprofundar, especialmente com a priorização de concursos para cargos de nível superior. Segundo ele, isso restringe as oportunidades para que os jovens ingressem e cresçam no serviço público, promovendo a desigualdade e estagnando a mobilidade social. Ele observou que, atualmente, há mais aposentados do que ativos e que falta uma renovação via concurso..

Por fim, foi mencionada a proposta que o salário mínimo no setor público siga o cálculo do DIEESE e foi reafirmada a importância de sindicatos que reúnam pautas coletivas dos trabalhadores, combatendo o foco excessivo em interesses individuais e corporativistas.

Duilio observou que questões ambientais, como mudanças climáticas, desmatamento e licenciamento, são tratadas como despesas pelo governo, enquanto as distorções salariais entre carreiras públicas e a falta de investimento nos CETAS também são preocupantes. Considerou a judicialização da greve um retrocesso.

Cláudio reforçou a fala de Cardone sobre a Palestina e afirmou que a recuperação

salarial recente cobre apenas as perdas inflacionárias, sem compensar os seis anos de déficit. Ele considera o afastamento dos trabalhadores dos sindicatos um problema estrutural, resultado do neoliberalismo global, e defendeu a revogação das reformas trabalhista, previdenciária e, inclusive, do ensino médio, fazendo uma crítica à presença de fundações privadas na transição governamental da área educacional, em vez de universidades públicas. Ressaltou que a luta de classes deve permanecer central nos debates e condenou a desoneração da folha de pagamento uma vez que previdência, educação e saúde são prejudicadas por essa política.

André (Café) reiterou seu apoio a uma postura anticolonial e à libertação da Palestina. Com a mudança de governo, ele destacou que houve uma esperança de melhorias, especialmente após a resistência ao governo anterior e à pandemia, mas as negociações mostraram-se duras e sem espaço para demandas dos servidores. Café concorda com a tese da CONDSEF, reforçando que o individualismo deve ser combatido pelas entidades e que para isso, as entidades precisavam retomar um trabalho de base intenso para se reaproximar dos servidores, reforçando que o individualismo deve ser combatido pelas entidades. Ele observou que a força política da classe trabalhadora está em falta e que a democracia exige engajamento contínuo, e não apenas durante as eleições. Café considerou que a primeira greve foi uma experiência marcante para muitos servidores, indicando a necessidade de construir unidade e manter um diálogo frequente com os trabalhadores.

Vera destacou que a mobilização nunca foi fácil e que, em greves passadas, mesmo com pressões e riscos, os servidores mantinham-se engajados. Poucos se interessam pelo pós-greve, voltando ao ciclo de diárias que muitos servidores da área precisam para se manter. Ela indagou por que representantes, como a ministra Marina e o presidente do Ibama Rodrigo Agostinho não se posicionaram em prol dos servidores. Também questionou se seria o momento de dialogar com a Funai uma vez que há o movimento de “igualar” as carreiras.

Denis mencionou que as expectativas de reconhecimento no novo governo se mostraram ilusórias. Ele acredita que, cada vez mais, os servidores ambientais são reconhecidos pela sociedade, especialmente pela imprensa, o que deve ser aproveitado para engajamento público. Denis considerou relevante criar um diálogo com os servidores, buscando engaja-los nas associações e fortalecendo a conexão com a sociedade.

Binho lembrou que os servidores eram tratados deliberadamente como inimigos no governo anterior, com discurso anti-ambiental e abertamente contrário ao funcionalismo público. Ele afirmou que a retomada da mesa de negociações foi uma das principais vitórias recentes, após oito anos sem canal de diálogo e um longo período sem greves mas que teve muita luta e resistência. Outras conquistas mencionadas por Binho incluem o aumento das diárias e a duplicação da proposta inicial de acréscimo no PECMA, além da ampliação do quantitativo de vagas para concursos novos do ICMBio e IBAMA e a chamada complementar para o MMA. Embora as assembleias e eventos virtuais tenham alcançado bons números de participação, ele reconheceu que os novos formatos de trabalho remoto e não presença fisica dos servidores nas Unidades dos orgãos, dificulta a

organização, a mobilização e a visibilidade do movimento.

Lazlo ressaltou a importância de manter o diálogo com os novos servidores, promovendo uma reeducação política e sindical para o engajamento com a causa pública.

Leandro alertou para a necessidade de organização da esquerda após a radicalização dos conservadores e o crescimento da extrema-direita.

Elisabeth falou sobre o momento global desafiador, no qual se observa a perda de valores coletivos e de solidariedade, o que vem se refletindo na carreira pública. Ela elogiou o trabalho de formação política realizado pela ASIBAMA-DF, considerado essencial para capacitar os servidores a analisar as questões conjunturais. Também reforçou a importância de acolher e abrir espaço para os novos servidores nas associações, promovendo a união.

Mariana apontou a dificuldade de unificação entre servidores, defendendo uma abordagem para unir as carreiras e desenvolver a “carreira típica de Estado”.

Eduardo mencionou a desconexão entre a realidade social do Brasil e a percepção do serviço público, evidenciando que o trabalho dos servidores impacta diretamente uma população muitas vezes alheia às suas atividades e representações políticas.

Ivone destacou que a unidade é essencial para o movimento, pedindo apoio também dos servidores aposentados.

Rogério constatou que havia expectativa de capital político acumulado devido aos acenos feitos à área durante as eleições, mas a realidade se mostrou diferente. Ele comentou que o governo atual teve que se esforçar para se aproximar da polícia, e que o bloco das carreiras ficou desfavorecido. Rogério enfatizou que a fraqueza do movimento está nas divisões internas, defendendo a necessidade de unificação entre técnicos e fiscais.

7 - Avaliação do Movimento dos Servidores da CEMA e do PECMA

CE: jovens tendem a se sindicalizar e associar mais facilmente. A resistência é maior entre os servidores mais antigos que ainda não se associaram. O último congresso propôs um plano de cargos e salários pelo PECMA, mas a proposta enfrentou resistência e parecia pouco viável.

RS: por sorte, a ASCEMA-RS se salvou das enchentes por estar no último andar e conseguiu manter suas atividades, apesar do caos no estado. As reuniões do CN foram longas e exaustivas, mas a participação do ICMBio foi constante, com boa presença nas reuniões híbridas.

Nesse momento, houve uma breve interrupção das avaliações para uma palavra da Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Divida Pública. Ela compareceu brevemente ao encontro para distribuir uma cartilha que explica o surgimento da dívida pública brasileira e como ela prejudica os trabalhadores.

ES: O estado conta com IBAMA e ICMBio, além de unidades marinhas como o Projeto Tamar. A base tem muitos aposentados, e a participação presencial em greves foi baixa. No entanto, o Sindsep-ES foi reativado e contribuiu com discussões sobre a greve.

PB: A ASIBAMA na Paraíba está praticamente inativa, com o ICMBio

crescendo no estado. O Ibama teve baixa adesão à greve, com assembleias sem quórum. Houve um clima de intimidação com ameaças de corte de pontos.

PR: Iniciaram o ano com energia, mas o superintendente era ausente, dificultando processos. Tentaram substituí-lo e, apesar da desilusão, intensificaram articulações políticas, perdendo o receio de reivindicar demandas publicamente.

SP: O MGI não aceitou propostas para diminuir as diferenças entre técnicos e analistas. Criticou o governo, que usou pautas ambientais para angariar votos, mas deixou a área desamparada após a eleição.

Sugeriu-se um rodízio para ajudar a compor o comando nacional e foi reforçado que a multa é destinada à associação e não ao servidor individualmente. Também trouxeram a questão de como realizar greves em tempos de trabalho remoto.

DF: criticou-se a judicialização da greve e cobrou posicionamento do Ministério do Meio Ambiente e Ibama para defender os servidores ambientais. Também elogiou o engajamento dos servidores durante as paralisações.

AC: o número de associados cresceu, inclusive durante a greve. No entanto, as atividades do período tiveram pouca adesão.

RJ: mencionou um grupo dos fiscais, o Fisc Luta, que debate frequentemente as pautas ambientais, e que deveria haver um movimento de trazê-los para a associação.. Houve adesão à greve na unidade local e até cobertura pela TV, mas a judicialização e a ameaça do corte de ponto dificultaram o processo. Sugeriu criar um plano de ação para situações semelhantes que venham a acontecer.

PE: reforçou a importância dos servidores do meio ambiente nos sindicatos, uma vez que é necessário que haja representação de seus interesses nesses espaços. A base tem muitos aposentados, e a filiação é baixa. Defendeu que é preciso fortalecer a relação entre servidores, associações e sindicato.

Condsef: Mencionou os desafios da judicialização e criticou a alta multa diária que fere o direito de greve. Também foi relembrada a questão dos planos de saúde, que têm aumentos anuais enquanto os salários dos servidores foram congelados por anos não acompanhando sequer a inflação desse período.

DF: O comando nacional teve problemas e a saída da greve foi precipitada. Há um ano para consolidar melhorias e preparar futuras mobilizações, com eleições da ASCEMA nacional no próximo ano.

O quadro funcional, que contava com 8.555 servidores em 2002, está praticamente pela metade. As reuniões de comando de greve foram exaustivas, mas conseguiram conquistar amplo apoio, inclusive de mais de 60 deputados e senadores que assinaram a favor da paralisação. Menos de um terço do orçamento foi destinado aos órgãos ambientais, o que se refletiu na recente crise com os incêndios pelo país.

8 - Apresentação dos problemas levantados em relação ao movimento, prioridades a serem tratadas relacionadas a nossa proposta de reestruturação

O segundo dia do encontro teve início com a fala de Binho sobre a mesa de negociações e a reestruturação da carreira. Ele reforçou que as decisões de greve devem ser estaduais, não

determinadas pela ASCEMA Nacional ou a Condsef e que isso é legítimo e legal seguindo as instâncias e etapas necessárias para a orientação e deliberações do movimento. Também destacou quanto aos concursos que foram garantidos pela gestão, que o edital do ICMBio está previsto para novembro e do IBAMA para dezembro. .

André (Café), abriu o documento que continha as propostas de reestruturação de carreira elaboradas no último encontro para feedback de como foram as negociações com o MGI e novas sugestões. Ele informou que a primeira reunião da mesa de negociações foi em outubro do último ano. Nela, foi apresentada a proposta que sugeria a parametrização com a Agência Nacional das Águas (ANA) mas infelizmente não houve margem para negociação.

Goretti mencionou o Programa de Gestão por Desempenho (PGD) que o governo deseja implementar e como este faria a gratificação por desempenho perder o sentido. Também foi mencionada a parametrização que a Funai conseguiu com os órgãos ambientais e questionadas as implicações que isso pode ter.

Tânia alertou sobre o problema dos policiais militares em órgãos do Sisnama e lembrou que houve, inclusive, um PL que buscava atribuir a eles competência exclusiva da fiscalização ambiental, mas foi retirado do projeto.

Alexandre criticou a "negociação" com os servidores que foi uma imposição sem diálogo e questionou a ausência de debate com os trabalhadores durante um governo do Partido dos Trabalhadores. Vera lembrou que, historicamente, reformas administrativas raramente são discutidas com os servidores e propôs dialogar com a FUNAI para identificar pontos comuns.

Rogério reforçou que a ASCEMA não é contra os técnicos e destacou a conquista da GQ3. Apontou que o próximo passo é lutar para que a GDAEM seja ampliada para todas as categorias. Goretti lembrou que, apesar da GQ3 ser positiva, ela não resolve o problema da disparidade entre técnicos e analistas uma vez que ela contempla todos os servidores e assim a disparidade se mantém.

Eduardo lembrou que o governo, embora se declare contra a PEC 32, está promovendo uma revisão das carreiras que não beneficia a categoria e favorece a terceirização.

Cláudio mencionou que ainda é possível melhorar a remuneração dos técnicos, mesmo que não alcance o ideal proposto anteriormente, mencionando as gratificações de risco e atividades em fronteiras.

Vinícius elogiou as atividades de formação política, principalmente a TV Ascema. Sugeriu realizar questionários para fomentar pensamento crítico e questionar o que as bases querem.

Binho destacou que a luta deve ser unificada com outras carreiras, ampliada e que devemos em conjunto com outras carreiras do executivo somar nas lutas gerais dos servidores federais, incluindo a grande atenção necessária nos PLs que ameaçam o licenciamento ambiental e a autonomia dos órgãos ambientais.

Sérgio mencionou que o espelhamento da tabela da FUNAI com a carreira ambiental garantiu alguns avanços no ano passado, mas outras categorias não conseguiram o mesmo e precisam lutar para recuperar esses direitos.

9 - Apresentação das propostas vindas das assembleias nos estados

RJ: rever a questão das gratificações, espelhamento do PECMA e lutar pelo reconhecimento da carreira como típica de Estado. Além disso, foi sugerido uma campanha de filiação, observando como entidades fortes, como as do Pará e Paraíba, conduzem este trabalho. Também foi proposta uma articulação para que a associação esteja presente na COP 30.

AC: padronização das contribuições das associações, excluindo aquelas que têm estrutura diferenciada. Lembrou que já deveria ter acontecido um concurso de remoção do ICMBio. Sugeriu a diferenciação das tarefas de analistas e técnicos para evitar desvios de função, um concurso interno para cargos de chefia com mandatos de quatro anos, e a criação de um plano de combate ao assédio moral. Sugeriu uma mobilização para assegurar a presença de servidores na COP 23.

ES: Propôs uma reconfiguração da estrutura associativa para ser possível se filiar diretamente à Nacional.

MMA: propôs requalificação dos exames laborais, incluindo exames psicológicos. Sugeriu um estudo comparativo com outras carreiras e uma consultoria para preparar a reestruturação da carreira. Além disso, recomendou reorganizar a associação nacional sob um único CNPJ, permitindo reconhecimento dos núcleos, mas com todos inscritos na mesma entidade. Por fim, lembrou que foram a proposta mais votada no Plano Clima e que isso deve ser usado a favor dos servidore..

SP/PR: Laslo propôs fortalecer a carreira como típica de Estado e criou um grupo de trabalho para analisar propostas da PEC. Cláudio sugeriu a atribuição de responsabilidades específicas para cada pauta prioritária. Criação de grupos de trabalho para revisar entidades inativas e os processos de filiação, associados e intranet.

CE: rever contagem de horas extras para servidores em campo, lutar contra os aumentos dos planos de saúde enquanto salários não sobem e que quem exerce funções de nível superior, independentemente de titulação, seja remunerado de acordo.

RN: criticou a distribuição de cargos nos concursos bem como a burocracia que os servidores passam para receber os adicionais de insalubridade.

DF: colocou como prioridade o espelhamento do PECMA, e sugeriu realizar ajustes no regimento interno para dar mais flexibilidade à organização.

RS: Observou que muitas posições nos núcleos possuem remunerações que não condizem com o volume de trabalho e as responsabilidades, o que dificulta seu preenchimento. Questionou se há realmente interesse em ocupar esses espaços.

PE: combater as terceirizações no licenciamento ambiental e ICMBio. Lembrou que se a carreira for considerada típica de Estado essa questão seria resolvida. Também defendeu que os núcleos permaneçam mas que seja oferecida uma remuneração justa pelo trabalho neles.

Ao final da apresentação das propostas Fernando, da assessoria de comunicação da Ascema Nacional fez uma breve fala relembrando o trabalho realizado desde o último encontro. Destacou o trabalho da assessoria durante a greve, e como

alcançaram com cobertura internacional em veículos como Le Monde Diplomatique e New York Times. Afirmou que o apoio dos núcleos foi fundamental, sendo muitas das pautas trazidas pela base. Finalizou a fala reforçando que a mídia é um espaço importante que deve ser disputado e utilizado para contar as histórias dos servidores e levar dados importantes ao público.

10 - Assembleia e votação de propostas

O plano de lutas elaborado no último encontro foi revisto e atualizado de acordo com os temas debatidos e se encontra nos anexos da relatoria. Entre os encaminhamentos mais relevantes encontram-se a luta contra a PEC 32 e buscar entender melhor a reforma administrativa. Para isso será feita uma live em conjunto com a Condsef para trazer essas questões ao debate coletivo. Também foi proposto formar um GT para avaliar as funções e os benefícios de gratificações e adicionais como a GAR, periculosidade, adicional de fronteira, entre outras.

No tocante aos direitos trabalhistas, foi proposta a definição de uma data base para que os salários acompanhem a inflação. Sugere-se também se pautar pela Convenção 151 da OIT, que regula o direito à negociação coletiva no setor público, incluindo o direito de greve e a garantia de um mandato classista para a representação dos trabalhadores. Esses pontos foram destacados como centrais para garantir mais proteção e condições justas de trabalho.

Para o próximo ano, há uma forte expectativa de participação na COP 30 e em eventos como o encontro do G20. Esse tema será debatido entre as associações futuramente.

Ao fim das alterações e revisões do último plano de luta foi feita a votação do mesmo que foi aprovado por todos os delegados presentes.

ASCEMA NACIONAL

Lista de Credenciamento
Encontro Ordinário da Ascema Nacional
Brasília -DF, 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	FONE	E-mail	Status	Assinatura
1	Sidney Ferreira de Oliveira	AC		SIDNEY.OLIVEIRA@ICMBIO.GOV.BR	Delegado	[signature]
2	Francisco João J. Moreira	CE	85 991171917	fjjurencio@terra.com.br	Delegado	[signature]
3	Tânia Maria de Souza	MMA/DF	61 98412 7849	tania.souza@mma.gov.br	suplente	[signature]
4	Márcia de Oliveira	MMA/DF	—	—	—	—
5	Pablo de Ávila Saldo	MMA/DF	61 98561 4227	pablo.saldo@gmail.com	DELEGADO	[signature]
6	André Oliveira da Silva	DF	61 98277-8504	ANDRE-OLIVEIRA.SILVA@IBAMA.GOV.BR	DELEGADO NATO	[signature]
7	Cleberson Carneiro Zavaski	DF	998837557	CABINHO@GMAIL.COM	DELEGADO	[signature]
8	Duílio Ribeiro Tunes	DF	981106229	duilio.advogado@ibama.gov.br	Delegado	[signature]
9	Rogério Eliseu Egewarth	DF	61 981424895	rogerioee@gmail.com		[signature]

ASCEMA NACIONAL

Lista de Credenciamento
Encontro Ordinário da Ascema Nacional
Brasília -DF, 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	FONE	E-mail	Status	Assinatura
10	Maria Goretti de Melo Pinto	DF	(61)99617-8668	mgorettip@yahoo.com.br	Delegado eleito	[illegible]
11	Roberto Martins Agra	DF	—	—	—	—
12	João Pedro Guerra G. C. dos Santos	DF	61 998328188	CURSINOJOAO@GMAIL.COM	DEL. ELEITO	[illegible]
13	Alexandre Bahia Gontijo	DF	(61)98163-8565	GONTIJO.AB@GMAIL.COM	DEL. NATO	[illegible]
14	Pedro ~~Armengol~~ Costa	DF	(61)(9)982 985716	PAC1944@gmail.com	Del. Indep	[illegible]
15	Vinicius de Seixas Queiroz	ES	(27) 981811900	vsqueiroz@gmail.com	Del. Eleito na base	[illegible]
16	Maria da Conceição de O. Ferreira	MG	(31)988325268	MACONFER@GMAIL.COM	Delegada	[illegible]
17	Ivone Maria Carvalho Rocha	MG	(31)988040511	SRCMI@yahoo.com.br	Delegada	[illegible]
18	Vilma Moreira dos Santos	MG	31987231191	Vilma Moreira dos Santos	Delega	Vilmaparaopeba@[illegible]
19	Lorena da Costa Souza	PA	91-98311 3639	lorena_csouza@hotmail.com	delegada eleita	Lorena da Costa Souza

ASCEMA NACIONAL

Lista de Credenciamento
Encontro Ordinário da Ascema Nacional
Brasília -DF, 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	FONE	E-mail	Status	Assinatura
20	Elivan Arantes de Sousa	PB	83 986802631	ELIVAN.ICRIBIO@GMAIL.COM	Delegado	
21	Mariana de Abreu Momesso	PE	81999993673	marianamomesso@gmail.com	delegada	
20	Eduardo de Albuquerque Melo	PE	81.95160972	eduardinho72@yahoo.com.br	Delegado Coordenador	
21	Denis Helena Rivas	RJ	21982221768	DENISHRIVAS@GMAIL.COM	DELEGADO	
22	Leandro Valentim	RJ	21988052070	LEBROMAR@GMAIL.COM	Delegado Nato	
23	Tiago Saulo Freire Costa	RN	84 98820-1607	tiago.costa.serv@gmail.com	Delegado	
24	Joelsio Luiz Barbosa dos Santos	RS	51 993283447	JOELSIO.SANTOS@HOTMAIL.COM	DELEGADO	
25	Roberto Reis Sordi	SC				
26	Cláudio Rodrigues Fabi	SP/PR	13 998111128	claudiorfabi@yahoo.com.br	Delegado	

ASCEMA NACIONAL

Lista de Credenciamento
Encontro Ordinário da Ascema Nacional
Brasília -DF, 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	FONE	E-mail	Status	Assinatura
27	Daniela Pivoto Pinto	SP/PR	41999412242	danipivoto@gmail.com	Delegada	
28	Lazlo Macedo de Carvalho	SP/PR	13-99784-0140	Lazlodecarvalho@hotmail.com	Delegado	
29	Vera Elen Nascimento Freitas	SP/PR	19996446172	vera.elen.freitas@gmail.com	Delegado	
30	Edison V. Cardoni			edison.cardoni@gmail.com	Delegado	
31	Mônica M. Lourenço	DF	61 99970 3915	secretariadecomunicacaoascendef@gmail.com	Del	
32	Sergio Ronaldo	DF	61-99673191	sergio13.ronaldo@Gmail.com	Del.	
33	Maria de Jesus S. Silva	DF	61 99958 3935	mariadejesusbr@gmail.com	DEL	
34	EDILSON JOSE MUNIZ	DF	981185494	edilson.muniz@ead.com.br	DEL	
35						

ASCEMA NACIONAL

Lista de Presença
Encontro CEMA-PECMA 2024
Brasília-DF, de 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	STATUS	FONE	E-MAIL	18/10	19/10	20/10
1	Sidney Ferreira de Oliveira	AC	Delegado	(68)992923008	sidney.oliveira@icmbio.gov.br			
2	Francisco João J.Moreira	CE	Delegado	(85)991171917	jjuvencio@terra.com.br			
3	Rogério Eliseu Egewarth	DF	Delegado	(61)981424835	rogerioee@gmail.com			
4	André Oliveira da Silva	DF	Delegado/ Diretoria	(61)982778504	andrecafe27@gmail.com			
5	Maria Goretti de Melo Pinto	DF	Delegada	(61)96178668	mgorettimp@yahoo.com.br			
6	Cleberson Carneiro Zavaski	DF	Presidente	(61)999837557	cnbinho@gmail.com			
7	Duílio Ribeiro Tunes	DF	Delegado	(61)981106229	[illegible]			
7	Roberto Martins Agra	DF	Delegado					
8	João Pedro Guerra G. C. dos Santos	DF	Delegado	61 998328188	CURSINDJOAO@GMAIL.COM			
9	Pablo de Ávila Saldo	DF	Delegado (MMA)	(61) 985624227	pablo.saldo@gmail.com			

ASCEMA NACIONAL

Lista de Presença
Encontro CEMA-PECMA 2024
Brasília-DF, de 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	STATUS	FONE	E-MAIL	18/10	19/10	20/10
10	Pedro ~~Armengol~~ Costa	DF	Suplente DF	(61) 9992 9878	PAC1946@gmail.com			
10	Tânia Maria de Souza	DF	Suplente (MMA)	(61)984277849	tmtaniamarias673@gmail.com			
11	Márcia Oliveira	DF	Conselho Fiscal-Nata	(61) 981214733	biomarcia10@gmail.com			
12	Alexandre Bahia Gontijo	DF	Diretoria	(61)981638565	gontijoab@gmail.com			
13	Vinicius de Seixas Queiroz	ES	Delegado	(27)981811900	vsqueiroz@gmail.com			
14	Maria da Conceição de O. Ferreira	MG	Delegada	(31)988325268	maconfer@gmail.com			
15	Vilma Moreira dos Santos	MG	Delegada	~~(33)37141055~~ 31 98823 1141	~~moreirasantos-paraopeba@hotmail.com~~ vilmaparaopeba@...			
16	Ivone Maria Carvalho Rocha	MG	Delegada	(34)988040511	SRCMI@yahoo.com.br			
17	Lorena Costa de Souza	PA	Delegada	(91)983113639	lorena_csouza@hotmail.com			
18	Mariana de Abreu Momesso	PE	Delegada	(81)999993673	marianamomesso@gmail.com			
19	Eduardo de Albuquerque Melo	PE	Delegado	(81)981601972	duardinho72@yahoo.com.br			
20	Elivan Arantes de Sousa	PB	Delegado	(83)986802631	elivan.icmbio@gmail.com			

ASCEMA NACIONAL

Lista de Presença
Encontro CEMA-PECMA 2024
Brasília-DF, de 18 a 20 de outubro de 2024.

Nº	NOME	UF	STATUS	FONE	E-MAIL	18/10	19/10	20/10
21	Denis Helena Rivas	RJ	Delegado	(21)282221768	denishrivas@gmail.com			
22	Leandro Valentim	RJ	Delegado / Diretoria	(21)988052070	lebiomar@gmail.com			
23	Tiago Saulo Freire Costa	RN	Delegado	(84)988201607	tiago.costa.serv@gmail.com			
24	Joelsio Luiz Barbosa dos Santos	RS	Delegado	(51)993283447	joelsio63.santos@gmail.com			
25	Roberto Reis Sordi	SC	Delegado	(48)				
26	Claudio Rodrigues Fabi	SP	Delegado	(19)998111128	claudiorfabi@gmail.com			
27	Daniela Pivoto Pinto	PR	Delegada	41 999412242	danipivoto@gmail.com			
28	Lazlo Macedo de Carvalho	SP	Delegado	13-99784-0190	lazlo.carvalho@ibama.gov.br			
29	Vera Ellen Nascimento Freitas	SP	Delegada	(19)996940172	vera_ellen_freitas@yahoo.com.br			
30	EDISON V. CARDONI	DF	"	61 99902 1917	edisoncardoni@gmail.com			
31	MÔNICA MACHADO CARNEIRO	DF	"	61 99970 3915	secretariadecomunicacao@condsef@gmail.com			
32	José Alves de Souza Filho	PR	"	4 98423-0727	JASFILHO SIND@HOTMAIL.COM			

REGIMENTO INTERNO

ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA – 2024

CAPÍTULO I
DA REALIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 1º Trata o presente Regimento Interno do Encontro Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente – CEMA e do Plano Especial de Cargos do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente – PECMA, doravante denominado "Encontro Nacional", a ser realizado em Brasília/DF, no período de 18 a 20 de outubro de 2024, convocado pela Ascema Nacional e pela CONDSEF.

Art. 2º A realização do Encontro Nacional deverá ser precedida de Assembleias de servidores nas Unidades da Federação que contenham entidades vinculadas à Ascema Nacional ou à CONDSEF objetivando preparar a participação para o evento e a escolha dos Delegados de Base de que trata o art. 5º deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 3º São objetivos do Encontro Nacional:

I. avaliar o movimento dos servidores da área ambiental na campanha salarial de 2024, frente à celebração do Termo de Acordo nº 23/2024, de 12/08/2024, firmado com o Governo Federal para o biênio 2025/26;

II. debater as prioridades relacionadas à Proposta apresentada pelas entidades ao Governo em 06/10/2023; e

III. debater o Plano de Lutas para o período de outubro/24 a junho de 25.

CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 4º Poderão participar do Encontro Nacional os servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão da CEMA e do PECMA, e integrantes da Diretoria da CONDSEF e de seu Departamento Nacional de Trabalhadores do Meio Ambiente – DENTMA, que serão enquadrados nas seguintes categorias:

I. Diretores da Ascema Nacional, que possuem direito à voz e voto;

II. Diretores da CONDSEF e integrantes do DENTMA, que possuem direito à voz e voto;

III. Delegados de Base e respectivos Suplentes, eleitos em Assembleias realizadas pelas Entidades Filiadas à Ascema Nacional ou à CONDSEF, conforme art 5º deste Regimento Interno, que possuem direito à voz e voto;

IV. Observadores e convidados, que possuem direito à voz; e

V. Ouvintes, sem direito à voz e voto.

Art. 5º Os Delegados de Base serão servidores da CEMA e do PECMA eleitos em Assembleias locais na razão de um delegado para cada dez servidores presentes, devendo os eleitos serem sindicalizados ou associados à entidade filiada que convocou a Assembleia, nos termos do art. 19, §2º do Estatuto da Ascema Nacional e art. 62 do Estatuto da CONDSEF.

§1º Os Suplentes deverão ter sido eleitos na mesma Assembleia na qual se elegeu o Delegado de Base, na mesma proporção desses e observadas as mesmas regras e condições. Os Suplentes somente terão direito a voto quando credenciados no Encontro Nacional em substituição aos Delegados de Base.

§2º É proibida a duplicidade de candidatura e voto de Delegados de Base e respectivos Suplentes quando for convocada mais de uma instância da Assembleia na qual foram eleitos.

§3º Os Observadores somente serão eleitos quando não houver quórum na Assembleia para escolha de Delegados de Base e Suplentes.

CAPÍTULO IV
DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º A relação dos participantes deverá ser comunicada à Ascema Nacional até 07/10/2024, com o nome e lotação dos Delegados de Base e Suplentes eleitos, cabendo à Diretoria da Ascema Nacional avaliar, caso a caso, comunicações posteriores a essa data.

Art. 7º As atas e respectivas listas de presença das Assembleias devem ser encaminhadas com a relação dos participantes e, impreterivelmente, serem entregues até o credenciamento dos delegados.

Art. 8º O credenciamento dos delegados e convidados ocorrerá no local do evento, em Brasília, das 8h00 às 12h00 do dia 18 de outubro de 2024.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 9º O Encontro Nacional será composto pelos seguintes organismos: Comissão Organizadora; Comissão de Relatoria; Plenária e Assembleia.

§ 1º A Comissão Organizadora do Encontro Nacional será integrada por representantes da Ascema Nacional e da CONDSEF, sendo responsáveis por toda organização, orientação e ordenação dos trabalhos. Caberá à Comissão Organizadora propor o presente Regimento Interno, preparar a programação e indicar suas Mesas Diretoras, que serão, posteriormente, submetidas à aprovação dos respectivos participantes.

§ 2º A Comissão de Relatoria será composta por dois integrantes indicados pela Comissão Organizadora e, posteriormente, submetidos à aprovação dos participantes. Caberá a Comissão de Relatoria auxiliar as Mesas Diretoras durante a apresentação das propostas e encaminhar para a Ascema Nacional e CONDSEF, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, relatório consolidado do Encontro Nacional.

§3º A Plenária será composta pelos participantes devidamente credenciados no Encontro Nacional e que não estejam integrando a Mesa Diretora aprovada para a condução dos trabalhos. Caberá a Plenária se manifestar acerca dos temas debatidos, apresentar questões de ordem, encaminhamento e explicação, sempre observando o disposto neste Regimento Interno.

§ 4º A Assembleia será instalada para deliberação acerca dos pontos de pauta debatidos durante o Encontro Nacional e será composta pelos Delegados de Base e respectivos Suplentes credenciados, pelos Diretores da Ascema Nacional, pelos Conselheiros Fiscais da Ascema Nacional, pelos Diretores da CONDSEF e membros do DENTMA, além de convidados e observadores, observados os direitos à voz e voto estabelecidos no art. 4º deste Regimento Interno.

CAPÍTULO VI
DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES DA ASSEMBLEIA

Art. 10 Para a instalação da Assembleia é necessário o quórum de 50% mais um dos participantes devidamente credenciados ao Encontro Nacional.

Art. 11 As discussões realizadas durante a Assembleia serão mediadas pela Mesa Diretora, que organizará as inscrições e estabelecerá tempo máximo de fala para os inscritos.

§1º O tempo de fala para os inscritos será acordado previamente ao início dos debates, podendo ser revisto a depender do andamento dos trabalhos.

§2º Questões de Ordem e pedidos de explicação também terão tempo limite a ser acordado entre os presentes, incluindo o tempo para as respostas.

§3º A Mesa Diretora deverá garantir o direito de fala dos participantes, priorizando a inscrição daqueles que ainda não tiverem se manifestado durante os debates.

§4º Findo o período de debates, a Mesa Diretora anunciará os encaminhamentos e, caso necessário, abrirá o regime de votação para deliberação acerca do ponto de pauta.

Art. 12 As deliberações do Encontro Nacional serão adotadas durante a Assembleia, sendo encaminhada, sempre que necessária, votação de todos os participantes devidamente credenciados, observado o art. 4º deste Regimento Interno.

§1º As deliberações na Assembleia serão tomadas por aclamação ou por maioria simples, após aberto regime de votação

§2º As votações durante a Assembleia serão feitas pelo levantamento dos crachás dos participantes com direito a voto, que deverão ser contabilizados por integrante da Mesa Diretora e registrada a adesão a cada proposta.

§3º Após aberto regime de votação não serão permitidas questões de ordem, pedidos de explicação ou de encaminhamentos.

§4º As declarações de voto só serão permitidas nas votações de mérito por aqueles que se absterem durante a votação, podendo ser apresentadas oralmente, com tempo máximo de um minuto, ou por escrito à Mesa Diretora.

CAPÍTULO VII
DO ORDENAMENTO DAS MESAS

Art. 13 As Mesas Diretoras de cada Plenária serão formadas por um coordenador e dois secretários, indicados e aprovados conforme o §2º, art. 9º deste Regimento Interno.

Art. 14 Caberá à Mesa Diretora conduzir os trabalhos, orientando e organizando as inscrições, tempos de fala, apresentações de propostas e regimes de votação, assim como conceder ou não questões de ordem, encaminhamento e explicação.

§1º Não será permitido aos participantes solicitar questões relacionadas no *caput* para fazer outras intervenções senão o que de fato for objeto de solicitação à mesa.

§2º O encaminhamento da Mesa Diretora será sempre prioritário, entretanto, se houver impasse na Mesa ou entre a Mesa e participantes do Encontro Nacional, a Plenária decidirá qual o encaminhamento mais adequado, por aclamação, ou em regime de votação a ser encaminhado pela Mesa Diretora.

Art. 15 O tempo de fala dos participantes com direito à voz durante as Plenárias será de:

I. até cinco minutos para os informes estaduais e avaliação do movimento;
II. até dez minutos para análise de conjuntura;
III. até cinco minutos para apresentação de propostas;
IV. até três minutos para reinscrição.

§1º Caso necessário, a Plenária poderá solicitar a abertura de novas inscrições à Mesa Diretora, que poderá rever os tempos de fala determinados.

§2º Reinscrições deverão ser concedidas somente quando não houver mais inscrições de participantes que ainda não se manifestaram.

§3º A Mesa Diretora deverá estipular o tempo de fala para as questões de ordem, encaminhamentos e explicações.

CAPÍTULO VIII
DA PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL

Art. 16 A Programação do Encontro Nacional consta do anexo deste Regimento Interno, podendo ocorrer quaisquer alterações em seus horários em função da dinâmica dos trabalhos, desde que mantida a centralidade na pauta apresentada para discussão.

CAPÍTULO IX
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 17 Os casos omissos neste Regimento Interno deverão ser analisados pela Comissão Organizadora e submetidos à Plenária.

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CEMA E DO PECMA

Local: **Auditório do SINDSEP-DF (SBS Qd.01 Bl.K Ed. Seguradoras 17º andar)**

SEXTA-FEIRA – DIA 18/10/2024:

8h Início do Credenciamento

9h Abertura Solene do Encontro

9h30 Leitura, Discussão e Aprovação do Regimento Interno

10h - Informes Nacionais com a participação do Sr. Sérgio Ronaldo (Secretário Geral da CONDSEF) e Cleberson Carneiro Zavaski (ASCEMA Nacional)

10h30 Informes dos Estados

12h30 Almoço

14h00 Avaliação da Conjuntura

15h30 Avaliação do Movimento dos Servidores da CEMA e do PECMA – Campanha Salarial 2024

16h30 Intervalo para café

16h45 Continuação da Avaliação do Movimento dos Servidores da CEMA e do PECMA – Campanha Salarial 2024

19h – Finalização do Primeiro dia

19h30 Festa Confraternização do Encontro (Asibar)

SÁBADO – DIA 19/10/2024:

8h30 Apresentação dos problemas levantados em relação ao nosso movimento, prioridades a serem tratadas relacionadas a nossa proposta de reestruturação (disponibilizar na modalidade

digital e física)

10h30 Apresentação das propostas vindas das assembleias nos estados (disponibilizar na modalidade digital e física)

12h30 Almoço

14h Continuação da apresentação das propostas e plano de lutas

16h30 Intervalo para café

16h45 Abertura da Assembleia e votação das propostas

19h Finalização do Segundo dia

DOMINGO – DIA 20/10/2024:

8h30 Continuidade da Assembleia e votação das propostas

11h30 Encerramento do Encontro

1. Repasses das Entidades Filiadas	Sep2024	Aug2024	Jul2024	Jun2024	May2024	Apr2024	Mar2024	Feb2024	Jan2024	Observações
Ascema AM										Inadimplente (Repasses em aberto Maio/2019 a set/2024) Repassou 2.500,00 em Julho/2023 para part.no XII congresso – Lista associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE. Não cumpriram acordo firmado em Julho/2023
Asibama AC	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	R$80.00	Adimplente - entidade que contribui com o repasse extra. Lista de associados atualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE. **A Presidente repassa 50,00 (Pessoal)**
Asibama AP										Entidade desmobilizada, sem gestão desde agosto /2017 e repasses em abertos (2017 a 2024). Ausente no XII Congresso e Ausente no CE.
Asibama PA	R$ 2,220.00	R$ 2,220.00	R$ 2,220.00	R$ 2,220.00	R$2,220.00	R$2,220.00	R$4,440.00	R$2,220.00	R$ 2,220.00	Adimplente / Lista de associados enviada em Julho/24. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama RO										Entidade desmobilizada com gestão vencida, sem acesso a conta,possibilidade de eleição nos próx. meses- Repasse em aberto desde Jan /2020 a set/2024. Ausente no XII Congresso e Ausente no
Asibama TO				R$ 81.64	R$ 81.64	R$208.14	R$185.54	R$151.99	R$243.92	Adimplente / lista de associados atualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.Repasse até Junho/24. Repasse atrasado
Asibama AL	R$ 206.19	R$ 206.19	R$ 206.19	R$ 412.36	-	R$203.77	R$203.77	R$192.02	R$192.02	Adimplente.Lista de associados desatualizada. Ausente no XII Congresso e Ausente no CE. Processo eleitoral maio/23, conta bloqueada
Ascema Bahia										Entidade está sendo reestruturada e passou por novo processo de eleição mar/2023 - Repasses em aberto de Jan/18 a set/2024.Ausente no XII
Asibama CE	R$ 500.00	R$ 500.00	R$ 500.00	R$ 500.00	R$500.00	R$500.00	R$500.00	R$500.00	R$500.00	Adimplente - Entidade que contribui com o repasse extra para XII Congresso 2023. Lista associados desatualizada. Presente no XII Congresso e
Aema PE	R$ 856.86						R$1,372.67			Adimplente - Repasses Trimestrais. Lista associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE
Asibama PB		R$ 420.00								Repasses anual. último repasse Agosto/24. Lista associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE
Asibama MA				R$ 110.00		R$1,000.00				Adimplente ate jul/24 - Repasses Trimestrais. Lista associados desatualizada - Ausente no XII Congresso e Ausente no CE.
Ascema RN	R$ 152.12	R$ 157.09		R$ 2,101.98						Criada e associada a AN em 2017. - Repasses atualizados agosto/2024 e feitor de formaTrimestrais. Lista associados desatualizada. Presente no XII
Asibama SE										Entidade desmobilizada, sem gestão desde ano 2016 e repasses em abertos (2016 a set/2024).Ausente no XII Congresso e Ausente no CE- Processo eleitoral e bloqueio conta
Asibama PI										Entidade desmobilizada, ENCERRADA Formalmente em abril/2017
Asibama MS										Entidade desmobilizada, ENCERRADA Formalmente em maio/2018
Asibama DF	R$ 12,759.78	R$ 13,072.25	R$ 12,778.05	R$ 12,828.98	R$12,851.19	R$12,833.20	R$12,862.98	R$12,658.78	R$12,913.12	Adimplente com lista de associados atualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE
AsseMMA DF						R$ 200.00				Repasses feitos a Nacional de forma anual. Ultimo repasse Abril/2024 – Lista de associados desatualizada . Presente no XII Congresso e
Sintfama MT										Entidade reestruturada em 2022 passou por novo processo de eleição abril/2022 e abril/2024 – Em acordo para quitação do passivo- Repasses

Asibama GO	R$ 684.62	R$ 696.21	R$ 678.43	R$ 659.46	R$688.89	R$671.57	R$714.38	646.88	R$ 664.26	Adimplente – Lista de associados atualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama ES	R$ 453.67	R$ 450.62	R$ 3,138.62							Adimplente 2024 – Lista de associados desatualizada . Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama MG							R$ 13,676.24	R$1,703.50	R$ 1,707.27	Adimplente – Lista de associados atualizada . Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama RJ				R$ 1,433.90		721.71	R$737.54	R$1,296.06	R$ 887.95	Adimplente – Lista de associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Ascema SP	R$ 300.00	R$ 300.00	R$ 600.00		R$300.00	R$ 300.00	R$300.00	R$300.00	R$ 300.00	Adimplente – Lista de associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama RS	R$ 675.57	R$ 681.46	R$ 681.46	R$ 1,365.11	R$678.42	R$678.42	R$683.65	R$683.65	R$ 684.42	Adimplente - entidade que contribui com o repasse extra .Lista de associados atualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Asibama SC	R$ 524.53	R$ 526.01	R$ 1,026.85		R$510.73	R$508.93	R$507.95	R$527.72	R$ 519.04	Adimplente – Lista de associados desatualizada. Presente no XII Congresso e Participam do CE.
Subtotal 1	R$ 19,413.34	R$ 19,309.83	R$ 21,909.60	R$ 21,793.43	R$ 17,910.87	R$ 20,125.74	R$ 36,264.72	R$ 20,960.60	R$ 20,912.00	
2. Outros Créditos										
2.1 Venda de camisetas Floresta em Pé		R$ 40.00				R$0.00	R$30.00	R$545.00	R$35.00	
2.2 Rateio Entidades Eventos						R$0.00				
2.3 Rateio Entidades Seminários						R$0.00				
2.4 Doação - Campanha de Arrecadação - 2024	R$ 420.00	R$ 420.00	R$ 420.00	R$ 720.00	R$ 420.00	R$ 420.00	R$ 461.00	R$ 2,066.88	R$ 11,270.00	
2.5 Repasses referente a ressarcimentos			R$ 8,610.00							
Subtotal 2	R$ 420.00	R$ 460.00	R$ 9,030.00	R$ 720.00	R$ 300.00	R$ 420.00	R$ 491.00	R$ 2,611.88	R$ 10,885.00	
Total geral do mês	**R$ 19,833.34**	**R$ 19,769.83**	**R$ 30,939.60**	**R$ 22,513.43**	**R$ 18,210.87**	**R$ 20,545.74**	**R$ 36,755.72**	**R$ 23,572.48**	**R$ 31,797.00**	

LEGENDAS

Entidade com repasse mensal	Entidade com repasse anual	Entidade reestruturada em 2022 Acordo / não cumprindo acordo
Entidade com repasse trimestral	Entidade desmobilizada / Sem gestão	Entidade formalmente encerrada /extinta

MES _ANO 2024	Arrecadação Mensal (Repasses Entidades)
JANEIRO_2023	R$ 27,966.39
FEVEREIRO_2023	R$ 19,390.44
MARÇO_2023	R$ 28,176.71
ABRIL_2023	R$ 29,437.26
MAIO_2023	R$ 24,822.30
JUNHO_2023	R$ 30,285.42
JULHO_2023	R$ 29,772.58
AGOSTO_2023	R$ 9,041.90
SETEMBRO_2023	R$ 20,184.42
OUTUBRO_2023	R$ 33,500.06
NOVEMBRO_2023	R$ 21,845.39
DEZEMBRO_2023	R$ 18,768.63
MES _ANO 2024	**Arrecadação Mensal (Repasses Entidades)**
JANEIRO_2024	R$ 31,692.48
FEVEREIRO_2024	R$ 23,420.49
MARÇO_2024	R$ 35,324.69
ABRIL_2024	R$ 19,145.42
MAIO_2024	R$ 22,205.21
JUNHO_2024	R$ 22,513.43
JULHO_2024	R$ 30,939.60
AGOSTO_2024	R$ 19,769.83
SETEMBRO_2024	R$ 19,883.34

Aplicações (RF e BB Rende Fácil)	Poupança (Variação 51 / 96)
R$ 89,923.05	R$ 2,702.57
R$ 73,574.67	R$ 2,716.89
R$ 57,861.91	R$ 2,740.20
R$ 56,162.97	R$ 2,752.58
R$ 4.826,43	R$ 2,757.89
R$ 4.871,58	R$ 2,782.35
R$ 4,916.36	R$ 2,787.82
R$ 4,964.72	R$ 2,802.33
R$ 5,006.23	R$ 2,825.51
R$ 5,010.85	R$ 2,830.13
R$ 5,035.10	R$ 2,843.68
R$ 5,073.38	R$ 2,864.21
Aplicações (RF e BB Rende Fácil)	**Poupança (Variação 51 / 96)**
R$ 19,646.40	R$ 23,393.74
R$ 22,610.32	R$ 26,693.05
R$ 34,454.62	R$ 29,529.62
R$ 32,599.16	R$ 27,925.88
R$ 31,849.60	R$ 30,511.51
R$ 36,596.63	R$ 30,682.04
R$ 34,220.60	R$ 30,819.12
R$ 31,307.35	R$ 31,927.32
R$ 27,653.26	R$ 32,051.87

TOTAL DESPESAS
R$ 32,780.18
R$ 33,906.36
R$ 26,578.35
R$ 30,354.33
R$ 97,407.38
R$ 3,670.88
R$ 24,404.83
R$ 17,330.99
R$ 18,433.45
R$ 17,493.92
R$ 32,750.45
R$ 37,171.02
TOTAL DESPESAS
R$ 35,147.92
R$ 21,022.86
R$ 23,565.51
R$ 23,870.34
R$ 20,927.51
R$ 18,855.97
R$ 33,474.86
R$ 22,738.79
R$ 23,549.53

SCS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Denasa– 15º Andar
CEP 70398-900 – Brasília - DF
condsef@condsef.org.br - www.condsef.org.br
Telefone (61) 30314211

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE AS NEGOCIAÇÕES E A GREVE DO MEIO AMBIENTE

1 - Tabelas comparativas

Apresentamos abaixo os quadros com a evolução das tabelas discutidas desde a proposta inicial apresentada ao MGI, em 01/08/2023, até o termo de acordo aprovado pelas assembleias da categoria e assinado em 12.08.2024.

Como foram vários valores referentes a gratificações e bandas dentro das propostas, utilizamos a remuneração apenas com VB e GD, sem a GQ, apresentando apenas os valores 'inicial e final' para cada cargo.

Nas tabelas confirma-se a imposição do MGI de quebrar a relação da Carreira Ambiental com o PECMMA, diferenciando os salários para servidores de mesmo nível de escolaridade - como se verá adiante, é uma política geral adotada pelo governo através do MGI.

2 - Comunicação com o governo

As tratativas de negociação com o governo foram feitas através de vários documentos enviados ao MGI pela Condsef/Fenadsef, em conjunto com a Ascema. Os únicos ofícios, de nosso conhecimento, subscritos separadamente pela Condsef/Fenadsef e Ascema durante a greve foram os relativos à decisão judicial do STJ que determinou, sob pena de vultosas multas (de 200 mil reais por dia de descumprimento), o retorno ao trabalho de grande parte dos servidores. Há outro documento da Condsef/Fenadsef enviado aos sindicatos sobre a viabilidade de denúncia à OIT em resposta ao ataque ao direito de greve expressado pela decisão do STJ:

- OFÍCIO CONJUNTO Nº 01/CONDSEF/ASCEMA NACIONAL – 06/10/2023
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 191/2023 – 18/07/2023
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 297/2023 – 08/11/2023
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 017/2024 – 18/01/2024
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 020/2024 – 25/01/2024
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 039/2024 – 07/02/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 02/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 14/02/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 03/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 04/03/2024
- OFÍCIO CONDSEF/FENADSEF Nº 073/2024 – 06/03/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 04/CONDSEF/ASCEMA NACIONAL – 09/05/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 05/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 18/06/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 06/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 21/06/2024
- OFÍCIO S/NÚMERO – 18/07/2024

- OFÍCIO CONJUNTO Nº 07/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 27/06/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 08/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 09/08/2024
- OFÍCIO CONJUNTO Nº 09/ASCEMA NACIONAL E CONDSEF/FENADSEF– 22/07/2024

3 - Construção da unidade para corrigir as distorções

O ciclo de negociações que se encerrou em agosto deveria ter começado a corrigir as distorções dentro do serviço público e, portanto, das várias carreiras e tabelas remuneratórias do Poder Executivo. No entanto, aumentaram as disparidades e, pior, o MGI incentivou um embate meritocrático entre servidores e servidoras de carreiras distintas. Isso se deve a uma visão errada do MGI que tende a defender o agrupamento das atividades da administração pública em “carreiras estratégicas finalísticas”, “carreiras transversais estruturantes” e “apoio administrativo permanente”. Uma visão neoliberal aprofundada desde a década de 1990 e que parece cristalizada entre os ideólogos do MGI.

As carreiras “estratégicas finalísticas” seriam aquelas relacionadas às atividades de atendimento direto à população, empresas e meio ambiente, com remuneração estabelecida por subsídio. As “transversais estruturantes” seriam responsáveis pelos macroprocessos administrativos das políticas públicas igualmente com remuneração por subsídio. Já os cargos do “apoio administrativo permanente” seriam retirados do RJU e contratados via CLT, como empregados públicos. Outra hipótese, ainda pior, seria abrir esse setor para ampliar a terceirização.

Além de fortalecer a ideia - errada - de subcategorizar o serviço público em atividades “típicas de estado” e outras, “subsidiárias”, essa visão - nunca formalizada, mas praticada - implica a extinção de todos os cargos de nível auxiliar e intermediário, que deixariam de ser servidores enquadrados no RJU, com estabilidade, passando a administração federal a abrigar apenas cargos de formação superior universitária.

Ocorre que o Brasil tem menos de 20% de sua população adulta com nível superior completo (dados de 2019). Se confirmada essa via de retirar do RJU cargos de nível auxiliar e médio, será um passo adicional para elitizar ainda mais a administração federal, pois excluiria 80% da população trabalhadora da possibilidade de acessar cargos públicos!

Sem ter sido anunciada nem formalizada, essa "visão estratégica" é a que sobressai na prática das negociações realizadas neste um ano e meio de MGI, como veremos.

Preliminarmente, é fundamental registrar que a luta dos servidores - na qual se integra a derrota do bolsonarismo antisservidor e antisserviço público - conquistou acordos salariais de 2023 até 2026 que, mantida a previsão inflacionária, garantem que todos os federais terão a reposição da inflação e algum ganho real (no caso da área ambiental, em alguns casos, acima de 15%). A recuperação, ainda parcial, das perdas havidas no período golpista, é, repisamos, conquista da categoria que ajudou a derrotar eleitoralmente o bolsonarismo.

No entanto, é preciso enfrentar o fato de que as distorções foram aprofundadas, em vez de começarem a ser corrigidas. A luta contra as distorções havia sido consenso entre TODAS as representações de servidores, materializada no acordo da bancada sindical (Fonasefe - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais e o Fonacate - Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado) que apresentou ao governo

SCS – Quadra 1 - Bloco K – Ed. Denasa– 15º Andar
CEP 70398-900 – Brasília - DF
condsef@condsef.org.br - www.condsef.org.br
Telefone (61) 30314211

proposta que previa reajuste maior para o conjunto de servidores que sofreram maiores perdas durante o período golpista (três parcelas de 10,34%) e reajuste menor para quem sofreu perdas menores (três parcelas de 7,06%).

O que fez o MGI? Encerrou a Mesa Nacional, fragmentou a negociação e fez exatamente o contrário do que foi proposto unificadamente pelos servidores. Negociou reajustes maiores a quem tinha menores perdas e reajustes menores aos que tinham perdas maiores.

Quebrada a unidade instalou-se o "salve-se quem puder", prevalecendo argumentos baseados na "distinção", na "excelência do trabalho", nas "importantes entregas", toda a linguagem empresarial, liberal, falsamente "moderna", como se houvesse uma "elite" de servidores mais necessários que outros ou serviços públicos mais importantes do que outros, quando, nos fatos e na realidade, o serviço público é um todo em que o conjunto de suas componentes é fundamental para garantir os direitos da população.

Por que, por exemplo, um cargo de um órgão das áreas sociais ou ambientais, com o mesmo nível de escolaridade, deve ter metade da remuneração de um cargo da área policial ou da arrecadação e finanças?

Quando o MGI promove esse tipo de discriminação, colocando servidores que trabalham lado a lado com salários tão díspares, além de promover uma enorme injustiça contra milhares de trabalhadores e trabalhadoras, estimula uma competição nociva, a fragmentação e o elitismo na categoria.

A visão de Estado que está sendo estimulada pelo MGI confunde muitos setores da categoria, iludidos com a ideia de que estarão entre "os escolhidos" para fazerem parte dessa suposta "elite". É nesse terreno que brota a ideia de "sindicato específico", fracionando ainda mais uma luta que em vez de ser de classe, passaria a ser por “local de trabalho”.

E, ainda mais, além dos reajustes menores ao PGPE e PST, na esmagadora maioria dos casos, dentro das mesmas instituições e órgãos públicos, o MGI fechou questão para estabelecer que a Carreira mais nova ficasse com remuneração maior que o seu equivalente no Plano Especial de Cargos. Servidores que executam as mesmíssimas tarefas, trabalhando lado a lado, recebendo remunerações diferentes. Quanto ao nível auxiliar, os menores salários entre todos, receberam, em boa parte dos casos, reajustes muito inferiores aos níveis intermediário e superior.

A posição que defendemos é buscar fazer um debate franco e aberto para superar todas as dificuldades na construção de uma unidade para corrigir todas essas distorções. Não será tarefa fácil porque envolve a miríade de nossas categorias e será um enfrentamento não apenas contra um governo, mas contra os setores políticos endinheirados e retrógrados do país que pretendem desvalorizar e enfraquecer o serviço público. Precisamos estar dispostos e preparados para fazer esse enfrentamento.

OFÍCIO CONJUNTO Nº 01/CONDSEF/ASCEMA NACIONAL

Brasília-DF, 06 de outubro de 2023.

Ao Senhor
JOSE LOPEZ FEIJÓO
Secretário de Relações de Trabalho
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo e diante do agendamento da reunião da Mesa Específica Temporária do Meio Ambiente, para as 14h do próximo dia 09 de outubro de 2023, a Condsef/Fenadsef e a Ascema Nacional encaminham a proposta de modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente[1] e do Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama - PECMA[2], aprovada no XII Congresso da Ascema Nacional ocorrido de 17 a 19 de maio de 2023, em Brasília-DF, e ratificada pela Condsef/Fenadsef.

A proposta foi enviada pela Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, por meio do Ofício Nº 6784/2023/MMA, de 21 de agosto de 2023.

Essa proposta de modernização da Carreira e do PECMA apresenta medidas para suprir as demandas dos órgãos federais de Meio Ambiente por pessoal especializado e proporcionar aos servidores remunerações justas, observados os parâmetros aplicáveis ao conjunto das carreiras da Administração Pública Federal, com o objetivo de atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39 § 1° da Constituição Federal, além de instituir um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

Importante destacar que de acordo com informações obtidas junto às Coordenações Gerais de Gestão de Pessoas do MMA, Ibama e Instituto Chico Mendes, o quadro de pessoal da Carreira (Quadro 1) e do PECMA (Quadro 2) é formado como segue.

[1] Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002[1]
[2] Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

CARGOS DA CARREIRA	ATIVO	APOSENTADO	PENSIONISTA	TOTAL DE SERV. POR CARGO
ANALISTA ADMINISTRATIVO	180	351	19	550
ANALISTA AMBIENTAL	2.874	976	128	3.978
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	48	61	27	136
DEC JUD - ANALISTA AMBIENTAL	0	1	0	1
GESTOR ADMINISTRATIVO	3	11	0	14
GESTOR AMBIENTAL	1	6	0	7
TECNICO ADMINISTRATIVO	991	1.407	339	2.737
TECNICO AMBIENTAL	762	492	178	1.432
TOTAL GERAL	**4.859**	**3.305**	**691**	**8.855**

Quadro 1- Quantitativo de servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente no MMA, Ibama e Instituto Chico Mendes (Ref.: 10/2023).

NÍVEL	ATIVO	APOSENTADO	INSTITUIDOR DE PENSÃO	TOTAL DE SERV. POR CARGO
NA	1	24	163	188
NI	180	712	1.002	1.894
NS	0	297	153	450
TOTAL GERAL	**181**	**1.033**	**1.318**	**2.532**

Quadro 2- Quantitativo de servidores do Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama (PECMA) de acordo com o nível de escolaridade (Ref.: 10/2023).

Entretanto, convém observar que alguns dados obtidos no Painel Estatístico de Pessoal[3], entre maio de 2003 e agosto de 2023, deixam transparecer a situação muito delicada da área ambiental federal, a exemplo dos 574 desligamentos de servidores da Carreira devido à posse em outro cargo inacumulável:

- 334 no IBAMA, sendo 165 de Analista Ambiental, 23 de Analista Administrativo, 14 de Técnico Ambiental, 131 de Técnico Administrativo, e 01 de Auxiliar Administrativo (2003 a 2023);
- 128 no Instituto Chico Mendes, sendo 31 de Analista Ambiental, 03 de Analista Administrativo, 31 de Técnico Ambiental, 63 de Técnico Administrativo (2008 a 2023);
- 112 no MMA, todos de Analista Ambiental (2005 a 2023).

[3] Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Ainda em relação ao MMA, 152 agentes administrativos do PECMA foram desligados no mesmo período por posse em outro cargo inacumulável, dos quais 92 com tempo de serviço inferior a 3 anos.

Aliás, convém destacar que existem 11 vagas de cargos específicos da Carreira que se encontram inaceitavelmente vinculadas ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) devido à reforma administrativa do governo Bolsonaro.

CARGO	ATIVO	APOSENTADO	INSTITUIDOR DE PENSÃO	TOTAL DE SERV. POR CARGO
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0	2	0	2
ANALISTA AMBIENTAL	0	3	0	3
TECNICO ADMINISTRATIVO	0	4	0	4
TECNICO AMBIENTAL	0	1	1	2
TOTAL GERAL DE SERVIDORES DA CARREIRA NO MAPA	**0**	**10**	**1**	**11**

Quadro 3- Vagas de cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente que se encontram, indevidamente, vinculadas ao MAPA (Ref.: 10/2023).

Por outro lado, é importante ressaltar que os bons resultados produzidos pela área ambiental desde o início do governo Lula se devem, a despeito das atuais condições de trabalho, ao papel desempenhado pelos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, que se engajaram, de forma efetiva, no cumprimento dos compromissos assumidos pelo país nos fóruns internacionais (redução dos índices de desmatamento na Amazônia, combate ao garimpo ilegal, proteção dos territórios indígenas e unidades de conservação, dentre outros).

Além do mais, a retomada do PAC, as ações de mudança do clima, o olhar para as populações tradicionais exigirá mais um esforço dos servidores no sentido de responder às necessidades para o desenvolvimento sustentável do país.

Nessa perspectiva, a Condsef/Fenadsef e a Ascema Nacional propõem medidas urgentes para as negociações na Mesa Específica Temporária do Meio Ambiente, como forma de garantir condições de trabalho apropriadas, segurança, estrutura salarial condizente com o papel desempenhado pelos servidores, no sentido de valorizar e manter os quadros de pessoal no MMA, IBAMA, SFB e Instituto Chico Mendes. O Estudo Técnico Nº 295 elaborado pela Subseção do Dieese da Condsef/Fenadsef traz a proposta de composição da Estrutura Remuneratória dos Cargos da área ambiental federal relativas aos níveis Superior, Intermediário e Auxiliar, formada a partir das premissas que seguem:

1. Estrutura Remuneratória

1.1. Vencimento Básico;

1.2. Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB (Lei nº 11.156/2005) e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA (Lei nº 11.357/2006);

1.3. Gratificação de Qualificação - GQ (Lei nº 13.324/2016);

1.4. Gratificação de Atividades de Risco – GAR (20 pontos percentuais, incidentes sobre o Vencimento Básico do servidor, enquanto estiver no efetivo exercício de atividades de risco, no âmbito do Ibama, do SFB e do Instituto Chico Mendes, conforme regulamento);

1.5. Indenização de Fronteira, com a inclusão da área ambiental federal na Lei nº 12.855/2013 que contempla as carreiras da DPF, PRF, RFB, MAPA.

2. Premissas

2.1. Parametrizar a tabela salarial de nível superior da Carreira de Especialista em Meio Ambiente com a tabela salarial da Carreira de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico/Especialista em Geoprocessamento da Agência Nacional de Águas (ANA), atualizada no momento da negociação;

2.2. Estabelecer a proporção de 70% do VB e 30% da GDAEM em relação à Remuneração Total (RT), excluídas as GQ;

2.3. Manter a seguinte proporção entre a Remuneração Total (RT) de Nível Intermediário em relação à de Nível Superior, bem como a de Nível Auxiliar em relação ao Nível Intermediário:

- 85% para SIII;
- 80% para SII;
- 75% para SI;
- 70% para os demais

2.4. Instituir três níveis de Gratificação de Qualificação (GQ) para o cargo de Auxiliar Administrativo;

2.5. Instituir valores variáveis das GQ, em função da Remuneração Total (RT=VB+GDAEM), para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar nas seguintes proporções:

- GQ I: 10% da RT;
- GQ II: 15% da RT;
- GQ III: 20% da RT

2.6. Tornar o PECMA, de fato, “espelho” da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, conforme acordo realizado na Mesa de Negociação Permanente em 2006, eliminando as diferenças que ainda persistem, como o número de classes/padrões;

2.7. Ter paridade entre ativos, aposentados e pensionistas: abolindo o tratamento diferenciado e rebaixado para com os aposentados e pensionistas, de tal forma que haja uma única tabela de remuneração para todos os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, independentemente, se ativo ou aposentado.

Os impactos financeiros dessa proposta de modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama - PECMA foram feitas com base nos seguintes parâmetros:

1. Carreira de Especialista em Meio Ambiente

1.1. Quantitativos dos servidores do Ibama (ativos, aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão;

1.2. Quantitativos dos servidores do Instituto Chico Mendes (ativos, aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão;

1.3. Quantitativos dos servidores do MMA e do Serviço Florestal Brasileiro - SFB (ativos, aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão;

1.4. Quantitativos dos servidores do MAPA (aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão.

2. **Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama - PECMA**

2.1. Número total de servidores do Ibama (aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão;

2.2. Número total de servidores do MMA e do SFB (ativos, aposentados e pensionistas) por Cargo, Classe e Padrão;

3. **Estimativa do quantitativo de servidores que poderá vir a receber os demais itens remuneratórios previstos na proposta aprovada no XII Congresso da ASCEMA Nacional, quais sejam:**

3.1. **Gratificação por atividades de risco**, destinada exclusivamente aos servidores dos órgãos federais de meio ambiente que estejam no efetivo exercício das atribuições dos cargos em atividades externas de fiscalização e outras de risco.

A gratificação de atividades de risco é decorrente das atribuições típicas dos cargos, da natureza do trabalho, do efetivo exercício e desempenho das atividades dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente nos órgãos ambientais federais. Como exemplo, citamos os riscos das atividades externas da fiscalização ambiental, das vistorias em locais com produtos e resíduos perigosos, da exposição a riscos biológicos tanto nos centros de triagem de animais silvestres quanto nos laboratórios dos centros de pesquisa e conservação, de tecnologia da madeira, e nas unidades de conservação.

Via de regra, para os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente terem acessos aos locais de fiscalização, vistorias, coleta de dados, dentre outros, precisam caminhar em relevos acidentados, frios e úmidos, como é o caso das áreas localizadas no Bioma Mata Atlântica, nas regiões Sul e Sudeste, igualmente acidentados, porém quentes e úmidos, nas áreas situadas nos Biomas Amazônico e Pantanal, nas regiões Centro-Oeste e Norte, bem como em ambientes secos e extremamente quentes como são as áreas localizadas no Bioma Caatinga, no Nordeste brasileiro.

Nesse contexto, os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente são expostos a diversos riscos para a execução de suas atividades, tais como:

- Ataques de animais selvagens (onças, catetos, queixadas etc.) ou peçonhentos (cobras, abelhas, vespas, escorpiões, aranhas,

carrapatos, p.ex.);

- Exposição por longos períodos a condições climáticas desconfortantes;
- Contato com plantas espinhosas ou urticantes;
- Travessias de áreas sujeitas a desmoronamentos (encostas) ou em pedreiras ativas (mineração de calcário, de ferro etc.) com blocos em iminente queda ou ocorrência de explosões;
- Exposição a fungos (p. ex., *Histoplasma capsulatum*), vetores endêmicos e epidemiológicos (raiva e leishmaniose, entre outros), lixos, agrotóxicos, efluentes, dejetos, concentrações anômalas e perigosas de gases (p. ex., CO2 e metano), comuns em ambientes subterrâneos;
- Escorregões, quedas e amputações (principalmente na manipulação de equipamentos de técnicas verticais);
- Produtos inflamáveis e explosivos, comuns nos trabalhos de laboratórios dos centros de pesquisa e conservação, bem como no centro de tecnologia da madeira;
- Produtos inflamáveis e explosivos nas atividades de vistorias *in loco* do licenciamento ambiental, da avaliação ambiental de produto agrotóxico, das emergências ambientais em acidentes envolvendo óleo ou outro produto perigoso (vazamento, derramamento, incêndio/explosão).

3.2.1. **Quantitativo de servidores que viriam a receber a Gratificação por atividade de risco no Ibama**: 60% do número total de servidores ativos, ou seja, **1.700 servidores**;

3.2.2. **Quantitativo de servidores que receberiam a Gratificação por atividade de risco no Instituto Chico Mendes**: 60% do número total de servidores ativos, ou seja, **960 servidores**;

3.2.3. **Quantitativo estimado de servidores que receberiam a Gratificação por atividade de risco no Serviço Florestal Brasileiro**: 45% do número total de servidores ativos, ou seja, **39 servidores**.

3.3. **Inserção da Carreira de Especialista em Meio Ambiente na Lei nº 12.855/2013**, que institui a indenização devida à ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas, como forma de fixar a força de trabalho dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA em áreas de difícil acesso, inóspitas e em condições adversas.

A otimização da força de trabalho dos órgãos executores da Política Nacional de Meio Ambiente se dá por meio de equipes multidisciplinares, alocadas em unidades que dão cobertura aos instrumentos de gestão ambiental, bem como às competências estabelecidas ao Ibama, Instituto Chico Mendes e Serviço Florestal Brasileiro, a partir de pontos estratégicos previamente definidos. Dessa forma, lembramos para a estimativa do quantitativo de servidores considerou-se que:

- Parcela significativa dos servidores integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo) exerce diariamente as atribuições típicas de seus cargos em unidades descentralizadas (gerências regionais, unidades de conservação, centros de pesquisa e conservação, superintendências, gerências executivas, unidades regionais, dentre outras), independentemente de estarem ou não localizadas na Amazônia Legal;
- Os servidores integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e do PECMA em caráter habitual e não raro por mais de 30 dias, também precisam se deslocar de seus postos de trabalho, se movimentando em todo o território nacional devido à capilaridade/finalidades dos órgãos e à natureza das atribuições de seus cargos, quando da realização de suas atividades, quais sejam: vistorias diversas, estudos e pesquisas, operações de fiscalização, auditorias ambientais etc.

3.3.1. **Quantitativo de servidores que viriam a receber a indenização devida ao exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas no Ibama**: 60% do número total de servidores ativos, ou seja, **1.700 servidores**;

3.3.2. **Quantitativo de servidores que viriam a receber a indenização devida ao exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas no Instituto Chico Mendes**: 60% do número total de servidores ativos, ou seja, **960 servidores;**

3.3.3. **Quantitativo de servidores que viriam a receber a indenização devida ao exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas no SFB**: 25% do número total de servidores ativos, ou seja, **22 servidores**.

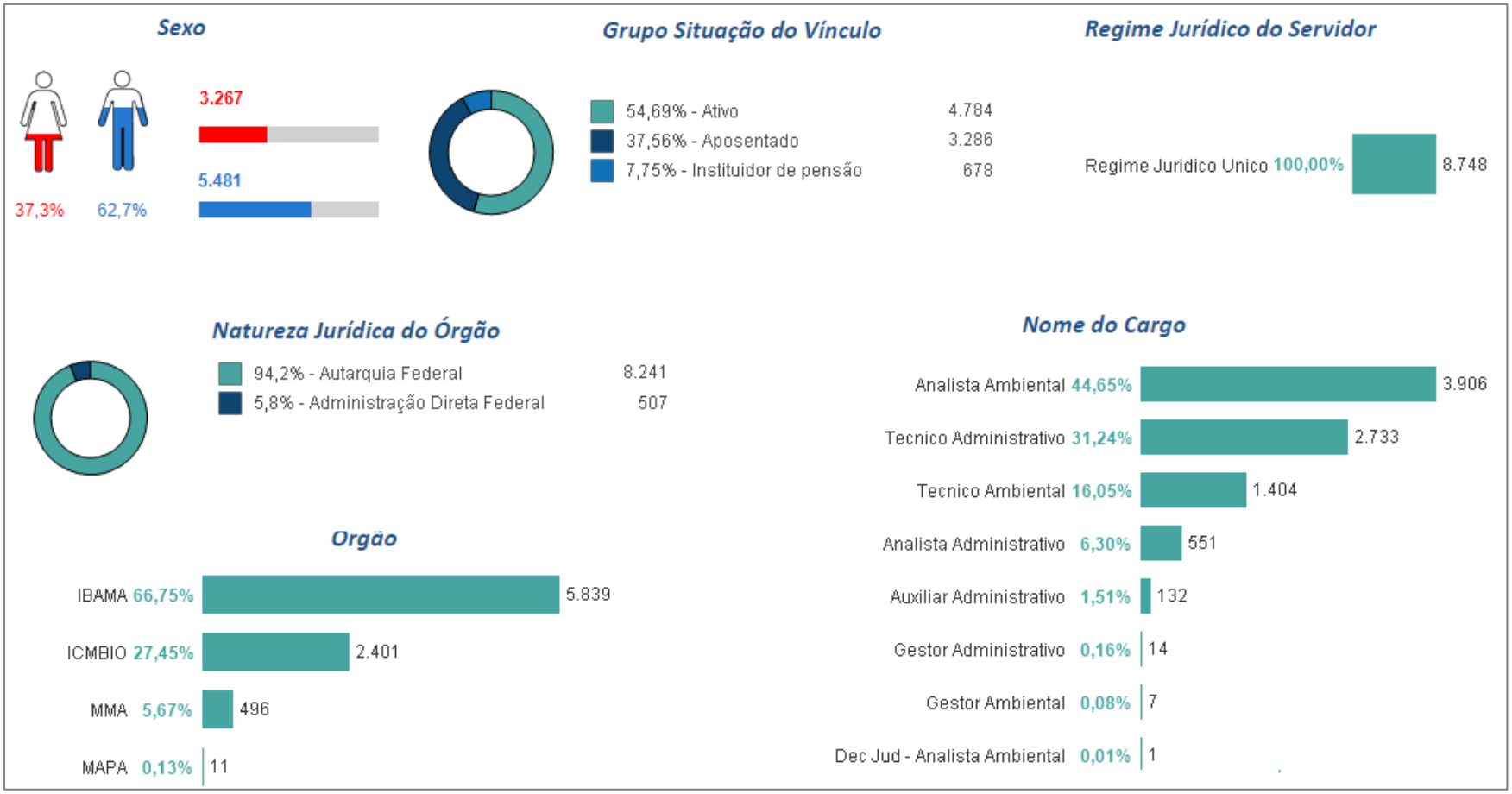
Por fim, o Panorama Geral da Carreira de Especialista em Meio Ambiente encontra-se nos Anexos 1 a 6 e o do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA) nos Anexos 7 e 8. Os dados oriundos desses Anexos foram extraídos do Painel Estatístico de Pessoal – PEP e são referentes a agosto/2023, razão pela qual pode haver divergência com os dados obtidos junto ao MMA e às autarquias vinculadas.

Respeitosamente,

Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef

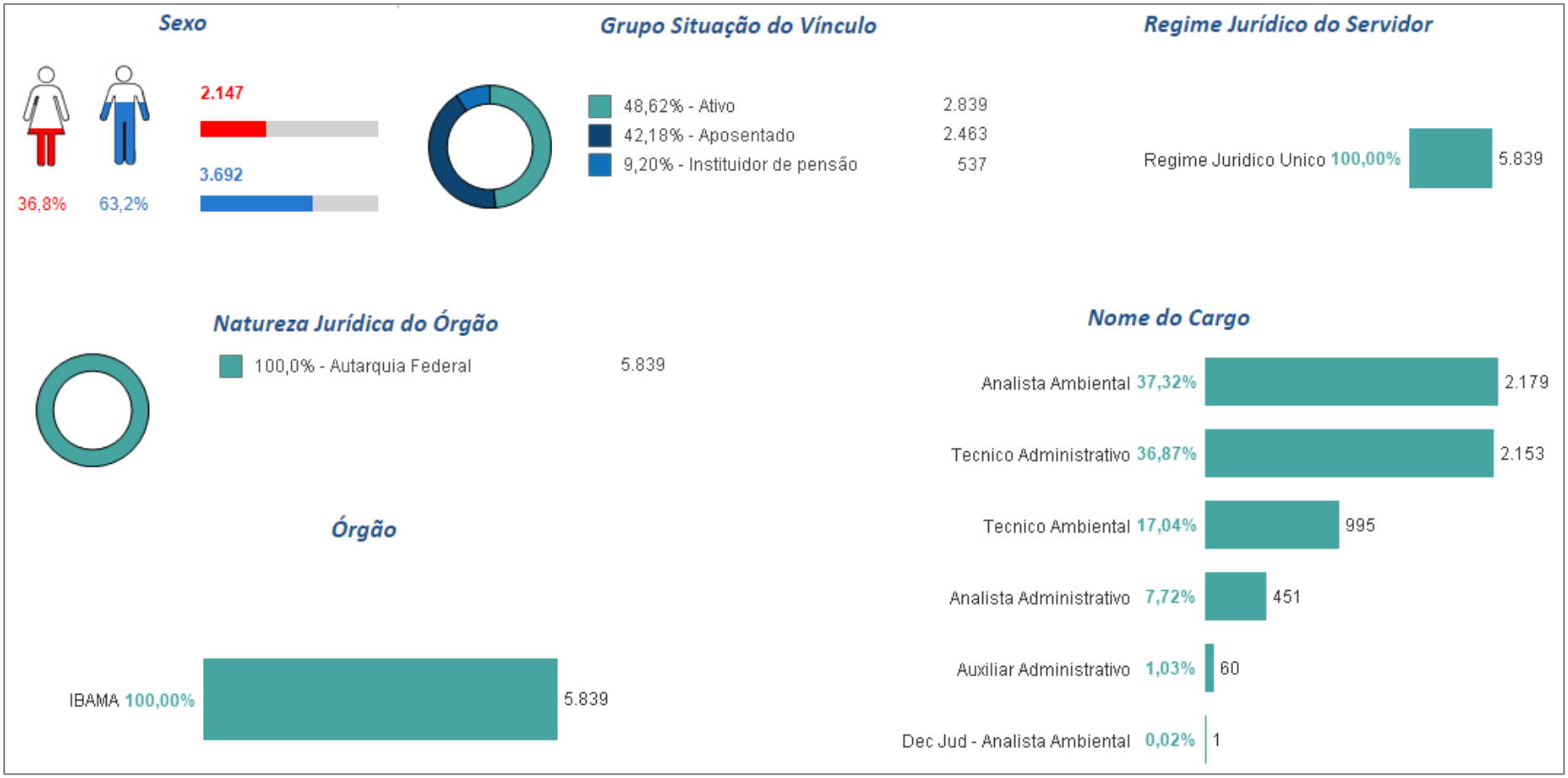
Diretoria Colegiada da Ascema Nacional
Gestão 2023/2025

ANEXO 1: PANORAMA GERAL DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE



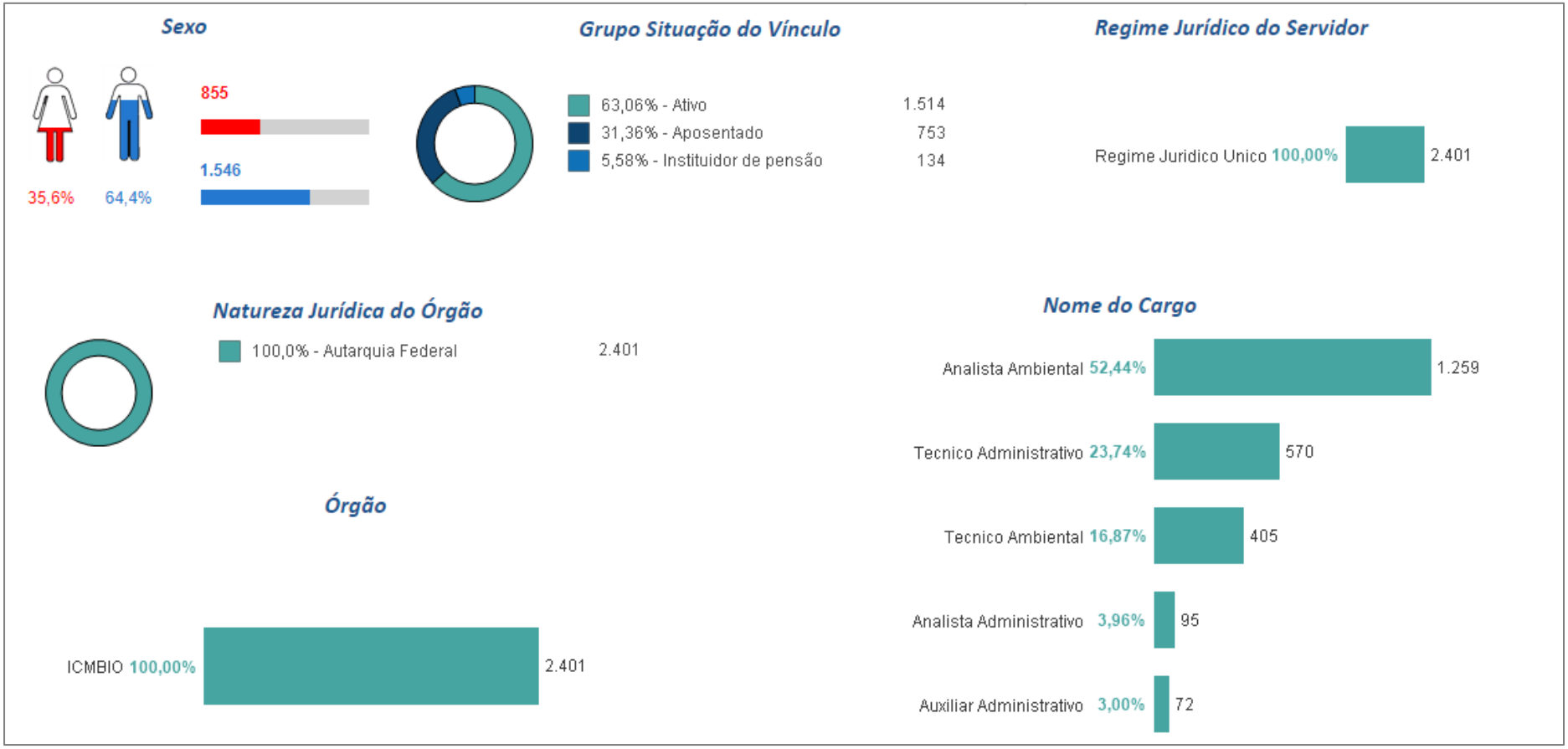
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 2: PANORAMA DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE NO IBAMA



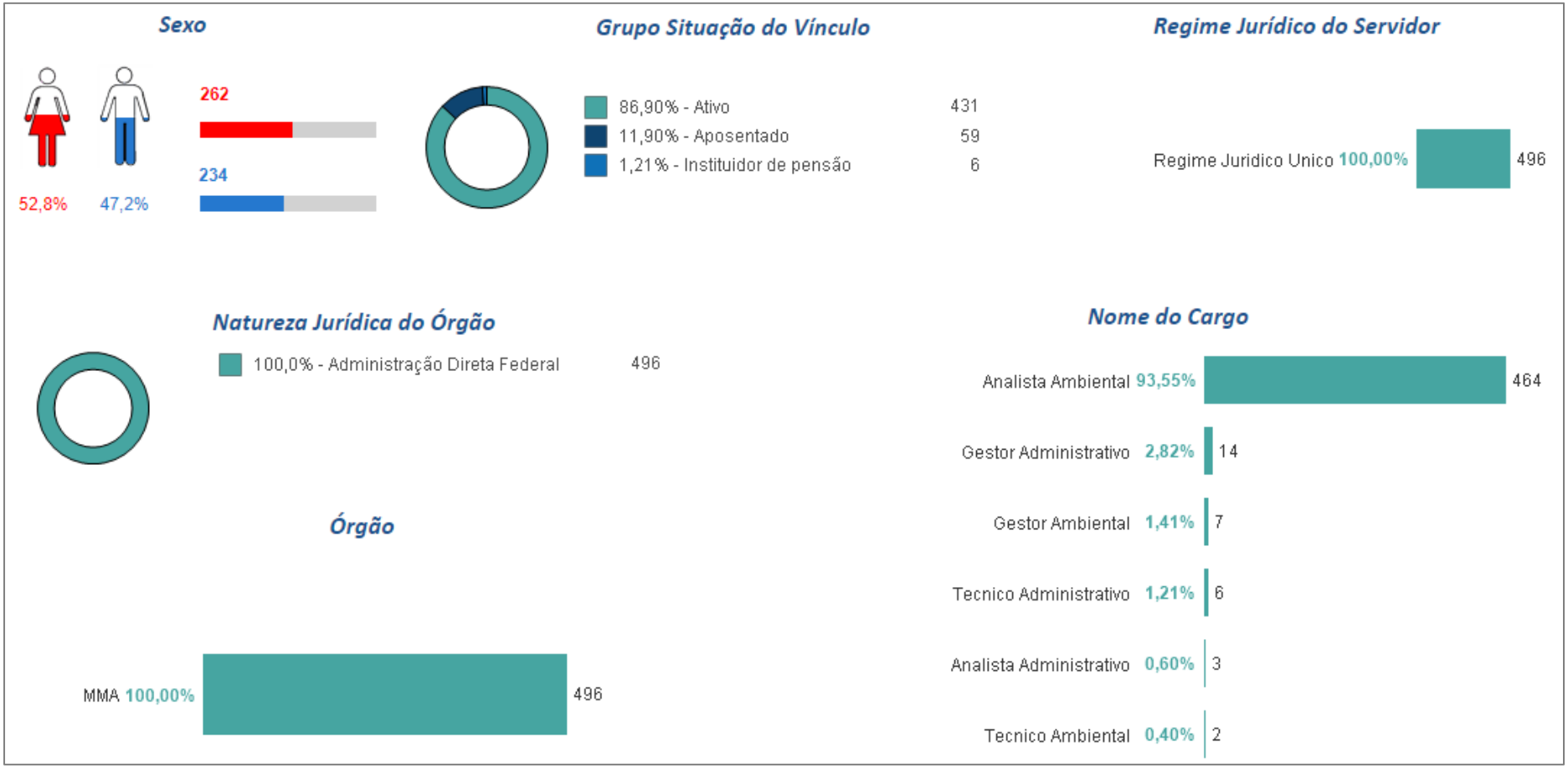
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 3: PANORAMA GERAL DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE NO INSTITUTO CHICO MENDES



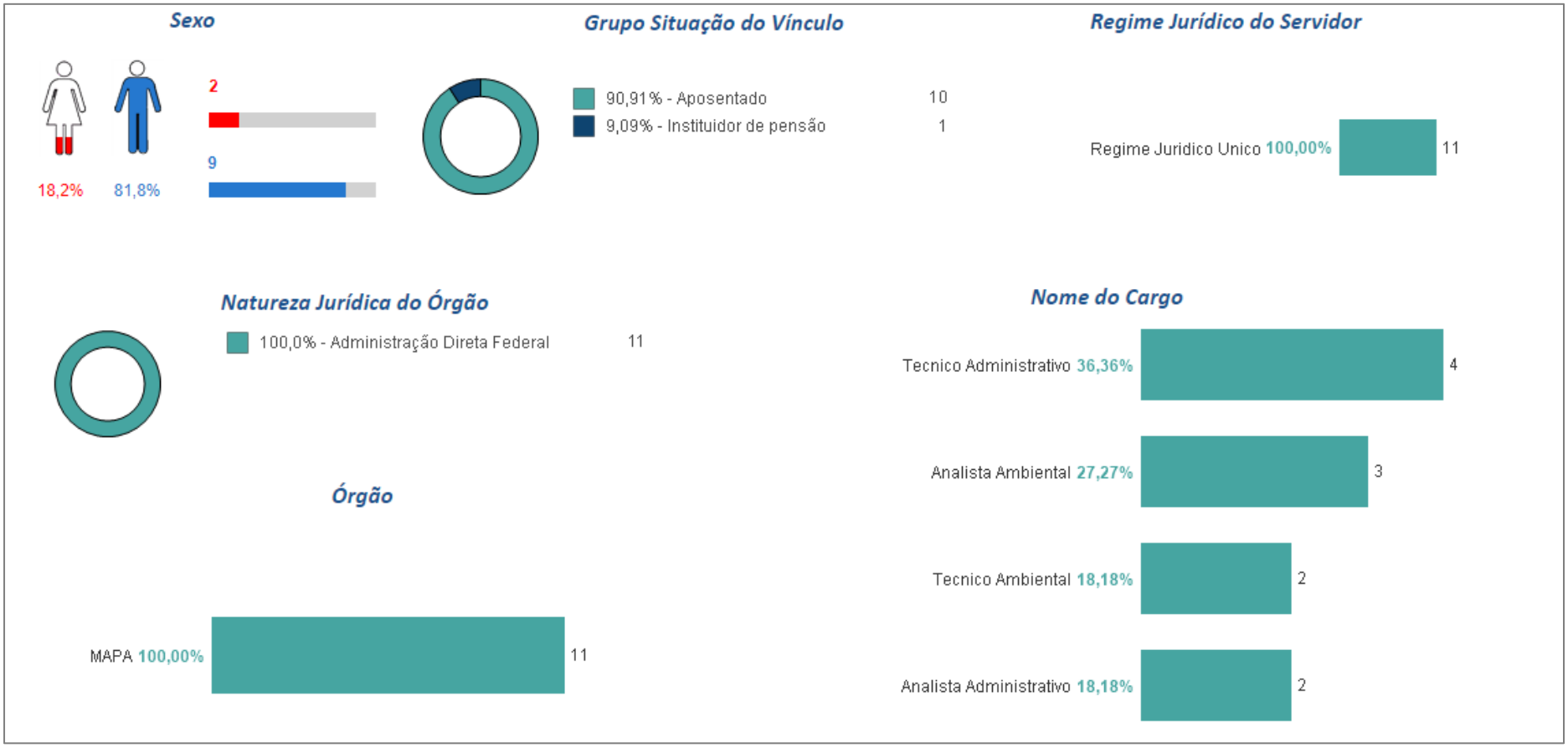
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 4: PANORAMA GERAL DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE NO MMA (INCLUINDO SFB)



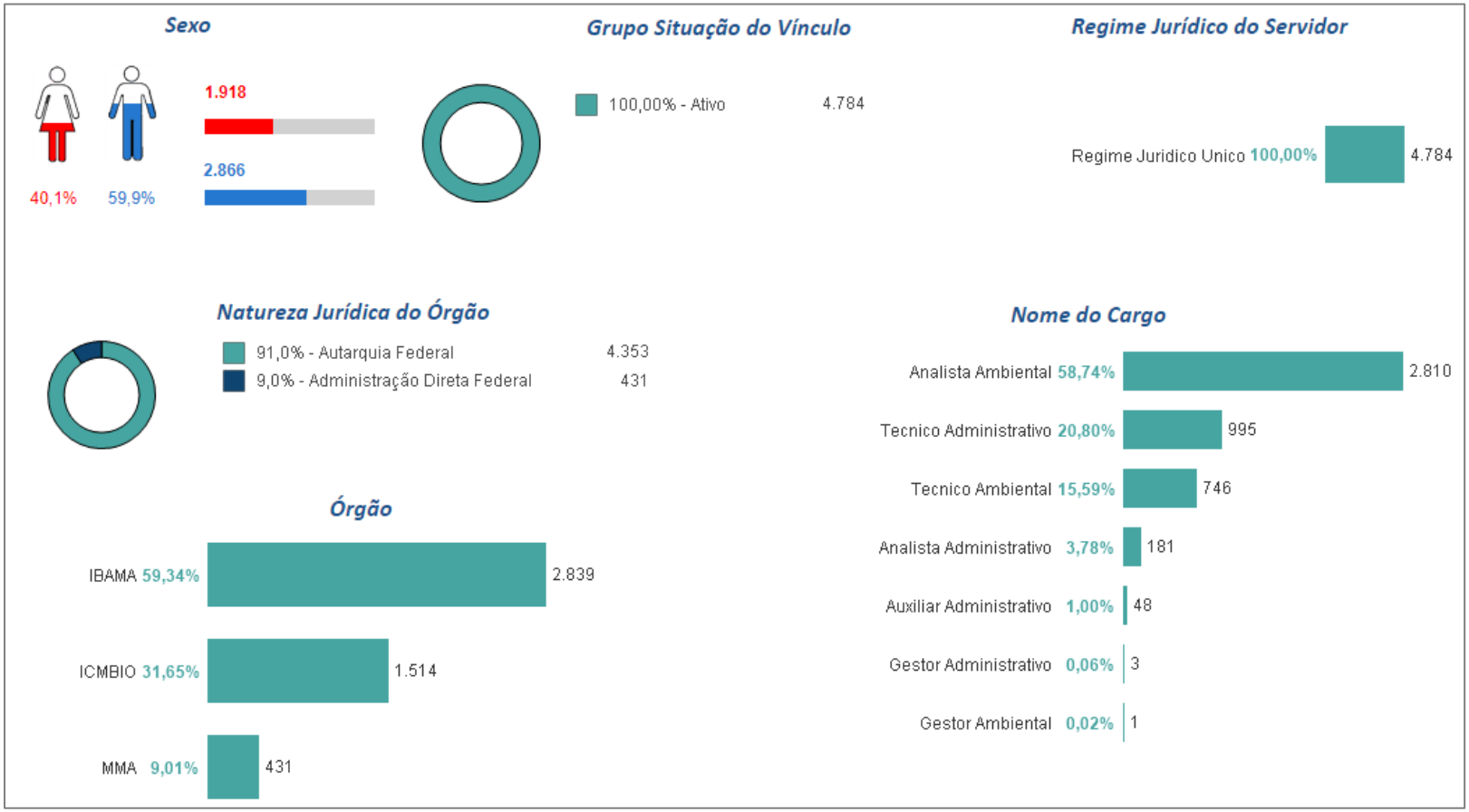
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 5: PANORAMA GERAL DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE NO MAPA



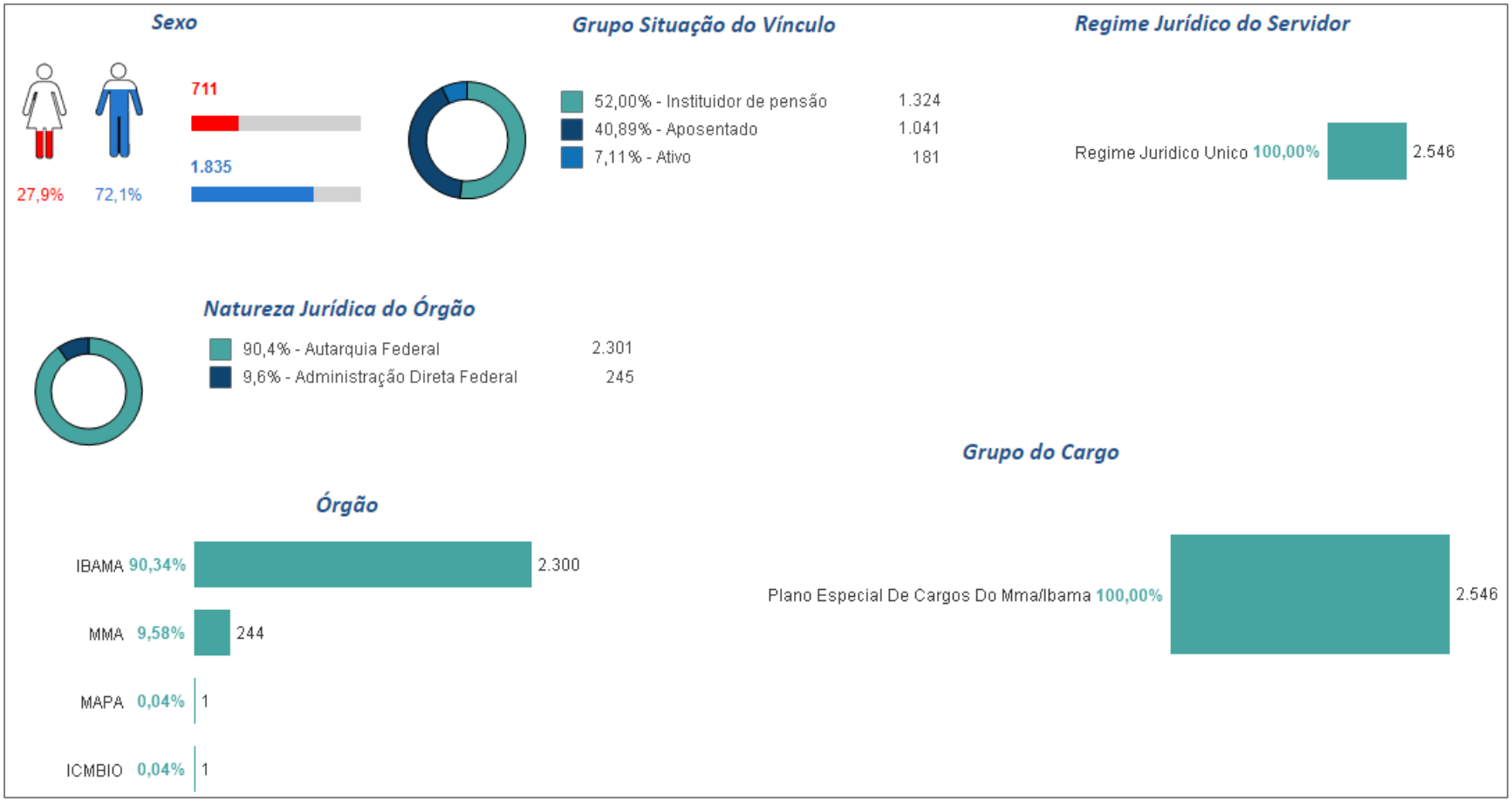
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 6: PANORAMA GERAL DE SERVIDORES ATIVOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE



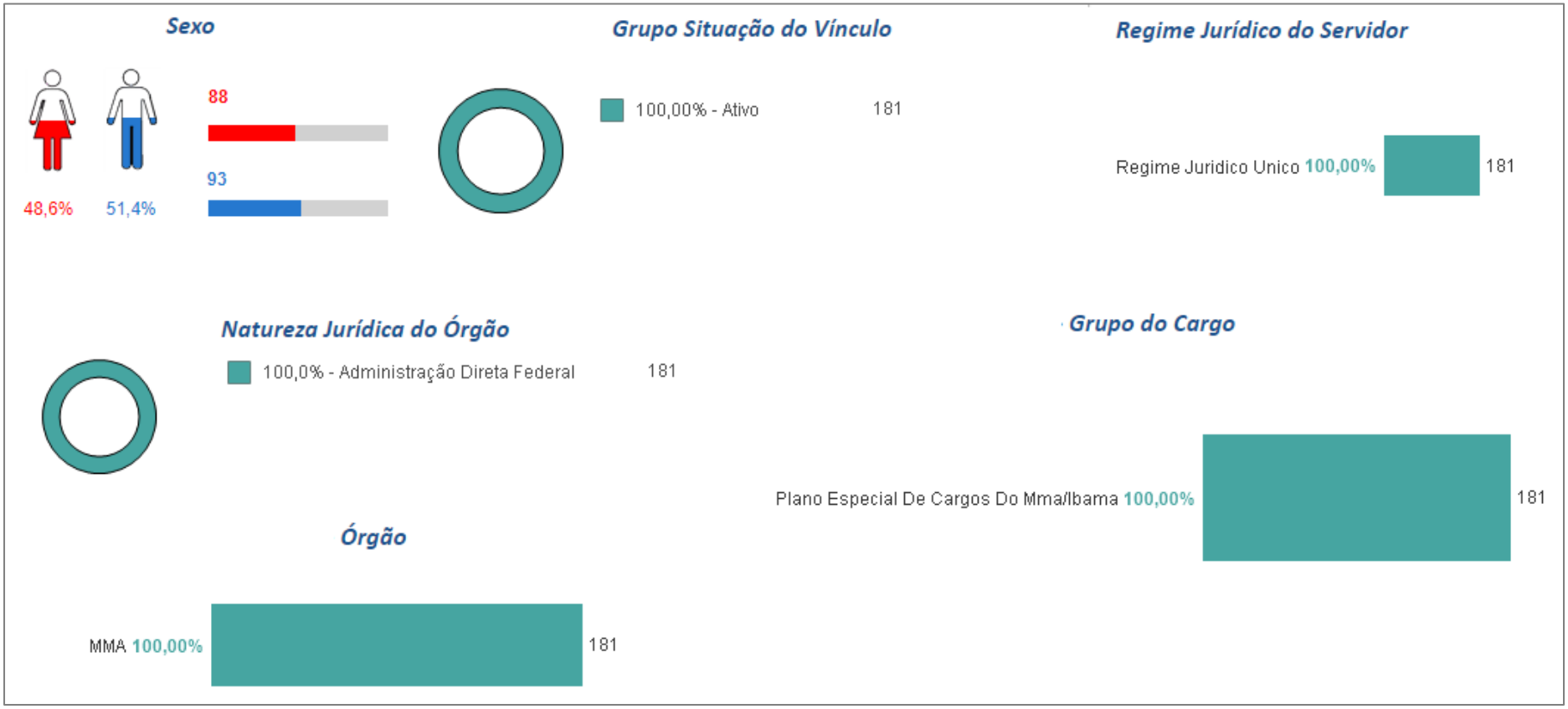
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 7: PANORAMA GERAL DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MMA E DO IBAMA (PECMA)



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

ANEXO 8: PANORAMA GERAL DE SERVIDORES ATIVOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MMA E DO IBAMA (PECMA) NO MMA E SFB



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2023.

MESA ESPECÍFICA TEMPORÁRIA DA ÁREA AMBIENTAL

- ⇨ Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Lei nº 10.410/2002, de 11/01/2002)
- ⇨ Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA - PECMA (Lei nº 11.357, de 19/10/2006)

Brasília-DF, 09/10/2023

Lindalva Cavalcanti, Analista Ambiental aposentada – CECAV/Instituto Chico Mendes

O que fazemos?

- Estamos presentes em todo o território nacional.
- Cuidamos de 336 unidades de conservação, ou seja, mais de 1,7 milhões de quilômetros quadrados de áreas protegidas, patrimônio do povo brasileiro.

Bioma	Quant. de unidades de conservação	Área (em km^2)
AMAZÔNIA	130	643.764,21
CAATINGA	28	50.451,86
CERRADO	45	56.354,00
MATA ATLÂNTICA	104	41.421,61
PAMPA	3	3.863,20
PANTANAL	2	1.474,78
SISTEMA COSTEIRO-MARINHO	24	919.237,02
Total Geral	**336**	**1.716.566,68**

O que fazemos?

- Monitoramento e preservação da biodiversidade brasileira, uma das mais ricas do planeta.
- Cuidamos do patrimônio espeleológico brasileiro, representado, atualmente, por mais de 23 mil cavernas.
- Atuamos no apoio e fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais para a proteção de seus territórios.
- Elaboramos e coordenamos políticas públicas para a preservação da biodiversidade nacional, inclusive subsidiando ações como licenciamento e criação de áreas protegidas federais e de outros entes com elaborações como as áreas prioritárias para conservação e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

O que fazemos?

- ⇨ Educação Ambiental, investindo em programas de educação ambiental, envolvendo a população na preservação e do uso responsável dos recursos naturais.
- ⇨ Coordenamos as agendas de bioeconomia (Bolsa Verde, Partição de Benefícios, Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal - REDD+ etc.).
- ⇨ Coordenamos as políticas e esforços de combate às mudanças climáticas, em parceria e articulação com demais órgãos federais, estaduais, municipais e setores da sociedade civil.

O que fazemos?

- Coordenamos os Programas de Controle do Desmatamento: PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), PPCerrado (Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado).
- Coordenamos o SISNAMA, CONAMA , Comissão Tripartite Nacional, SNUC e CNUC.
- Somos responsáveis pela proteção de espécies ameaçadas, evitando a extinção e promovendo o equilíbrio dos ecossistemas.

O que fazemos?

- Proteção à Fauna, combatendo o tráfico de animais silvestres, protegendo a fauna brasileira e contribuindo para a preservação de ecossistemas sensíveis.
- Proteção à Flora, controlando a cadeia produtiva de produtos de origem florestal, evitando práticas predatórias e assegurando a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais.
- Promovemos o desenvolvimento socioambiental por meio de elaboração e coordenação de políticas públicas em articulação com outros ministérios, órgãos públicos e atores sociais.

O que fazemos?

- Fiscalização Ambiental, com poderes de fiscalização e aplicação de multas e outras medidas protetivas, dissuadindo atividades prejudiciais ao meio ambiente e garantindo o cumprimento das leis ambientais.
- Combate ao Desmatamento, com operações que visam coibir práticas prejudiciais, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais.
- Licenciamento Ambiental, assegurando que atividades humanas sejam conduzidas de maneira sustentável e de acordo com normas ambientais.
- Registro e Controle de Agrotóxicos, garantindo que práticas agrícolas não comprometam a saúde ambiental e humana.

O que fazemos?

- Gestão e produção de informações ambientais necessárias para o controle, proteção, fiscalização e fomento das políticas públicas ambientais.
- Controle e regulação de resíduos perigosos, monitoramento de áreas contaminadas e estabelecimento de critérios de qualidade ambiental.
- Controle de importação, exportação e comércio de produtos perigosos (como mercúrio e agrotóxicos) e de recursos naturais como madeiras e fauna silvestre (Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES) e de organismos geneticamente modificados, como transgênicos.

O que fazemos?

- Combate contra a biopirataria, esta entendida como acesso e uso ilegais ao patrimônio genético da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados a esta, normalmente como foco de patentes biotecnológicas por empresas estrangeiras.
- Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais.
- Proteção às terras indígenas, incluindo, capacitação de centenas de indígenas anualmente, sendo a maioria das brigadas de combate a incêndios formadas por eles.

O que fazemos?

- ⇨ Análises ambientais e controle e monitoramento na recuperação de áreas degradadas (Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD).
- ⇨ Controle de espécies exóticas invasoras (coral sol, mexilhão dourado, javali etc.).
- ⇨ Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais no país.
- ⇨ Inventário Florestal Nacional, o maior levantamento de informações florestais e socioambientais do país. Além do conhecimento da composição das florestas de todos os biomas, novas espécies puderam ser identificadas.

O que fazemos?

- Gestão do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR (após a reforma administrativa do governo Lula, o SICAR permaneceu no SFB e todos os registros que dão origem ao Cadastro Ambiental Rural - CAR são geridos por servidores da unidade).
- Desenvolvimento de pesquisa para o conhecimento e uso dos recursos florestais nativos madeireiros e não madeireiros.
- Identificamos madeira, com confecção de laudos, visando combater o corte ilegal de madeira, em parceria com o Ibama, Polícia Federal, além de organismos internacionais.

O que fazemos?

- Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), com a compilação de informações florestais nacionais que inclui desde produção florestal no país até o oferecimento de cursos na área, bem como a elaboração de publicações internacionais.
- Portal Saberes da Floresta, plataforma virtual de cursos on-line e gratuitos, com o objetivo de ampliar o acesso ao conhecimento da área florestal.
- Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), visando fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor.

O que fazemos?

- Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável - Programa Arboretum, com o objetivo da conservação, restauração e valorização da diversidade arbórea da Mata Atlântica, por meio da promoção e da difusão do conhecimento. Apresenta laboratório e banco de sementes, além de uma rede de mais de 40 coletores distribuídos em 7 comunidades tradicionais. O programa também produz mais de 500 espécies florestais nativas, incluindo espécies raras, endêmicas e ameaçadas e realiza plantios visando a restauração/recomposição e a valorização da diversidade florestal da Hileia Baiana(*).

(*) "A região assemelha-se a Amazônia pelo clima constantemente quente e úmido, terreno predominantemente arenoso, árvores de grande porte, floresta densa e pelas espécies comuns aos dois biomas. Essa floresta, por esta similaridade com a Floresta Amazônica, foi denominada de Hileia Baiana, por Dárdano de Andrade-Lima".

O que fazemos?

⇨ **Resumidamente**, executamos, enquanto servidores da Carreira e do PECMA, a gestão dos recursos naturais, inclusive a proteção deles, bem como o enfrentamento das mudanças climáticas diretamente relacionadas à sobrevivência, sobretudo das populações mais vulneráveis.

Quantos somos?

Quantitativo de servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente no MMA(*), Ibama e Instituto Chico Mendes (Ref.: 10/2023)

CARGOS DA CARREIRA	ATIVO	APOSENTADO	PENSIONISTA	TOTAL DE SERV. POR CARGO
ANALISTA ADMINISTRATIVO	180	351	19	550
ANALISTA AMBIENTAL	2.874	976	128	3.978
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	48	61	27	136
DEC JUD - ANALISTA AMBIENTAL	0	1	0	1
GESTOR ADMINISTRATIVO	3	11	0	14
GESTOR AMBIENTAL	1	6	0	7
TECNICO ADMINISTRATIVO	991	1.407	339	2.737
TECNICO AMBIENTAL	762	492	178	1.432
TOTAL GERAL	**4.859**	**3.305**	**691**	**8.855**

(*)inclui os servidores do Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Quantos somos?

Quantitativo de cargos vagos da Carreira que se encontram indevidamente vinculados ao MAPA(*) devido à reforma administrativa do governo Bolsonaro (Ref.: 10/2023)

CARGO	ATIVO	APOSENTADO	INSTITUIDOR DE PENSÃO	TOTAL DE SERV. POR CARGO
ANALISTA ADMINISTRATIVO	0	2	0	2
ANALISTA AMBIENTAL	0	3	0	3
TECNICO ADMINISTRATIVO	0	4	0	4
TECNICO AMBIENTAL	0	1	1	2
TOTAL GERAL DE SERVIDORES DA CARREIRA NO MAPA	**0**	**10**	**1**	**11**

(*)aposentados e pensionista do Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Quantos somos?

Quantitativo de servidores do Plano Especial de Cargos do MMA(*) e do Ibama, de acordo com o nível de escolaridade (Ref.: 10/2023)

NÍVEL	ATIVO	APOSENTADO	INSTITUIDOR DE PENSÃO	TOTAL DE SERV. POR CARGO
NA	1	24	163	188
NI	180	712	1.002	1.894
NS	0	297	153	450
TOTAL GERAL	**181**	**1.033**	**1.318**	**2.532**

(*)inclui os servidores do Serviço Florestal Brasileiro - SFB

Desvalorização da Carreira e do PECMA

⇨ Entre **maio de 2003 e agosto de 2023**(*) ocorreram **574 desligamentos de servidores da Carreira devido à posse em outro cargo inacumulável**:

- 334 no IBAMA, sendo 165 de Analista Ambiental, 23 de Analista Administrativo, 14 de Técnico Ambiental, 131 de Técnico Administrativo, e 01 de Auxiliar Administrativo (2003 a 2023);
- 128 no Instituto Chico Mendes, sendo 31 de Analista Ambiental, 03 de Analista Administrativo, 31 de Técnico Ambiental, 63 de Técnico Administrativo (2008 a 2023);
- 112 no MMA, todos de Analista Ambiental (2005 a 2023).

(*)Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2023.

Desvalorização da Carreira e do PECMA

⇨ Entre **março de 2010 e junho de 2023**(*, 1) ocorreram **152 desligamentos de agentes administrativos do PECMA no MMA** por posse em outro cargo inacumulável. Desses, **92** sequer finalizaram o período do estágio probatório (tempo de serviço inferior a 3 anos).

(*)Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2023.

(1)inclui servidores do Serviço Florestal Brasileiro - SFB

O que queremos?

Aprovar e implementar a 4ª proposta (*) de Modernização da Carreira e do PECMA aprovada no XII Congresso Nacional da Ascema Nacional, em maio de 2023, e ratificada pela Condsef/Fenadsef

⇨ Enviada à Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, pelo Ofício nº 6784/2023/MMA, de 21 de agosto de 2023.

(*)Proposta construída a partir de discussões em congressos anteriores da Ascema Nacional e em fóruns específicos da Condsef.

Histórico da criação e processo de negociação da Carreira e do PECMA

NOV/2000

Governo FHC encaminha ao Congresso Nacional o PL nº 3.804/2000 (criação de empregos no Ibama, regidos pela CLT).

DEZ/2000

Início das articulações no Congresso Nacional e da mobilização nacional dos servidores do Ibama para reverter o PL nº 3.804/2000.

SET/2001

MMA adere ao processo e negocia com os servidores do Ibama a inclusão do Ministério na proposta de substitutivo ao PL nº 3.804/2000.

OUT/2001

Substitutivo é aprovado no mérito pela CTASP/Câmara Federal. Ainda em 2001, é aprovado na Câmara e no Senado Federal.

Histórico da criação e processo de negociação da Carreira e do PECMA

14/01/2002

Publicada a **Lei nº 10.410/2002** que cria a Carreira de Especialista em Meio Ambiente com 2 vetos:

Art. 10º: regra de transição no exercício da fiscalização.

Art. 26: autorização para o enquadramento dos servidores do MMA e do Ibama na Carreira.

MAR/2002

iniciado o processo de negociação com o governo para o enquadramento dos servidores do Ibama e do MMA devido ao veto do art. 26 da Lei nº 10.410/2002.

26/06/2002

Publicada a **Lei nº 10.472/2002** que enquadra apenas os servidores ativos do Ibama e os de nível superior do MMA na referência inicial das tabelas salariais da Carreira.

08/06/2002

Realizado o 1º concurso público do Ibama para o cargo de Analista Ambiental. Posse dos aprovados ocorrida em novembro do mesmo ano.

Histórico da criação e processo de negociação da Carreira e do PECMA

24/11/2003

Publicada a **Lei nº 10.775/2003**, que reenquadrou nas tabelas salariais da Carreira, de acordo com o tempo de serviço público federal, todos os servidores ativos do Ibama e os ativos de nível superior do MMA (acordo de greve).

29/10/2004

Assinado o **1º Termo de Compromisso entre o governo e a CONDSEF**.

O governo se compromete a criar duas gratificações de desempenho para os servidores do Ibama e MMA e criar comissões específicas para a reestruturação da Carreira.

13/03/2006

MMA encaminha o Aviso Ministerial Nº 043/GM/MMA ao Ministério do Planejamento com a 1ª proposta de reestruturação da Carreira.

20/10/2006

Publicada a **Lei nº 11.357/2006,** instituindo o PECMA e garantindo os mesmos vencimentos básicos das tabelas da Carreira aos aposentados e pensionistas, bem como aos servidores ativos de nível médio do MMA (acordo de greve).

Histórico da criação e processo de negociação da Carreira e do PECMA

⇨ No Acordo assinado com o governo em 2006, o PECMA foi considerado espelho da Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

- No PECMA encontram-se os servidores que se encontravam aposentados e os instituidores de pensão anteriormente à Lei nº 10.410/2002, que instituiu a Carreira, bem como os servidores ativos de Nível Intermediário do MMA e Serviço Florestal Brasileiro – SFB;
- O governo não cumpriu o acordo feito com a categoria sobre o valor da Gratificação de Desempenho do PECMA, a GTEMA.

Processo de negociação da Carreira e do PECMA

- **2006:** 1ª proposta de reestruturação da Carreira (Aviso Ministerial nº 043/GM/MMA, de 13/03/2006)
- **2009:** 2ª proposta de reestruturação da CEMA Carreira e do PECMA (Aviso Ministerial nº 238-MMA, de 05/11/2009)
- **2015:** 3ª proposta de reestruturação da Carreira e do PECMA (Aviso Ministerial nº 113/15-GM/MMA, de 29/07/2015, e Aviso Ministerial nº 123/15-GM/MMA, de 07/08/2015)
- **2018:** 4ª proposta de Modernização da Carreira e do PECMA (Aviso nº 52/2018-MMA, de 08/05/2018)

Termos de Acordo firmados em Mesa Nacional de Negociação Permanente

- **2004:** 1º Termo de Compromisso, de 29/10/2004, entre o governo e a CONDSEF para a reestruturação da Carreira
- **2008:** 2º Termo de Acordo, de 07/05/2008, entre MMA, Ibama, Instituto Chico Mendes e entidades representativas dos servidores (CUT, CONDSEF e Asibama Nacional)
- **2012:** 3º Termo de Acordo nº 21/2012, de 31/08/2012, entre governo e entidades representativas dos servidores (CUT, CONDSEF e Asibama Nacional)
- **2015:** 4º Termo de Acordo nº 16/2015, de 17/11/2015, entre governo e entidades representativas dos servidores (CONDSEF e Ascema Nacional)

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

- Apresenta medidas para suprir as demandas dos órgãos federais de Meio Ambiente por pessoal especializado e proporcionar aos servidores remuneração justa e condições dignas de trabalho, observados os parâmetros aplicáveis ao conjunto das carreiras da Administração Pública Federal.
- Objetiva atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos da Carreira, em consonância com os parâmetros estabelecidos no § 1° do art. 39 da Constituição Federal, além de instituir um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Composição da Estrutura Remuneratória

I. Vencimento Básico;

II. Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB (Lei nº 11.156/2005) e Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Executiva e de Suporte do Meio Ambiente - GTEMA (Lei nº 11.357/2006);

III. Gratificação de Qualificação - GQ (Lei nº 13324/2016);

IV. Gratificação de Atividades de Risco – GAR; e

V. Indenização de Fronteira com a inclusão da área ambiental federal na Lei nº 12.855/2013 que contempla as carreiras da DPF, PRF, RFB, MAPA etc.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Detalhamento da Estrutura Remuneratória – Premissas Gerais

1. Parametrizar a tabela salarial de nível superior da Carreira de Especialista em Meio Ambiente com a tabela salarial da Carreira de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico/Carreira de Especialista em Geoprocessamento da Agência Nacional de Águas (ANA), atualizada no momento da negociação;
2. Estabelecer a proporção de 70% do VB e 30% da GDAEM em relação à Remuneração Total (RT), excluídas as GQ;
3. Instituir três níveis de Gratificação de Qualificação (GQ) para o cargo de Auxiliar Administrativo;

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Detalhamento da Estrutura Remuneratória – Premissas Gerais

4. Manter a seguinte proporção entre a Remuneração Total (RT) de Nível Intermediário em relação à de Nível Superior, bem como a de Nível Auxiliar em relação ao Nível Intermediário:
   - 85% para SIII;
   - 80% para SII;
   - 75% para SI;
   - 70% para os demais.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Detalhamento da Estrutura Remuneratória – Premissas Gerais

5. Instituir valores variáveis das GQ, em função da Remuneração Total (RT=VB+GDAEM), para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar nas seguintes proporções:

   - GQ I: 10% da RT;
   - GQ II: 15% da RT;
   - GQ III: 20% da RT

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Detalhamento da Estrutura Remuneratória – Premissas Gerais

6. Tornar o PECMA, de fato, “espelho” da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, conforme acordo realizado na Mesa de Negociação Permanente em 2006, eliminando as diferenças que ainda persistem, como o número de classes/padrões;

7. Ter paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, abolindo o tratamento diferenciado e rebaixado para com os aposentados e pensionistas, de tal forma que haja uma única tabela de remuneração para todos os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, independentemente, se ativo ou aposentado

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Gratificação por Atividade de Risco - GAR

⇨ Decorrente das atribuições típicas dos cargos, da natureza do trabalho, do efetivo exercício e desempenho das atividades dos servidores da Carreira nos órgãos ambientais federais. São riscos referentes a:

- atividades externas da fiscalização ambiental;
- vistorias em locais com produtos e resíduos perigosos;
- exposição a agentes biológicos tanto nos centros de triagem de animais silvestres (CETAS) quanto nos laboratórios dos centros de pesquisa e conservação, de tecnologia da madeira, e nas unidades de conservação.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Gratificação por Atividade de Risco - GAR

⇨ Enfim, somos expostos a diversos riscos durante o desempenho de nossas atividades, a exemplo de:

- Ataques de animais selvagens (onças, catetos, queixadas etc.) ou peçonhentos (cobras, abelhas, vespas, escorpiões, aranhas, carrapatos, p.ex.);
- Exposição por longos períodos a condições climáticas desconfortantes;
- Contato com plantas espinhosas ou urticantes;
- Travessias de áreas sujeitas a desmoronamentos (encostas) ou em pedreiras ativas (mineração de calcário, de ferro etc.) com blocos em iminente queda ou ocorrência de explosões;

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Gratificação por Atividade de Risco - GAR

- Exposição a fungos (p. ex., *Histoplasma capsulatum*), vetores endêmicos e epidemiológicos (raiva e leishmaniose, entre outros), lixos, agrotóxicos, efluentes, dejetos, concentrações anômalas e perigosas de gases (p. ex., CO_2 e metano), comuns em ambientes subterrâneos;
- Escorregões, quedas e amputações (principalmente na manipulação de equipamentos de técnicas verticais);
- Produtos inflamáveis e explosivos, comuns nos trabalhos de laboratórios dos centros de pesquisa e conservação, bem como no centro de tecnologia da madeira;

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Gratificação por Atividade de Risco - GAR

- Produtos inflamáveis e explosivos nas atividades de vistorias *in loco* do licenciamento ambiental, da avaliação ambiental de produto agrotóxico, das emergências ambientais em acidentes envolvendo óleo ou outro produto perigoso (vazamento, derramamento, incêndio/explosão).

Estimativa do número de servidores ativos que viriam a receber a Gratificação por atividade de risco:

- **Ibama**: 60%, ou seja, **1.700 servidores**;
- **Instituto Chico Mendes**: 60%, ou seja, **960 servidores**;
- **Serviço Florestal Brasileiro**: 45%, ou seja, **39 servidores**.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Inserção da Carreira de Especialista em Meio Ambiente na Lei nº 12.855/2013

⇨ Trabalhamos em equipes multidisciplinares para otimizar a força de trabalho dos órgãos executores da Política Nacional de Meio Ambiente, alocadas em unidades que dão cobertura aos instrumentos de gestão ambiental, bem como às competências estabelecidas ao Ibama, Instituto Chico Mendes e SFB.

- Parcela significativa dos servidores da Carreira e do PECMA, sem distinção de cargo, trabalha diariamente em unidades descentralizadas (gerências, unidades de conservação, centros de pesquisa e conservação, superintendências, unidades regionais, dentre outras), independentemente de estarem ou não localizadas na Amazônia Legal;

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Inserção da Carreira de Especialista em Meio Ambiente na Lei nº 12.855/2013

- Os servidores da Carreira e do PECMA em caráter habitual e não raro por mais de 30 dias, também precisam se deslocar de seus postos de trabalho, se movimentando em todo o território nacional devido à capilaridade/finalidades dos órgãos e à natureza das atribuições de seus cargos, quando da realização de suas atividades, quais sejam:
  - ✓ vistorias diversas;
  - ✓ estudos e pesquisas;
  - ✓ operações de fiscalização;
  - ✓ auditorias ambientais etc.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

Inserção da Carreira de Especialista em Meio Ambiente na Lei nº 12.855/2013

Estimativa do número de servidores ativos que viriam a receber a indenização devida ao exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas:

- **Ibama**: 60%, ou seja, **1.700 servidores**;
- **Instituto Chico Mendes**: 60%, ou seja, **960 servidores**;
- **Serviço Florestal Brasileiro**: 25%, ou seja, **22 servidores**.

Posição da remuneração dos cargos de NS da Carreira em 2002

19. ESCALA DE VENCIMENTOS

Classificação Segundo Nível Inicial da Carreira

- Nível Superior -

Posição: janeiro/2002

	CARREIRAS	INICIAL	FINAL	% AMPLITUDE
1	Delegado Pol. Federal / Perito Criminal Federal	7.827,81	9.281,73	19
2	Procurador da Fazenda Nacional	5.592,11	5.822,44	4
3	Médico do Trabalho - 40 horas	5.001,18	5.598,50	12
4	Procurador do Banco Central	3.813,16	7.877,84	107
5	Diplomata	3.661,94	5.617,51	53
6	Analista do Banco Central	3.636,59	7.877,84	117
7	Procuradores da Procuradoria Especial da Marinha	3.566,76	7.328,05	105
8	Advogado da União/Assistente Jurídico da AGU	3.566,76	7.328,05	105
9	Defensor Público	3.566,76	7.328,05	105
10	Procurador Federal	3.566,76	7.328,05	105
11	Auditor-Fiscal da Receita Federal	3.242,20	7.328,06	126
12	Auditor-Fiscal do Trabalho	3.242,20	7.328,06	126
13	Auditor-Fiscal da Previdência Social	3.242,20	7.328,06	126
14	Pesquisador - Ciência e Tecnologia com doutorado	3.120,17	5.066,66	62
15	Tecnologista / Analista - Ciência e Tecnologia com doutorado	3.120,17	5.066,66	62
16	Analista Técnico da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	2.970,03	6.971,06	135
17	Inspetor e Analista da CVM - Comissão de Valores Mobiliários	2.970,03	6.971,06	135
18	Analista Fin.Cont/Analista Planej.Orçamento/Gestor/NS IPEA/Téc.e Planej.Pesquisa/Analista Com.Exterior/Tec.Planej.Grupo TP1500	2.970,03	6.971,06	135
19	Analista Administrativo/ Analista Ambiental/ Gestor Administrativo/ Gestor Ambiental	2.548,38	5.100,00	100
20	Grupo de Informações	2.315,97	3.990,19	72
21	Supervisor Médico Pericial	2.315,97	3.621,19	56
22	Fiscal Federal Agropecuário	2.197,98	5.279,36	140

Evolução da remuneração dos cargos de NS da Carreira, a partir de 2002

Comparação da remuneração com os cargos de Fiscal Agropecuário (MAPA) e Especialista em Geoprocessamento (ANA)

Cargos de Nível Superior - Ativo

Cargo Classe/Padrão	Volume 7 - jan/2002		Volume 20 - jul/2005		Volume 55 - nov/2010		Volume 83 - jul/2023	
	A/I	S/III	A/I	S/III	A/I	S/III	A/I	S/III
Analista Ambiental	2.548,38	5.100,00	2.865,38	5.674,46	5.577,64[2]	10.170,21[2]	10.893,30[5]	16.841,95[5]
Fiscal Agropecuário	2.197,98	5.279,36	4.339,33	6.293,02	11.373,59[3]	15.890,00[3]	15.897,33[6]	22.210,10[6]
Especialista em Geoprocessamento	-	-	5.350,71[1]	8.043,92[1]	12.963,00[4]	17.479,00[4]	16.413,35[6]	22.929,74[6]

[1] Total com GQ 20%

[2] Total com GDAEM 100 pontos

[3] Total com GDFFA 100 pontos

[4] Total com GDRH 100 pontos + GQ 20%

[5] Total com GDAEM 100 pontos + GQ Nível III

[6] Total por Subsídio

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

A 4ª proposta de modernização da Carreira e do PECMA vai muito além desses pontos inicialmente apresentados e será entregue à SRT/MGI, a fim de que possa ser analisada nas próximas reuniões da Mesa Específica Temporária ou dado o encaminhamento devido.

Convém destacar outros pontos da proposta que queremos:

- ⇨ Transversalidade da Carreira, supervisionada pelo MMA, de acordo com as diretrizes definidas pelo MGI, com possibilidade de lotação em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, à semelhança das Carreiras de Planejamento e Orçamento, Analista de Infraestrutura, Desenvolvimento de Políticas Sociais e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

- ⇨ Reverter a natureza do cargo em extinção do nível auxiliar com a criação do cargo de Auxiliar Ambiental (autarquias), de nível básico e natureza finalística, com a realização de concursos e estabelecimento de uma tabela completa para todas as classes e padrões.
- ⇨ Autarquizar o Serviço Florestal Brasileiro, instituindo o SFB como uma autarquia vinculada ao MMA, nos moldes do Ibama e Instituto Chico Mendes.
- ⇨ Aprovar a PEC nº 13/2022, que define como instituições permanentes de Estado as autarquias vinculadas ao MMA.
- ⇨ Concurso público urgente e periódico, mediante esforço para dimensionamento, de forma participativa, da força de trabalho necessária para cada órgão, contemplando os perfis de acordo com suas especificidades e revisando as portarias que atualmente dimensionam a força de trabalho nos órgãos.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

- ⇨ Criar alternativas, conforme previsto na Lei nº 10.410/2002, para previsão de formações específicas nos concursos, considerando demandas existentes por profissionais específicos nas instituições.
- ⇨ Inclusão da pesquisa científica a todas as autarquias
  - Autorizar o Ibama, o SFB e o Instituto Chico Mendes a promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos ambientais do Brasil, visando conhecimento e conservação da biodiversidade, geodiversidade e sociobiodiversidade.
    - ✓ Temos o Laboratório de Produtos Florestais (LPF), que completa 50 anos de existência em 2023, centro de excelência que atua proativamente na busca de soluções tecnológicas que visam aprimorar o uso sustentável dos recursos florestais.

Do que se trata a 4ª Proposta de modernização da Carreira e do PECMA

- ⇨ Critérios para ocupação de cargos de chefia priorizando servidores efetivos da carreira, considerando as especificidades do cargo e da situação.
- ⇨ Destinar apenas a servidores efetivos da Carreira a ocupação de cargos comissionados iguais ou inferiores a DAS 4 (ou equivalente).
- ⇨ Estabelecer FCE, FGE e gratificações com valores mais altos para Amazônia e locais de difíceis lotações.
- ⇨ Alterar a Lei 10410/2002, inserindo o artigo 9-A :
  - Será definido em instrumento próprio, para cada grupo de unidades organizacionais com atividades de gestão semelhantes, as tarefas a serem executadas por Analistas, Técnicos e Auxiliares.
- ⇨ Extensão aos técnicos na previsão de possibilidade de acumulação com o cargo de professor.

No nosso entendimento a modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA é essencial para a valorização dos servidores, para o fortalecimento e, consequentemente, para o cumprimento da missão dos órgãos federais de meio ambiente.

⇨ A apresentação completa, o Estudo Técnico nº 295 elaborado pela Subseção do Dieese da Condsef/Fenadsef com a proposta de composição da Estrutura Remuneratória dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, bem como os impactos financeiros serão entregues em mãos e protocolados no SEI/MGI.

CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Fenadsef - Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

Ascema Nacional - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA

Obrigada!

Estudo Técnico nº 295 *(VERSÃO 02)*

Proposta de composição da Estrutura Remuneratória dos Cargos da Área Ambiental Federal (MMA, IBAMA, SFB, Instituto Chico Mendes) relativas aos NÍVEIS: SUPERIOR, INTERMEDIÁRIO e AUXILIAR

(Versão preliminar sujeita a modificações)

Observações:

- **Este estudo foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF para subsidiar os debates e discussões da Direção Executiva da CONDSEF e suas entidades filiadas em relação ao conteúdo abordado no Estudo.**
- **Importante verificar atentamente as observações contidas abaixo das tabelas elaboradas**

AGOSTO/2023

Tabela 01
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Superior - 80 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 80 pts.					TOTAL (em R$) - 80 pts.			
			(*)		(**)			Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
ESPECIAL	III	16.050,82	5.503,14	6.878,92	2.155,40	3.233,09	4.310,79	**21.553,96**	**23.709,35**	**24.787,05**	**25.864,75**	3.210,16	**24.764,12**	**26.919,51**	**27.997,21**	**29.074,91**
	II	15.670,69	5.372,81	6.716,01	2.104,35	3.156,52	4.208,70	**21.043,50**	**23.147,85**	**24.200,02**	**25.252,20**	3.134,14	**24.177,64**	**26.281,99**	**27.334,16**	**28.386,34**
	I	15.290,58	5.242,48	6.553,10	2.053,31	3.079,96	4.106,61	**20.533,06**	**22.586,37**	**23.613,02**	**24.639,67**	3.058,12	**23.591,17**	**25.644,48**	**26.671,13**	**27.697,79**
B	V	14.910,46	5.112,16	6.390,20	2.002,26	3.003,39	4.004,52	**20.022,61**	**22.024,87**	**23.026,00**	**24.027,13**	2.982,09	**23.004,70**	**25.006,96**	**26.008,09**	**27.009,22**
	IV	14.531,13	4.982,10	6.227,63	1.951,32	2.926,99	3.902,65	**19.513,23**	**21.464,56**	**22.440,22**	**23.415,88**	2.906,23	**22.419,46**	**24.370,78**	**25.346,45**	**26.322,11**
	III	14.150,20	4.851,50	6.064,37	1.900,17	2.850,25	3.800,34	**19.001,70**	**20.901,87**	**21.851,95**	**22.802,03**	2.830,04	**21.831,74**	**23.731,91**	**24.681,99**	**25.632,07**
	II	13.770,88	4.721,45	5.901,81	1.849,23	2.773,85	3.698,47	**18.492,33**	**20.341,56**	**21.266,18**	**22.190,79**	2.754,18	**21.246,51**	**23.095,74**	**24.020,35**	**24.944,97**
	I	13.389,96	4.590,84	5.738,55	1.798,08	2.697,12	3.596,16	**17.980,80**	**19.778,88**	**20.677,92**	**21.576,96**	2.677,99	**20.658,79**	**22.456,87**	**23.355,91**	**24.254,95**
A	V	13.010,64	4.460,79	5.575,99	1.747,14	2.620,71	3.494,29	**17.471,43**	**19.218,58**	**20.092,15**	**20.965,72**	2.602,13	**20.073,56**	**21.820,70**	**22.694,28**	**23.567,85**
	IV	12.630,52	4.330,46	5.413,08	1.696,10	2.544,15	3.392,20	**16.960,98**	**18.657,08**	**19.505,13**	**20.353,18**	2.526,10	**19.487,09**	**21.183,19**	**22.031,24**	**22.879,28**
	III	12.249,59	4.199,86	5.249,83	1.644,95	2.467,42	3.289,89	**16.449,45**	**18.094,40**	**18.916,87**	**19.739,35**	2.449,92	**18.899,37**	**20.544,32**	**21.366,79**	**22.189,26**
	II	11.870,26	4.069,80	5.087,26	1.594,01	2.391,01	3.188,01	**15.940,07**	**17.534,08**	**18.331,08**	**19.128,08**	2.374,05	**18.314,12**	**19.908,13**	**20.705,13**	**21.502,14**
	I	11.489,35	3.939,20	4.924,01	1.542,85	2.314,28	3.085,71	**15.428,55**	**16.971,40**	**17.742,83**	**18.514,26**	2.297,87	**17.726,42**	**19.269,27**	**20.040,70**	**20.812,13**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 02
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Superior - 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 100 pts.					TOTAL (em R$) - 100 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I=(A+C+E)	J=(A+C+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
ESPECIAL	III	16.050,82	5.503,14	6.878,92	2.292,97	3.439,46	4.585,95	**22.929,74**	**25.222,71**	**26.369,20**	**27.515,69**	3.210,16	**26.139,90**	**28.432,88**	**29.579,36**	**30.725,85**
	II	15.670,69	5.372,81	6.716,01	2.238,67	3.358,01	4.477,34	**22.386,70**	**24.625,37**	**25.744,71**	**26.864,04**	3.134,14	**25.520,84**	**27.759,51**	**28.878,84**	**29.998,18**
	I	15.290,58	5.242,48	6.553,10	2.184,37	3.276,55	4.368,74	**21.843,68**	**24.028,05**	**25.120,23**	**26.212,42**	3.058,12	**24.901,80**	**27.086,16**	**28.178,35**	**29.270,53**
B	V	14.910,46	5.112,16	6.390,20	2.130,07	3.195,10	4.260,13	**21.300,65**	**23.430,72**	**24.495,75**	**25.560,78**	2.982,09	**24.282,74**	**26.412,81**	**27.477,84**	**28.542,87**
	IV	14.531,13	4.982,10	6.227,63	2.075,88	3.113,81	4.151,75	**20.758,76**	**22.834,64**	**23.872,57**	**24.910,51**	2.906,23	**23.664,99**	**25.740,86**	**26.778,80**	**27.816,74**
	III	14.150,20	4.851,50	6.064,37	2.021,46	3.032,19	4.042,91	**20.214,57**	**22.236,03**	**23.246,76**	**24.257,48**	2.830,04	**23.044,61**	**25.066,07**	**26.076,80**	**27.087,52**
	II	13.770,88	4.721,45	5.901,81	1.967,27	2.950,90	3.934,54	**19.672,69**	**21.639,96**	**22.623,59**	**23.607,23**	2.754,18	**22.426,87**	**24.394,14**	**25.377,77**	**26.361,40**
	I	13.389,96	4.590,84	5.738,55	1.912,85	2.869,28	3.825,70	**19.128,51**	**21.041,36**	**21.997,79**	**22.954,21**	2.677,99	**21.806,50**	**23.719,35**	**24.675,78**	**25.632,20**
A	V	13.010,64	4.460,79	5.575,99	1.858,66	2.787,99	3.717,33	**18.586,63**	**20.445,29**	**21.374,62**	**22.303,96**	2.602,13	**21.188,76**	**23.047,42**	**23.976,75**	**24.906,08**
	IV	12.630,52	4.330,46	5.413,08	1.804,36	2.706,54	3.608,72	**18.043,60**	**19.847,96**	**20.750,14**	**21.652,32**	2.526,10	**20.569,70**	**22.374,06**	**23.276,24**	**24.178,42**
	III	12.249,59	4.199,86	5.249,83	1.749,94	2.624,91	3.499,88	**17.499,42**	**19.249,36**	**20.124,33**	**20.999,30**	2.449,92	**19.949,34**	**21.699,28**	**22.574,25**	**23.449,22**
	II	11.870,26	4.069,80	5.087,26	1.695,75	2.543,63	3.391,50	**16.957,52**	**18.653,27**	**19.501,15**	**20.349,02**	2.374,05	**19.331,57**	**21.027,32**	**21.875,20**	**22.723,08**
	I	11.489,35	3.939,20	4.924,01	1.641,34	2.462,00	3.282,67	**16.413,35**	**18.054,69**	**18.875,35**	**19.696,02**	2.297,87	**18.711,22**	**20.352,55**	**21.173,22**	**21.993,89**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 03
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Superior - 80 e 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		ATIVOS / APOSENTADOS	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R$)	
			(*)		80 pts.	100 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)
ESPECIAL	III	16.050,82	5.503,14	6.878,92	**21.553,96**	**22.929,74**
	II	15.670,69	5.372,81	6.716,01	**21.043,50**	**22.386,70**
	I	15.290,58	5.242,48	6.553,10	**20.533,06**	**21.843,68**
B	V	14.910,46	5.112,16	6.390,20	**20.022,61**	**21.300,65**
	IV	14.531,13	4.982,10	6.227,63	**19.513,23**	**20.758,76**
	III	14.150,20	4.851,50	6.064,37	**19.001,70**	**20.214,57**
	II	13.770,88	4.721,45	5.901,81	**18.492,33**	**19.672,69**
	I	13.389,96	4.590,84	5.738,55	**17.980,80**	**19.128,51**
A	V	13.010,64	4.460,79	5.575,99	**17.471,43**	**18.586,63**
	IV	12.630,52	4.330,46	5.413,08	**16.960,98**	**18.043,60**
	III	12.249,59	4.199,86	5.249,83	**16.449,45**	**17.499,42**
	II	11.870,26	4.069,80	5.087,26	**15.940,07**	**16.957,52**
	I	11.489,35	3.939,20	4.924,01	**15.428,55**	**16.413,35**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

Tabela 04
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Intermediário - 80 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 80 pts.					TOTAL (em R$) - 80 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
ESPECIAL	III	13.643,20	4.677,67	5.847,08	1.832,09	2.748,13	3.664,17	**18.320,86**	**20.152,95**	**21.068,99**	**21.985,03**	2.728,64	**21.049,50**	**22.881,59**	**23.797,63**	**24.713,67**
	II	12.536,55	4.298,25	5.372,81	1.683,48	2.525,22	3.366,96	**16.834,80**	**18.518,28**	**19.360,02**	**20.201,76**	2.507,31	**19.342,11**	**21.025,59**	**21.867,33**	**22.709,07**
	I	11.467,93	3.931,86	4.914,83	1.539,98	2.309,97	3.079,96	**15.399,79**	**16.939,77**	**17.709,76**	**18.479,75**	2.293,59	**17.693,38**	**19.233,36**	**20.003,35**	**20.773,34**
C	IV	10.437,32	3.578,51	4.473,14	1.401,58	2.102,37	2.803,17	**14.015,83**	**15.417,41**	**16.118,20**	**16.818,99**	2.087,46	**16.103,29**	**17.504,87**	**18.205,67**	**18.906,46**
	III	10.171,79	3.487,47	4.359,34	1.365,93	2.048,89	2.731,85	**13.659,26**	**15.025,19**	**15.708,15**	**16.391,12**	2.034,36	**15.693,62**	**17.059,55**	**17.742,51**	**18.425,48**
	II	9.905,14	3.396,05	4.245,06	1.330,12	1.995,18	2.660,24	**13.301,19**	**14.631,31**	**15.296,37**	**15.961,42**	1.981,03	**15.282,21**	**16.612,33**	**17.277,39**	**17.942,45**
	I	9.639,62	3.305,01	4.131,26	1.294,46	1.941,69	2.588,93	**12.944,63**	**14.239,09**	**14.886,32**	**15.533,56**	1.927,92	**14.872,55**	**16.167,02**	**16.814,25**	**17.461,48**
B	IV	9.372,97	3.213,59	4.016,99	1.258,66	1.887,98	2.517,31	**12.586,56**	**13.845,22**	**14.474,54**	**15.103,87**	1.874,59	**14.461,15**	**15.719,81**	**16.349,14**	**16.978,47**
	III	9.107,45	3.122,55	3.903,19	1.223,00	1.834,50	2.446,00	**12.230,00**	**13.453,00**	**14.064,50**	**14.676,00**	1.821,49	**14.051,49**	**15.274,49**	**15.885,99**	**16.497,49**
	II	8.841,36	3.031,32	3.789,16	1.187,27	1.780,90	2.374,54	**11.872,69**	**13.059,96**	**13.653,59**	**14.247,23**	1.768,27	**13.640,96**	**14.828,23**	**15.421,86**	**16.015,50**
	I	8.574,72	2.939,90	3.674,88	1.151,46	1.727,19	2.302,92	**11.514,62**	**12.666,08**	**13.241,81**	**13.817,54**	1.714,94	**13.229,56**	**14.381,02**	**14.956,75**	**15.532,49**
A	IV	8.309,18	2.848,86	3.561,08	1.115,80	1.673,71	2.231,61	**11.158,05**	**12.273,85**	**12.831,76**	**13.389,66**	1.661,84	**12.819,89**	**13.935,69**	**14.493,59**	**15.051,49**
	III	8.042,54	2.757,44	3.446,80	1.080,00	1.620,00	2.160,00	**10.799,98**	**11.879,98**	**12.419,98**	**12.959,98**	1.608,51	**12.408,49**	**13.488,49**	**14.028,49**	**14.568,49**
	II	7.784,49	2.668,97	3.336,21	1.045,35	1.568,02	2.090,69	**10.453,45**	**11.498,80**	**12.021,47**	**12.544,14**	1.556,90	**12.010,35**	**13.055,69**	**13.578,37**	**14.101,04**
	I	7.534,71	2.583,33	3.229,16	1.011,80	1.517,71	2.023,61	**10.118,04**	**11.129,84**	**11.635,75**	**12.141,65**	1.506,94	**11.624,98**	**12.636,79**	**13.142,69**	**13.648,59**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Os valores dos VBs e Gratificações levam em consideração as premissas deliberadas e os valores considerados dos padrões Especial III a AIII do Nível Superior.

(6) Como a tabela do Nível Intermediário possui 15 referências salariais (sendo que o Nível Superior possui 13), os valores das referências AII e AI foram compostas a partir dos interstícios do nível intermediário entre as referências salariais AIV e AIII da tabela construída para o Nível Intermediário tomando como base a do Nível Superior.

(7) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 05
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Intermediário - 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 100 pts.					TOTAL (em R$) - 100 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
ESPECIAL	III	13.643,20	4.677,67	5.847,08	1.949,03	2.923,54	3.898,06	**19.490,28**	**21.439,31**	**22.413,82**	**23.388,33**	2.728,64	**22.218,92**	**24.167,95**	**25.142,46**	**26.116,97**
	II	12.536,55	4.298,25	5.372,81	1.790,94	2.686,40	3.581,87	**17.909,36**	**19.700,30**	**20.595,76**	**21.491,23**	2.507,31	**20.416,67**	**22.207,61**	**23.103,07**	**23.998,54**
	I	11.467,93	3.931,86	4.914,83	1.638,28	2.457,41	3.276,55	**16.382,76**	**18.021,04**	**18.840,17**	**19.659,31**	2.293,59	**18.676,35**	**20.314,62**	**21.133,76**	**21.952,90**
C	IV	10.437,32	3.578,51	4.473,14	1.491,05	2.236,57	2.982,09	**14.910,46**	**16.401,50**	**17.147,02**	**17.892,55**	2.087,46	**16.997,92**	**18.488,96**	**19.234,49**	**19.980,01**
	III	10.171,79	3.487,47	4.359,34	1.453,11	2.179,67	2.906,23	**14.531,13**	**15.984,25**	**16.710,80**	**17.437,36**	2.034,36	**16.565,49**	**18.018,60**	**18.745,16**	**19.471,72**
	II	9.905,14	3.396,05	4.245,06	1.415,02	2.122,53	2.830,04	**14.150,20**	**15.565,22**	**16.272,73**	**16.980,24**	1.981,03	**16.131,23**	**17.546,25**	**18.253,76**	**18.961,27**
	I	9.639,62	3.305,01	4.131,26	1.377,09	2.065,63	2.754,18	**13.770,88**	**15.147,97**	**15.836,52**	**16.525,06**	1.927,92	**15.698,81**	**17.075,89**	**17.764,44**	**18.452,98**
B	IV	9.372,97	3.213,59	4.016,99	1.339,00	2.008,49	2.677,99	**13.389,96**	**14.728,95**	**15.398,45**	**16.067,95**	1.874,59	**15.264,55**	**16.603,55**	**17.273,04**	**17.942,54**
	III	9.107,45	3.122,55	3.903,19	1.301,06	1.951,60	2.602,13	**13.010,64**	**14.311,71**	**14.962,24**	**15.612,77**	1.821,49	**14.832,13**	**16.133,19**	**16.783,73**	**17.434,26**
	II	8.841,36	3.031,32	3.789,16	1.263,05	1.894,58	2.526,10	**12.630,52**	**13.893,57**	**14.525,10**	**15.156,62**	1.768,27	**14.398,79**	**15.661,84**	**16.293,37**	**16.924,90**
	I	8.574,72	2.939,90	3.674,88	1.224,96	1.837,44	2.449,92	**12.249,59**	**13.474,55**	**14.087,03**	**14.699,51**	1.714,94	**13.964,54**	**15.189,50**	**15.801,98**	**16.414,46**
A	IV	8.309,18	2.848,86	3.561,08	1.187,03	1.780,54	2.374,05	**11.870,26**	**13.057,29**	**13.650,80**	**14.244,32**	1.661,84	**13.532,10**	**14.719,13**	**15.312,64**	**15.906,15**
	III	8.042,54	2.757,44	3.446,80	1.148,93	1.723,40	2.297,87	**11.489,35**	**12.638,28**	**13.212,75**	**13.787,21**	1.608,51	**13.097,85**	**14.246,79**	**14.821,26**	**15.395,72**
	II	7.784,49	2.668,97	3.336,21	1.112,07	1.668,10	2.224,14	**11.120,69**	**12.232,76**	**12.788,80**	**13.344,83**	1.556,90	**12.677,59**	**13.789,66**	**14.345,70**	**14.901,73**
	I	7.534,71	2.583,33	3.229,16	1.076,39	1.614,58	2.152,77	**10.763,87**	**11.840,26**	**12.378,45**	**12.916,65**	1.506,94	**12.270,81**	**13.347,20**	**13.885,39**	**14.423,59**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Os valores dos VBs e Gratificações levam em consideração as premissas deliberadas e os valores considerados dos padrões Especial III a AIII do Nível Superior.

(6) Como a tabela do Nível Intermediário possui 15 referências salariais (sendo que o Nível Superior possui 13), os valores das referências AII e AI foram compostas a partir dos interstícios do nível intermediário entre as referências salariais AIV e AIII da tabela construída para o Nível Intermediário tomando como base a do Nível Superior.

(7) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 06
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Intermediário - 80 e 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		ATIVOS / APOSENTADOS	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R$)	
					80 pts.	100 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)
ESPECIAL	III	13.643,20	4.677,67	5.847,08	**18.320,86**	**19.490,28**
	II	12.536,55	4.298,25	5.372,81	**16.834,80**	**17.909,36**
	I	11.467,93	3.931,86	4.914,83	**15.399,79**	**16.382,76**
C	IV	10.437,32	3.578,51	4.473,14	**14.015,83**	**14.910,46**
	III	10.171,79	3.487,47	4.359,34	**13.659,26**	**14.531,13**
	II	9.905,14	3.396,05	4.245,06	**13.301,19**	**14.150,20**
	I	9.639,62	3.305,01	4.131,26	**12.944,63**	**13.770,88**
B	IV	9.372,97	3.213,59	4.016,99	**12.586,56**	**13.389,96**
	III	9.107,45	3.122,55	3.903,19	**12.230,00**	**13.010,64**
	II	8.841,36	3.031,32	3.789,16	**11.872,69**	**12.630,52**
	I	8.574,72	2.939,90	3.674,88	**11.514,62**	**12.249,59**
A	IV	8.309,18	2.848,86	3.561,08	**11.158,05**	**11.870,26**
	III	8.042,54	2.757,44	3.446,80	**10.799,98**	**11.489,35**
	II	7.784,49	2.668,97	3.336,21	**10.453,45**	**11.120,69**
	I	7.534,71	2.583,33	3.229,16	**10.118,04**	**10.763,87**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(4) Os valores dos VBs e Gratificações levam em consideração as premissas deliberadas e os valores considerados dos padrões Especial III a AIII do Nível Superior.

(5) Como a tabela do Nível Intermediário possui 15 referências salariais (sendo que o Nível Superior possui 13), os valores das referências AII e AI foram compostas a partir dos interstícios do nível intermediário entre as referências salariais AIV e AIII da tabela construída para o Nível Intermediário tomando como base a do Nível Superior.

Tabela 07
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 80 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 80 pts.					TOTAL (em R$) - 80 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
ESPECIAL	III	11.596,72	3.976,02	4.970,02	1.557,27	2.335,91	3.114,55	**15.572,73**	**17.130,01**	**17.908,64**	**18.687,28**	2.319,34	**17.892,08**	**19.449,35**	**20.227,99**	**21.006,62**
	II	10.029,24	3.438,60	4.298,25	1.346,78	2.020,18	2.693,57	**13.467,84**	**14.814,62**	**15.488,01**	**16.161,41**	2.005,85	**15.473,69**	**16.820,47**	**17.493,86**	**18.167,25**
	I	8.600,95	2.948,90	3.686,12	1.154,98	1.732,48	2.309,97	**11.549,85**	**12.704,83**	**13.282,32**	**13.859,81**	1.720,19	**13.270,04**	**14.425,02**	**15.002,51**	**15.580,00**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 08
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 100 pts.					TOTAL (em R$) - 100 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
	III	11.596,72	3.976,02	4.970,02	1.656,67	2.485,01	3.313,35	**16.566,74**	**18.223,41**	**19.051,75**	**19.880,08**	2.319,34	**18.886,08**	**20.542,75**	**21.371,09**	**22.199,43**
ESPECIAL	II	10.029,24	3.438,60	4.298,25	1.432,75	2.149,12	2.865,50	**14.327,49**	**15.760,24**	**16.476,61**	**17.192,99**	2.005,85	**16.333,34**	**17.766,09**	**18.482,46**	**19.198,83**
	I	8.600,95	2.948,90	3.686,12	1.228,71	1.843,06	2.457,41	**12.287,07**	**13.515,78**	**14.130,13**	**14.744,48**	1.720,19	**14.007,26**	**15.235,97**	**15.850,32**	**16.464,67**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

Tabela 09
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 80 e 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		**ATIVOS / APOSENTADOS**	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R$)	
					80 pts.	100 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)
ESPECIAL	III	11.596,72	3.976,02	4.970,02	**15.572,73**	**16.566,74**
	II	10.029,24	3.438,60	4.298,25	**13.467,84**	**14.327,49**
	I	8.600,95	2.948,90	3.686,12	**11.549,85**	**12.287,07**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

Tabela 10
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 80 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 80 pts.					TOTAL (em R$) - 80 pts.			
			(*)		(**)			Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
C	IV	11.596,72	3.976,02	4.970,02	1.557,27	2.335,91	3.114,55	**15.572,73**	**17.130,01**	**17.908,64**	**18.687,28**	2.319,34	**17.892,08**	**19.449,35**	**20.227,99**	**21.006,62**
	III	10.029,24	3.438,60	4.298,25	1.346,78	2.020,18	2.693,57	**13.467,84**	**14.814,62**	**15.488,01**	**16.161,41**	2.005,85	**15.473,69**	**16.820,47**	**17.493,86**	**18.167,25**
	II	8.600,95	2.948,90	3.686,12	1.154,98	1.732,48	2.309,97	**11.549,85**	**12.704,83**	**13.282,32**	**13.859,81**	1.720,19	**13.270,04**	**14.425,02**	**15.002,51**	**15.580,00**
	I	7.306,12	2.504,96	3.131,20	981,11	1.471,66	1.962,22	**9.811,08**	**10.792,19**	**11.282,74**	**11.773,30**	1.461,22	**11.272,30**	**12.253,41**	**12.743,97**	**13.234,52**
B	IV	7.120,25	2.441,23	3.051,54	956,15	1.434,22	1.912,30	**9.561,48**	**10.517,63**	**10.995,71**	**11.473,78**	1.424,05	**10.985,54**	**11.941,68**	**12.419,76**	**12.897,83**
	III	6.933,60	2.377,23	2.971,54	931,08	1.396,62	1.862,17	**9.310,83**	**10.241,91**	**10.707,46**	**11.173,00**	1.386,72	**10.697,55**	**11.628,63**	**12.094,18**	**12.559,72**
	II	6.747,73	2.313,51	2.891,89	906,12	1.359,19	1.812,25	**9.061,24**	**9.967,37**	**10.420,43**	**10.873,49**	1.349,55	**10.410,79**	**11.316,91**	**11.769,97**	**12.223,04**
	I	6.561,08	2.249,51	2.811,89	881,06	1.321,59	1.762,12	**8.810,59**	**9.691,65**	**10.132,18**	**10.572,71**	1.312,22	**10.122,81**	**11.003,87**	**11.444,40**	**11.884,93**
A	IV	6.375,21	2.185,79	2.732,23	856,10	1.284,15	1.712,20	**8.561,00**	**9.417,10**	**9.845,15**	**10.273,20**	1.275,04	**9.836,04**	**10.692,14**	**11.120,19**	**11.548,24**
	III	6.188,95	2.121,93	2.652,41	831,09	1.246,63	1.662,18	**8.310,88**	**9.141,97**	**9.557,51**	**9.973,06**	1.237,79	**9.548,67**	**10.379,76**	**10.795,31**	**11.210,85**
	II	6.002,30	2.057,93	2.572,41	806,02	1.209,03	1.612,05	**8.060,23**	**8.866,26**	**9.269,27**	**9.672,28**	1.200,46	**9.260,69**	**10.066,72**	**10.469,73**	**10.872,74**
	I	5.816,43	1.994,20	2.492,76	781,06	1.171,60	1.562,13	**7.810,63**	**8.591,70**	**8.982,23**	**9.372,76**	1.163,29	**8.973,92**	**9.754,98**	**10.145,51**	**10.536,05**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

(6) Para composição dessa tabela de Nível Auxiliar, levou-se em consideração a Estrutura Remuneratória (Classes e Padrões) da Lei nº 11.907 de 02.02.2009.

Para maiores detalhes, veificar a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Nº 59 do DESIN/SEGEP/MP.

Tabela 11
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		NÍVEL GQ			ATIVOS / APOSENTADOS				GAR	ATIVOS / APOSENTADOS			
			80 pts.	100 pts.	I	II	III	TOTAL (em R$) - 100 pts.					TOTAL (em R$) - 100 pts.			
			(*)			(**)		Sem GQ	GQ Nível I	GQ Nível II	GQ Nível III		Sem GQ com GAR	GQ Nível I com GAR	GQ Nível II com GAR	GQ Nível III com GAR
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	(K)	L=(G+K)	M=(H+K)	N=(I+K)	O=(J+K)
C	IV	11.596,72	3.976,02	4.970,02	1.656,67	2.485,01	3.313,35	**15.572,73**	**17.229,41**	**18.057,74**	**18.886,08**	2.319,34	**17.892,08**	**19.548,75**	**20.377,09**	**21.205,42**
	III	10.029,24	3.438,60	4.298,25	1.432,75	2.149,12	2.865,50	**13.467,84**	**14.900,59**	**15.616,96**	**16.333,34**	2.005,85	**15.473,69**	**16.906,44**	**17.622,81**	**18.339,18**
	II	8.600,95	2.948,90	3.686,12	1.228,71	1.843,06	2.457,41	**11.549,85**	**12.778,55**	**13.392,91**	**14.007,26**	1.720,19	**13.270,04**	**14.498,74**	**15.113,10**	**15.727,45**
	I	7.306,12	2.504,96	3.131,20	1.043,73	1.565,60	2.087,46	**9.811,08**	**10.854,81**	**11.376,68**	**11.898,54**	1.461,22	**11.272,30**	**12.316,04**	**12.837,90**	**13.359,77**
B	IV	7.120,25	2.441,23	3.051,54	1.017,18	1.525,77	2.034,36	**9.561,48**	**10.578,66**	**11.087,25**	**11.595,84**	1.424,05	**10.985,54**	**12.002,72**	**12.511,30**	**13.019,89**
	III	6.933,60	2.377,23	2.971,54	990,51	1.485,77	1.981,03	**9.310,83**	**10.301,34**	**10.796,60**	**11.291,86**	1.386,72	**10.697,55**	**11.688,06**	**12.183,32**	**12.678,58**
	II	6.747,73	2.313,51	2.891,89	963,96	1.445,94	1.927,92	**9.061,24**	**10.025,20**	**10.507,18**	**10.989,16**	1.349,55	**10.410,79**	**11.374,75**	**11.856,73**	**12.338,71**
	I	6.561,08	2.249,51	2.811,89	937,30	1.405,95	1.874,59	**8.810,59**	**9.747,89**	**10.216,54**	**10.685,19**	1.312,22	**10.122,81**	**11.060,10**	**11.528,75**	**11.997,40**
A	IV	6.375,21	2.185,79	2.732,23	910,74	1.366,12	1.821,49	**8.561,00**	**9.471,75**	**9.927,12**	**10.382,49**	1.275,04	**9.836,04**	**10.746,79**	**11.202,16**	**11.657,53**
	III	6.188,95	2.121,93	2.652,41	884,14	1.326,20	1.768,27	**8.310,88**	**9.195,02**	**9.637,09**	**10.079,15**	1.237,79	**9.548,67**	**10.432,81**	**10.874,88**	**11.316,95**
	II	6.002,30	2.057,93	2.572,41	857,47	1.286,21	1.714,94	**8.060,23**	**8.917,70**	**9.346,44**	**9.775,18**	1.200,46	**9.260,69**	**10.118,16**	**10.546,90**	**10.975,64**
	I	5.816,43	1.994,20	2.492,76	830,92	1.246,38	1.661,84	**7.810,63**	**8.641,55**	**9.057,01**	**9.472,47**	1.163,29	**8.973,92**	**9.804,84**	**10.220,30**	**10.635,76**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) GQ = Gratificação de Qualificação. GAR = Gratificação de Atividades de Risco.

(4) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(5) Para os cálculos dos GQs foram consideradas as respectivas RTs - Remunerações Totais, seja com 100 ou 80 pontos a título de Gratificação.

(6) Para composição dessa tabela de Nível Auxiliar, levou-se em consideração a Estrutura Remuneratória (Classes e Padrões) da Lei nº 11.907 de 02.02.2009.

Para maiores detalhes, veificar a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Nº 59 do DESIN/SEGEP/MP.

Tabela 12
ÁREA AMBIENTAL FEDERAL
IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e SFB

Nível Auxiliar - 80 e 100 PONTOS

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		ATIVOS / APOSENTADOS	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R$)	
					80 pts.	100 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)
C	IV	11.596,72	3.976,02	4.970,02	**15.572,73**	**16.566,74**
	III	10.029,24	3.438,60	4.298,25	**13.467,84**	**14.327,49**
	II	8.600,95	2.948,90	3.686,12	**11.549,85**	**12.287,07**
	I	7.306,12	2.504,96	3.131,20	**9.811,08**	**10.437,32**
B	IV	7.120,25	2.441,23	3.051,54	**9.561,48**	**10.171,79**
	III	6.933,60	2.377,23	2.971,54	**9.310,83**	**9.905,14**
	II	6.747,73	2.313,51	2.891,89	**9.061,24**	**9.639,62**
	I	6.561,08	2.249,51	2.811,89	**8.810,59**	**9.372,97**
A	IV	6.375,21	2.185,79	2.732,23	**8.561,00**	**9.107,45**
	III	6.188,95	2.121,93	2.652,41	**8.310,88**	**8.841,36**
	II	6.002,30	2.057,93	2.572,41	**8.060,23**	**8.574,72**
	I	5.816,43	1.994,20	2.492,76	**7.810,63**	**8.309,18**

Fontes: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios. Deliberações do XII Congresso Nacional da ASCEMA Nacional.

Observações:

(1) Os cálculos acima foram realizados levando-se em consideração as deliberações e premissas do XII Congresso da ASCEMA Nacional.

(2) VB= Vencimento Básico. GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental.

(3) Na tabela acima não constam os valores relativos à INDENIZAÇÃO DE FRONTEIRA, deliberação também prevista para compor a estrutura remuneratória.

(4) Para composição dessa tabela de Nível Auxiliar, levou-se em consideração a Estrutura Remuneratória (Classes e Padrões) da Lei nº 11.907 de 02.02.2009.

Para maiores detalhes, veificar a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Nº 59 do DESIN/SEGEP/MP.

Condsef

De: notificacao@servicos.gov.br
Enviado em: terça-feira, 10 de outubro de 2023 09:26
Para: [redacted], condsef@condsef.org.br
Assunto: Protocolo Digital - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - Solicitação Aceita: 308803.3050952/2023

Prezado (a) usuário (a),

Informamos que a solicitação no Protocolo Digital Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi aceita e gerou o Número Único de Protocolo (NUP) 14021.190682/2023-02.

Quaisquer divergências das informaçõoes prestadas ou problemas nos arquivos anexados serão comunicados ao(à) senhor(a) através dos e-mails informados em seu cadastro.

Informaçõoes referentes à tramitação de seu processo estarão disponíveis no sítio gov.br/economia/sei

Por gentileza, finalize a sua solicitação no portal Gov.br e responda nossa pesquisa de satisfação. Sua participação nos ajudará a melhorar cada vez mais os serviços.

Atenciosamente,
Equipe de atendimento Protocolo Digital
Esta é uma mensagem automática e não deve ser respondida.
Clique aqui para mais informaçõoes de sua solicitação.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 308803.3050952/2023

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: FATIMA [redacted]
E-mail: ********@*****.***.*r
CPF: ***[redacted]**

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - CONDSEF
E-mail: *******@*******.***.*r
CNPJ: 26.474.510/0001-94

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 308803.3050952/2023
Tipo da Solicitação: 1 - Protocolizar documentos para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Informações Complementares: Não há
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 09/10/2023 às 18:04

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Oficio_conjunto_001_06 10 2023_encaminha_proposta_modernizacao_CEMA_e_PECMA_ao_MGI_assinado.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Apresentação da Carreira Ambiental	versao_resumida_09 10 2023_Mesa_Temporaria_apresentação_CEMA-PECMA.pdf
Estudo Técnico nº 295 (Dieese) - Área Ambiental	Estudo Técnico 295 - Área Ambiental - V02.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público

TERMO DE ACORDO N° 16 / 2015.

Define os termos do Acordo resultante das negociações entre Governo Federal e as entidades representativas dos servidores da carreira de Especialista em Meio Ambiente e Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente - PECMA.

Cláusula primeira. Este termo de Acordo dispõe sobre o processo de reestruturação da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – PECMA, de que tratam os arts. 12 e seguintes da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Cláusula segunda. As tabelas remuneratórias da carreira e do plano de cargos de que tratam a cláusula primeira serão reestruturadas nos termos do anexo I deste acordo, com impactos financeiros a serem implementados em agosto de 2016 e janeiro de 2017.

Cláusula terceira. A Gratificação de Qualificação (GQ) será reestruturada da seguinte forma:

- **Nível Superior da Carreira de Especialista em Meio Ambiente:**

I – A GQ 1 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de curso de especialização;

II – A GQ 2 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de curso de mestrado; e

III – A GQ 3 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de curso de doutorado em áreas específicas a serem definidas em regulamento.

➢ **Nível Intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA:**

I – A GQ 1 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de cursos de capacitação que totalizem a carga horária de 180 horas;

II – A GQ 2 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de cursos de capacitação que totalizem a carga horária de 250 horas; e

III – A GQ 3 será devida aos titulares de cargos de provimento efetivo pela realização de cursos de capacitação que totalizem a carga horária de 360 horas.

Parágrafo único. Regulamento do Ministério do Meio Ambiente-MMA disporá sobre as modalidades de curso, situações específicas de acumulação de cargas horárias para atingimento da carga horária mínima e procedimentos gerais para concessão da referida gratificação do nível intermediário.

Cláusula quarta. A incorporação da gratificação de desempenho (GD) nos proventos de aposentadoria será devida aos servidores e aposentados abrangidos pelos artigos 3º, 6º e 6º - A, da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Parágrafo primeiro. A incorporação que trata esta cláusula dar-se-á pela média aritmética dos pontos concedidos aos servidores no período igual a 60 (sessenta) meses anteriores à data da aposentadoria.

Parágrafo segundo. A gratificação de desempenho (GD) que na regra vigente é incorporada aos proventos de aposentadoria pela média dos valores percebidos por período igual a 60 (sessenta) meses passará a ser incorporada pela média equivalente dos pontos atribuídos no período igual ou superior a 60 (sessenta) meses anteriores à data de aposentadoria.

Parágrafo terceiro. A diferença de pontos entre a quantidade prevista na regra atual e a média dos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria do servidor será implementada da seguinte forma: um terço da diferença em janeiro de 2017, um terço da diferença em janeiro de 2018 e um terço da diferença em janeiro de 2019.

Parágrafo quarto. Os já aposentados nas condições citadas no *caput* da cláusula terceira serão contemplados na mesma regra de incorporação.

Cláusula quinta. Os benefícios auxílio-saúde, auxílio-alimentação e pré-escolar serão revistos conforme anexo II.

Cláusula sexta. O Governo se compromete a encaminhar Projeto de Lei ao Congresso Nacional revogando o artigo 2º da Lei nº 12.856, de 02 de setembro de 2013 que estipula um teto de R$590,00 para indenização de campo no âmbito da região Amazonia Legal.

Parágrafo único. O tema será tratado no âmbito do Comitê Provisório previsto na cláusula décima primeira do Termo de Acordo nº 1/2015, firmado com a CONDSEF.

Cláusula sétima. A representação governamental adotará as providências que lhe competem para o encaminhamento das medidas previstas neste Termo de Acordo.

E por terem justas e acordadas as cláusulas e condições deste Termo, assinam o presente documento:

Brasília, 17 de novembro de 2015.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público

SÉRGIO RONALDO DA SILVA
Secretário-Geral
Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF

EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR
Presidente
Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente – CEMA e do PECMA – Ascema Nacional

ANEXO I

Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes e IBAMA
Carreira de Especialista em Meio-Ambiente
Analista Administrativo, Analista Ambiental, Gestor Administrativo e Gestor Ambiental
Auxiliar Administrativo

ATUAL -2015

Nível Superior

CL	PAD	VB	GDAEM 100	GQ I	GQ II	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	6.754,50	5.627,00	522,00	1.043,00	**12.381,50**	**12.903,50**	**13.424,50**	2.813,50	**9.568,00**
	II	6.526,09	5.474,00	502,00	1.004,00	**12.000,09**	**12.502,09**	**13.004,09**	2.737,00	**9.263,09**
	I	6.305,40	5.325,00	483,00	965,00	**11.630,40**	**12.113,40**	**12.595,40**	2.662,50	**8.967,90**
B	V	5.948,49	5.024,00	464,00	928,00	**10.972,49**	**11.436,49**	**11.900,49**	2.512,00	**8.460,49**
	IV	5.747,33	4.887,00	446,00	892,00	**10.634,33**	**11.080,33**	**11.526,33**	2.443,50	**8.190,83**
	III	5.552,98	4.754,00	429,00	857,00	**10.306,98**	**10.735,98**	**11.163,98**	2.377,00	**7.929,98**
	II	5.365,20	4.625,00	412,00	823,00	**9.990,20**	**10.402,20**	**10.813,20**	2.312,50	**7.677,70**
	I	5.183,76	4.499,00	395,00	789,00	**9.682,76**	**10.077,76**	**10.471,76**	2.249,50	**7.433,26**
A	V	4.890,34	4.244,00	379,00	757,00	**9.134,34**	**9.513,34**	**9.891,34**	2.122,00	**7.012,34**
	IV	4.724,97	4.128,00	363,00	726,00	**8.852,97**	**9.215,97**	**9.578,97**	2.064,00	**6.788,97**
	III	4.565,19	4.016,00	348,00	696,00	**8.581,19**	**8.929,19**	**9.277,19**	2.008,00	**6.573,19**
	II	4.410,81	3.907,00	333,00	666,00	**8.317,81**	**8.650,81**	**8.983,81**	1.953,50	**6.364,31**
	I	4.261,65	3.801,00	319,00	637,00	**8.062,65**	**8.381,65**	**8.699,65**	1.900,50	**6.162,15**

Nível Intermediário

CL	PAD	VB	GDAEM 100	GQ II	GQ II	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	2.975,44	2.395,00	261,00	522,00	**5.370,44**	**5.631,44**	**5.892,44**	1.197,50	**4.172,94**
	II	2.902,87	2.330,00	251,00	502,00	**5.232,87**	**5.483,87**	**5.734,87**	1.165,00	4.067,87
	I	2.832,07	2.267,00	242,00	483,00	**5.099,07**	**5.341,07**	**5.582,07**	1.133,50	3.965,57
C	IV	2.697,21	2.159,00	232,00	464,00	**4.856,21**	**5.088,21**	**5.320,21**	1.079,50	3.776,71
	III	2.631,42	2.100,00	223,00	446,00	**4.731,42**	**4.954,42**	**5.177,42**	1.050,00	3.681,42
	II	2.567,24	2.043,00	215,00	429,00	**4.610,24**	**4.825,24**	**5.039,24**	1.021,50	3.588,74
	I	2.504,62	1.987,00	206,00	412,00	**4.491,62**	**4.697,62**	**4.903,62**	993,50	3.498,12
B	IV	2.443,54	1.933,00	198,00	395,00	**4.376,54**	**4.574,54**	**4.771,54**	966,50	3.410,04
	III	2.327,18	1.841,00	190,00	379,00	**4.168,18**	**4.358,18**	**4.547,18**	920,50	3.247,68
	II	2.270,42	1.791,00	182,00	363,00	**4.061,42**	**4.243,42**	**4.424,42**	895,50	3.165,92
	I	2.215,04	1.742,00	174,00	348,00	**3.957,04**	**4.131,04**	**4.305,04**	871,00	3.086,04
A	IV	2.161,02	1.695,00	167,00	333,00	**3.856,02**	**4.023,02**	**4.189,02**	847,50	3.008,52
	III	2.108,31	1.649,00	160,00	319,00	**3.757,31**	**3.917,31**	**4.076,31**	824,50	2.932,81
	II	2.056,89	1.604,00	156,00	310,00	**3.660,89**	**3.816,89**	**3.970,89**	802,00	2.858,89
	I	2.006,72	1.560,00	152,00	302,00	**3.566,72**	**3.718,72**	**3.868,72**	780,00	**2.786,72**

Nível Auxiliar

CL	PAD	VB	GDAEM 100	TOTAL ATIVO	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	1.615,19	1.501,00	**3.116,19**	750,50	**2.365,69**
	II	1.556,98	1.443,00	**2.999,98**	721,50	**2.278,48**
	I	1.501,01	1.388,00	**2.889,01**	694,00	**2.195,01**

PROPOSTA AGO/16

VB	GDAEM 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
7.126,00	5.936,00	551,00	1.100,00	1.653,00	**13.062,00**	**13.613,00**	**14.162,00**	**14.715,00**	2.968,00	**10.094,00**
6.885,02	5.775,00	530,00	1.059,00	1.590,00	**12.660,02**	**13.190,02**	**13.719,02**	**14.250,02**	2.887,50	**9.772,52**
6.652,20	5.618,00	510,00	1.018,00	1.530,00	**12.270,20**	**12.780,20**	**13.288,20**	**13.800,20**	2.809,00	**9.461,20**
6.275,66	5.300,00	490,00	979,00	1.470,00	**11.575,66**	**12.065,66**	**12.554,66**	**13.045,66**	2.650,00	**8.925,66**
6.063,43	5.156,00	471,00	941,00	1.413,00	**11.219,43**	**11.690,43**	**12.160,43**	**12.632,43**	2.578,00	**8.641,43**
5.858,39	5.015,00	453,00	904,00	1.359,00	**10.873,39**	**11.326,39**	**11.777,39**	**12.232,39**	2.507,50	**8.365,89**
5.660,29	4.879,00	435,00	868,00	1.305,00	**10.539,29**	**10.974,29**	**11.407,29**	**11.844,29**	2.439,50	**8.099,79**
5.468,87	4.746,00	417,00	832,00	1.251,00	**10.214,87**	**10.631,87**	**11.046,87**	**11.465,87**	2.373,00	**7.841,87**
5.159,31	4.477,00	400,00	799,00	1.200,00	**9.636,31**	**10.036,31**	**10.435,31**	**10.836,31**	2.238,50	**7.397,81**
4.984,84	4.355,00	383,00	766,00	1.149,00	**9.339,84**	**9.722,84**	**10.105,84**	**10.488,84**	2.177,50	**7.162,34**
4.816,28	4.237,00	367,00	734,00	1.101,00	**9.053,28**	**9.420,28**	**9.787,28**	**10.154,28**	2.118,50	**6.934,78**
4.653,40	4.122,00	351,00	703,00	1.053,00	**8.775,40**	**9.126,40**	**9.478,40**	**9.828,40**	2.061,00	**6.714,40**
4.496,04	4.010,00	337,00	672,00	1.011,00	**8.506,04**	**8.843,04**	**9.178,04**	**9.517,04**	2.005,00	**6.501,04**

VB	GDAEM 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
3.139,09	2.527,00	275,00	551,00	825,00	**5.666,09**	**5.941,09**	**6.217,09**	**6.491,09**	1.263,50	**4.402,59**
3.062,53	2.458,00	265,00	530,00	795,00	**5.520,53**	**5.785,53**	**6.050,53**	**6.315,53**	1.229,00	**4.291,53**
2.987,83	2.392,00	255,00	510,00	765,00	**5.379,83**	**5.634,83**	**5.889,83**	**6.144,83**	1.196,00	4.183,83
2.845,56	2.278,00	245,00	490,00	735,00	**5.123,56**	**5.368,56**	**5.613,56**	**5.858,56**	1.139,00	3.984,56
2.776,15	2.216,00	235,00	471,00	705,00	**4.992,15**	**5.227,15**	**5.463,15**	**5.697,15**	1.108,00	3.884,15
2.708,44	2.155,00	227,00	453,00	681,00	**4.863,44**	**5.090,44**	**5.316,44**	**5.544,44**	1.077,50	3.785,94
2.642,37	2.096,00	217,00	435,00	651,00	**4.738,37**	**4.955,37**	**5.173,37**	**5.389,37**	1.048,00	3.690,37
2.577,93	2.039,00	209,00	417,00	627,00	**4.616,93**	**4.825,93**	**5.033,93**	**5.243,93**	1.019,50	3.597,43
2.455,17	1.942,00	200,00	400,00	600,00	**4.397,17**	**4.597,17**	**4.797,17**	**4.997,17**	971,00	3.426,17
2.395,29	1.890,00	192,00	383,00	576,00	**4.285,29**	**4.477,29**	**4.668,29**	**4.861,29**	945,00	3.340,29
2.336,87	1.838,00	184,00	367,00	552,00	**4.174,87**	**4.358,87**	**4.541,87**	**4.726,87**	919,00	3.255,87
2.279,88	1.788,00	176,00	351,00	528,00	**4.067,88**	**4.243,88**	**4.418,88**	**4.595,88**	894,00	3.173,88
2.224,27	1.740,00	169,00	337,00	507,00	**3.964,27**	**4.133,27**	**4.301,27**	**4.471,27**	870,00	3.094,27
2.170,02	1.692,00	165,00	327,00	495,00	**3.862,02**	**4.027,02**	**4.189,02**	**4.357,02**	846,00	3.016,02
2.117,09	1.646,00	160,00	319,00	480,00	**3.763,09**	**3.923,09**	**4.082,09**	**4.243,09**	823,00	**2.940,09**

VB	GDAEM 100	TOTAL ATIVO	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
1.704,03	1.583,56	**3.287,58**	791,78	**2.495,80**
1.642,61	1.522,37	**3.164,98**	761,18	**2.403,80**
1.583,57	1.464,34	**3.047,91**	732,17	**2.315,74**

PROPOSTA JAN/17

VB	GDAEM 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
7.482,30	6.233,00	578,55	1.155,00	1.736,00	**13.715,30**	**14.293,85**	**14.870,30**	**15.451,30**	3.116,50	**10.598,80**
7.229,28	6.064,00	556,50	1.111,95	1.670,00	**13.293,28**	**13.849,78**	**14.405,23**	**14.963,28**	3.032,00	**10.261,28**
6.984,81	5.899,00	535,50	1.068,90	1.607,00	**12.883,81**	**13.419,31**	**13.952,71**	**14.490,81**	2.949,50	**9.934,31**
6.589,44	5.565,00	514,50	1.027,95	1.544,00	**12.154,44**	**12.668,94**	**13.182,39**	**13.698,44**	2.782,50	**9.371,94**
6.366,60	5.414,00	494,55	988,05	1.484,00	**11.780,60**	**12.275,15**	**12.768,65**	**13.264,60**	2.707,00	**9.073,60**
6.151,31	5.266,00	475,65	949,20	1.427,00	**11.417,31**	**11.892,96**	**12.366,51**	**12.844,31**	2.633,00	**8.784,31**
5.943,30	5.123,00	456,75	911,40	1.370,00	**11.066,30**	**11.523,05**	**11.977,70**	**12.436,30**	2.561,50	**8.504,80**
5.742,31	4.983,00	437,85	873,60	1.314,00	**10.725,31**	**11.163,16**	**11.598,91**	**12.039,31**	2.491,50	**8.233,81**
5.417,27	4.701,00	420,00	838,95	1.260,00	**10.118,27**	**10.538,27**	**10.957,22**	**11.378,27**	2.350,50	**7.767,77**
5.234,09	4.573,00	402,15	804,30	1.206,00	**9.807,09**	**10.209,24**	**10.611,39**	**11.013,09**	2.286,50	**7.520,59**
5.057,09	4.449,00	385,35	770,70	1.156,00	**9.506,09**	**9.891,44**	**10.276,79**	**10.662,09**	2.224,50	**7.281,59**
4.886,07	4.328,00	368,55	738,15	1.106,00	**9.214,07**	**9.582,62**	**9.952,22**	**10.320,07**	2.164,00	**7.050,07**
4.720,84	4.211,00	353,85	705,60	1.062,00	**8.931,84**	**9.285,69**	**9.637,44**	**9.993,84**	2.105,50	**6.826,34**

VB	GDAEM 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
3.296,04	2.653,00	289,00	579,00	867,00	**5.949,04**	**6.238,04**	**6.528,04**	**6.816,04**	1.326,50	**4.622,54**
3.215,65	2.581,00	278,00	557,00	834,00	**5.796,65**	**6.074,65**	**6.353,65**	**6.630,65**	1.290,50	4.506,15
3.137,23	2.512,00	268,00	536,00	804,00	**5.649,23**	**5.917,23**	**6.185,23**	**6.453,23**	1.256,00	4.393,23
2.987,83	2.392,00	257,00	515,00	771,00	**5.379,83**	**5.636,83**	**5.894,83**	**6.150,83**	1.196,00	4.183,83
2.914,96	2.327,00	247,00	495,00	741,00	**5.241,96**	**5.488,96**	**5.736,96**	**5.982,96**	1.163,50	4.078,46
2.843,86	2.263,00	238,00	476,00	714,00	**5.106,86**	**5.344,86**	**5.582,86**	**5.820,86**	1.131,50	3.975,36
2.774,49	2.201,00	228,00	457,00	684,00	**4.975,49**	**5.203,49**	**5.432,49**	**5.659,49**	1.100,50	3.874,99
2.706,83	2.141,00	219,00	438,00	657,00	**4.847,83**	**5.066,83**	**5.285,83**	**5.504,83**	1.070,50	3.777,33
2.577,93	2.039,00	210,00	420,00	630,00	**4.616,93**	**4.826,93**	**5.036,93**	**5.246,93**	1.019,50	3.597,43
2.515,06	1.985,00	202,00	402,00	606,00	**4.500,06**	**4.702,06**	**4.902,06**	**5.106,06**	992,50	3.507,56
2.453,71	1.930,00	193,00	385,00	579,00	**4.383,71**	**4.576,71**	**4.768,71**	**4.962,71**	965,00	3.418,71
2.393,87	1.877,00	185,00	369,00	555,00	**4.270,87**	**4.455,87**	**4.639,87**	**4.825,87**	938,50	3.332,37
2.335,48	1.827,00	177,00	354,00	531,00	**4.162,48**	**4.339,48**	**4.516,48**	**4.693,48**	913,50	3.248,98
2.278,52	1.777,00	173,00	343,00	519,00	**4.055,52**	**4.228,52**	**4.398,52**	**4.574,52**	888,50	3.167,02
2.222,94	1.728,00	168,00	335,00	504,00	**3.950,94**	**4.118,94**	**4.285,94**	**4.454,94**	864,00	**3.086,94**

VB	GDAEM 100	TOTAL ATIVO	GDAEM 50	TOTAL APOSENTADO
1.789,23	1.663,00	**3.452,23**	831,50	**2.620,73**
1.724,74	1.598,48	**3.323,23**	799,24	**2.523,99**
1.662,74	1.537,56	**3.200,30**	768,78	**2.431,52**

ANEXO I

Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes e IBAMA
Plano Especial de Cargos - PECMA

ATUAL - 2015

Nível Superior

CL	PAD	VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	6.754,50	5.627,00	**12.381,50**	2.813,50	**9.568,00**
	II	6.526,09	5.474,00	**12.000,09**	2.737,00	**9.263,09**
	I	6.305,40	5.325,00	**11.630,40**	2.662,50	**8.967,90**
C	IV	5.948,49	5.024,00	**10.972,49**	2.512,00	**8.460,49**
	III	5.747,33	4.887,00	**10.634,33**	2.443,50	**8.190,83**
	II	5.552,98	4.754,00	**10.306,98**	2.377,00	**7.929,98**
	I	5.365,20	4.625,00	**9.990,20**	2.312,50	**7.677,70**
B	IV	5.183,76	4.499,00	**9.682,76**	2.249,50	**7.433,26**
	III	4.890,34	4.244,00	**9.134,34**	2.122,00	**7.012,34**
	II	4.724,97	4.128,00	**8.852,97**	2.064,00	**6.788,97**
	I	4.565,19	4.016,00	**8.581,19**	2.008,00	**6.573,19**
A	IV	4.410,81	3.907,00	**8.317,81**	1.953,50	**6.364,31**
	III	4.261,65	3.801,00	**8.062,65**	1.900,50	**6.162,15**
	II	3.945,97	3.520,00	**7.465,97**	1.760,00	**5.705,97**
	I	3.653,68	3.259,00	**6.912,68**	1.629,50	**5.283,18**

Nível Intermediário

CL	PAD	VB	GTEMA 100	GQ I	GQ II	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO Sem GQ
S	III	2.975,44	2.395,00	261,00	522,00	**5.370,44**	**5.631,44**	**5.892,44**	1.197,50	**4.172,94**
	II	2.902,87	2.330,00	251,00	502,00	**5.232,87**	**5.483,87**	**5.734,87**	1.165,00	**4.067,87**
	I	2.832,07	2.267,00	242,00	483,00	**5.099,07**	**5.341,07**	**5.582,07**	1.133,50	**3.965,57**
C	IV	2.697,21	2.159,00	232,00	464,00	**4.856,21**	**5.088,21**	**5.320,21**	1.079,50	**3.776,71**
	III	2.631,42	2.100,00	223,00	446,00	**4.731,42**	**4.954,42**	**5.177,42**	1.050,00	**3.681,42**
	II	2.567,24	2.043,00	215,00	429,00	**4.610,24**	**4.825,24**	**5.039,24**	1.021,50	**3.588,74**
	I	2.504,62	1.987,00	206,00	412,00	**4.491,62**	**4.697,62**	**4.903,62**	993,50	**3.498,12**
B	IV	2.443,54	1.933,00	198,00	395,00	**4.376,54**	**4.574,54**	**4.771,54**	966,50	**3.410,04**
	III	2.327,18	1.841,00	190,00	379,00	**4.168,18**	**4.358,18**	**4.547,18**	920,50	**3.247,68**
	II	2.270,42	1.791,00	182,00	363,00	**4.061,42**	**4.243,42**	**4.424,42**	895,50	**3.165,92**
	I	2.215,04	1.742,00	174,00	348,00	**3.957,04**	**4.131,04**	**4.305,04**	871,00	**3.086,04**
A	IV	2.161,02	1.695,00	167,00	333,00	**3.856,02**	**4.023,02**	**4.189,02**	847,50	**3.008,52**
	III	2.108,31	1.649,00	160,00	319,00	**3.757,31**	**3.917,31**	**4.076,31**	824,50	**2.932,81**
	II	2.056,89	1.604,00	156,00	310,00	**3.660,89**	**3.816,89**	**3.970,89**	802,00	**2.858,89**
	I	2.006,72	1.560,00	152,00	302,00	**3.566,72**	**3.718,72**	**3.868,72**	780,00	**2.786,72**

Nível Auxiliar

CL	PAD	VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	1.615,19	1.501,00	**3.116,19**	750,50	**2.365,69**
	II	1.556,98	1.443,00	**2.999,98**	721,50	**2.278,48**
	I	1.501,01	1.388,00	**2.889,01**	694,00	**2.195,01**
C	IV	1.447,19	1.335,00	**2.782,19**	667,50	**2.114,69**
	III	1.383,12	1.271,00	**2.654,12**	635,50	**2.018,62**
	II	1.333,84	1.222,00	**2.555,84**	611,00	**1.944,84**
	I	1.286,45	1.175,00	**2.461,45**	587,50	**1.873,95**
B	IV	1.240,89	1.130,00	**2.370,89**	565,00	**1.805,89**
	III	1.186,65	1.076,00	**2.262,65**	538,00	**1.724,65**
	II	1.144,92	1.035,00	**2.179,92**	517,50	**1.662,42**
	I	1.104,80	995,00	**2.099,80**	497,50	**1.602,30**
A	IV	1.066,22	956,00	**2.022,22**	478,00	**1.544,22**
	III	1.051,97	917,00	**1.968,97**	458,50	**1.510,47**
	II	1.037,93	878,00	**1.915,93**	439,00	**1.476,93**
	I	1.024,10	839,00	**1.863,10**	419,50	**1.443,60**

PROPOSTA AGO/16

VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
7.126,00	5.936,00	**13.062,00**	2.968,00	**10.094,00**
6.885,02	5.775,00	**12.660,02**	2.887,50	**9.772,52**
6.652,20	5.618,00	**12.270,20**	2.809,00	**9.461,20**
6.275,66	5.300,00	**11.575,66**	2.650,00	**8.925,66**
6.063,43	5.156,00	**11.219,43**	2.578,00	**8.641,43**
5.858,39	5.015,00	**10.873,39**	2.507,50	**8.365,89**
5.660,29	4.879,00	**10.539,29**	2.439,50	**8.099,79**
5.468,87	4.746,00	**10.214,87**	2.373,00	**7.841,87**
5.159,31	4.477,00	**9.636,31**	2.238,50	**7.397,81**
4.984,84	4.355,00	**9.339,84**	2.177,50	**7.162,34**
4.816,28	4.237,00	**9.053,28**	2.118,50	**6.934,78**
4.653,40	4.122,00	**8.775,40**	2.061,00	**6.714,40**
4.496,04	4.010,00	**8.506,04**	2.005,00	**6.501,04**
4.163,00	3.714,00	**7.877,00**	1.857,00	**6.020,00**
3.854,63	3.438,00	**7.292,63**	1.719,00	**5.573,63**

VB	GTEMA 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO Sem GQ
3.139,09	2.527,00	275,00	551,00	825,00	**5.666,09**	**5.941,09**	**6.217,09**	**6.491,09**	1.263,50	**4.402,59**
3.062,53	2.458,00	265,00	530,00	795,00	**5.520,53**	**5.785,53**	**6.050,53**	**6.315,53**	1.229,00	**4.291,53**
2.987,83	2.392,00	255,00	510,00	765,00	**5.379,83**	**5.634,83**	**5.889,83**	**6.144,83**	1.196,00	**4.183,83**
2.845,56	2.278,00	245,00	490,00	735,00	**5.123,56**	**5.368,56**	**5.613,56**	**5.858,56**	1.139,00	**3.984,56**
2.776,15	2.216,00	235,00	471,00	705,00	**4.992,15**	**5.227,15**	**5.463,15**	**5.697,15**	1.108,00	**3.884,15**
2.708,44	2.155,00	227,00	453,00	681,00	**4.863,44**	**5.090,44**	**5.316,44**	**5.544,44**	1.077,50	**3.785,94**
2.642,37	2.096,00	217,00	435,00	651,00	**4.738,37**	**4.955,37**	**5.173,37**	**5.389,37**	1.048,00	**3.690,37**
2.577,93	2.039,00	209,00	417,00	627,00	**4.616,93**	**4.825,93**	**5.033,93**	**5.243,93**	1.019,50	**3.597,43**
2.455,17	1.942,00	200,00	400,00	600,00	**4.397,17**	**4.597,17**	**4.797,17**	**4.997,17**	971,00	**3.426,17**
2.395,29	1.890,00	192,00	383,00	576,00	**4.285,29**	**4.477,29**	**4.668,29**	**4.861,29**	945,00	**3.340,29**
2.336,87	1.838,00	184,00	367,00	552,00	**4.174,87**	**4.358,87**	**4.541,87**	**4.726,87**	919,00	**3.255,87**
2.279,88	1.788,00	176,00	351,00	528,00	**4.067,88**	**4.243,88**	**4.418,88**	**4.595,88**	894,00	**3.173,88**
2.224,27	1.740,00	169,00	337,00	507,00	**3.964,27**	**4.133,27**	**4.301,27**	**4.471,27**	870,00	**3.094,27**
2.170,02	1.692,00	165,00	327,00	495,00	**3.862,02**	**4.027,02**	**4.189,02**	**4.357,02**	846,00	**3.016,02**
2.117,09	1.646,00	160,00	319,00	480,00	**3.763,09**	**3.923,09**	**4.082,09**	**4.243,09**	823,00	**2.940,09**

VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
1.704,03	1.584,00	**3.288,03**	792,00	**2.496,03**
1.642,61	1.522,00	**3.164,61**	761,00	**2.403,61**
1.583,57	1.464,00	**3.047,57**	732,00	**2.315,57**
1.526,79	1.408,00	**2.934,79**	704,00	**2.230,79**
1.459,19	1.341,00	**2.800,19**	670,50	**2.129,69**
1.407,20	1.289,00	**2.696,20**	644,50	**2.051,70**
1.357,20	1.240,00	**2.597,20**	620,00	**1.977,20**
1.309,14	1.192,00	**2.501,14**	596,00	**1.905,14**
1.251,92	1.135,00	**2.386,92**	567,50	**1.819,42**
1.207,89	1.092,00	**2.299,89**	546,00	**1.753,89**
1.165,56	1.050,00	**2.215,56**	525,00	**1.690,56**
1.124,86	1.009,00	**2.133,86**	504,50	**1.629,36**
1.109,83	967,00	**2.076,83**	483,50	**1.593,33**
1.095,02	926,00	**2.021,02**	463,00	**1.558,02**
1.080,43	885,00	**1.965,43**	442,50	**1.522,93**

PROPOSTA JAN/17

VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
7.482,30	6.233,00	**13.715,30**	3.116,50	**10.598,80**
7.229,28	6.064,00	**13.293,28**	3.032,00	**10.261,28**
6.984,81	5.899,00	**12.883,81**	2.949,50	**9.934,31**
6.589,44	5.565,00	**12.154,44**	2.782,50	**9.371,94**
6.366,60	5.414,00	**11.780,60**	2.707,00	**9.073,60**
6.151,31	5.266,00	**11.417,31**	2.633,00	**8.784,31**
5.943,30	5.123,00	**11.066,30**	2.561,50	**8.504,80**
5.742,31	4.983,00	**10.725,31**	2.491,50	**8.233,81**
5.417,27	4.701,00	**10.118,27**	2.350,50	**7.767,77**
5.234,09	4.573,00	**9.807,09**	2.286,50	**7.520,59**
5.057,09	4.449,00	**9.506,09**	2.224,50	**7.281,59**
4.886,07	4.328,00	**9.214,07**	2.164,00	**7.050,07**
4.720,84	4.211,00	**8.931,84**	2.105,50	**6.826,34**
4.371,15	3.900,00	**8.271,15**	1.950,00	**6.321,15**
4.047,36	3.610,00	**7.657,36**	1.805,00	**5.852,36**

VB	GTEMA 100	GQ I	GQ II	GQ III	TOTAL ATIVO Sem GQ	TOTAL ATIVO I	TOTAL ATIVO II	TOTAL ATIVO III	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO Sem GQ
3.296,04	2.653,00	289,00	579,00	867,00	**5.949,04**	**6.238,04**	**6.528,04**	**6.816,04**	1.326,50	**4.622,54**
3.215,65	2.581,00	278,00	557,00	834,00	**5.796,65**	**6.074,65**	**6.353,65**	**6.630,65**	1.290,50	**4.506,15**
3.137,23	2.512,00	268,00	536,00	804,00	**5.649,23**	**5.917,23**	**6.185,23**	**6.453,23**	1.256,00	**4.393,23**
2.987,83	2.392,00	257,00	515,00	771,00	**5.379,83**	**5.636,83**	**5.894,83**	**6.150,83**	1.196,00	**4.183,83**
2.914,96	2.327,00	247,00	495,00	741,00	**5.241,96**	**5.488,96**	**5.736,96**	**5.982,96**	1.163,50	**4.078,46**
2.843,86	2.263,00	238,00	476,00	714,00	**5.106,86**	**5.344,86**	**5.582,86**	**5.820,86**	1.131,50	**3.975,36**
2.774,49	2.201,00	228,00	457,00	684,00	**4.975,49**	**5.203,49**	**5.432,49**	**5.659,49**	1.100,50	**3.874,99**
2.706,83	2.141,00	219,00	438,00	657,00	**4.847,83**	**5.066,83**	**5.285,83**	**5.504,83**	1.070,50	**3.777,33**
2.577,93	2.039,00	210,00	420,00	630,00	**4.616,93**	**4.826,93**	**5.036,93**	**5.246,93**	1.019,50	**3.597,43**
2.515,06	1.985,00	202,00	402,00	606,00	**4.500,06**	**4.702,06**	**4.902,06**	**5.106,06**	992,50	**3.507,56**
2.453,71	1.930,00	193,00	385,00	579,00	**4.383,71**	**4.576,71**	**4.768,71**	**4.962,71**	965,00	**3.418,71**
2.393,87	1.877,00	185,00	369,00	555,00	**4.270,87**	**4.455,87**	**4.639,87**	**4.825,87**	938,50	**3.332,37**
2.335,48	1.827,00	177,00	354,00	531,00	**4.162,48**	**4.339,48**	**4.516,48**	**4.693,48**	913,50	**3.248,98**
2.278,52	1.777,00	173,00	343,00	519,00	**4.055,52**	**4.228,52**	**4.398,52**	**4.574,52**	888,50	**3.167,02**
2.222,94	1.728,00	168,00	335,00	504,00	**3.950,94**	**4.118,94**	**4.285,94**	**4.454,94**	864,00	**3.086,94**

VB	GTEMA 100	TOTAL ATIVO	GTEMA 50	TOTAL APOSENTADO
1.789,23	1.663,00	**3.452,23**	831,50	**2.620,73**
1.724,74	1.598,00	**3.322,74**	799,00	**2.523,74**
1.662,74	1.537,00	**3.199,74**	768,50	**2.431,24**
1.603,12	1.478,00	**3.081,12**	739,00	**2.342,12**
1.532,15	1.408,00	**2.940,15**	704,00	**2.236,15**
1.477,56	1.353,00	**2.830,56**	676,50	**2.154,06**
1.425,06	1.302,00	**2.727,06**	651,00	**2.076,06**
1.374,60	1.252,00	**2.626,60**	626,00	**2.000,60**
1.314,51	1.192,00	**2.506,51**	596,00	**1.910,51**
1.268,29	1.147,00	**2.415,29**	573,50	**1.841,79**
1.223,84	1.103,00	**2.326,84**	551,50	**1.775,34**
1.181,11	1.059,00	**2.240,11**	529,50	**1.710,61**
1.165,32	1.015,00	**2.180,32**	507,50	**1.672,82**
1.149,77	972,00	**2.121,77**	486,00	**1.635,77**
1.134,45	929,00	**2.063,45**	464,50	**1.598,95**

ANEXO I

IBAMA e MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de que trata a Lei n° 11.357/2006

		ATUAL - 2015					PROPOSTA AGO/16					PROPOSTA JAN/17				
40 HORAS																
CL	PAD	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	12.150,42	5.095,00	**17.245,42**	2.547,50	**14.697,92**	12.823,55	5.377,00	**18.200,55**	2.688,50	**15.512,05**	13.464,73	5.646,00	**19.110,73**	2.823,00	**16.287,73**
	II	11.677,48	4.976,00	**16.653,48**	2.488,00	**14.165,48**	12.324,41	5.252,00	**17.576,41**	2.626,00	**14.950,41**	12.940,63	5.515,00	**18.455,63**	2.757,50	**15.698,13**
	I	11.222,96	4.860,00	**16.082,96**	2.430,00	**13.652,96**	11.844,71	5.129,00	**16.973,71**	2.564,50	**14.409,21**	12.436,95	5.385,00	**17.821,95**	2.692,50	**15.129,45**
C	IV	10.202,70	4.642,00	**14.844,70**	2.321,00	**12.523,70**	10.767,93	4.899,00	**15.666,93**	2.449,50	**13.217,43**	11.306,33	5.144,00	**16.450,33**	2.572,00	**13.878,33**
	III	9.805,58	4.536,00	**14.341,58**	2.268,00	**12.073,58**	10.348,81	4.787,00	**15.135,81**	2.393,50	**12.742,31**	10.866,25	5.026,00	**15.892,25**	2.513,00	**13.379,25**
	II	9.423,92	4.433,00	**13.856,92**	2.216,50	**11.640,42**	9.946,01	4.679,00	**14.625,01**	2.339,50	**12.285,51**	10.443,31	4.913,00	**15.356,31**	2.456,50	**12.899,81**
	I	9.057,10	4.333,00	**13.390,10**	2.166,50	**11.223,60**	9.558,86	4.573,00	**14.131,86**	2.286,50	**11.845,36**	10.036,81	4.802,00	**14.838,81**	2.401,00	**12.437,81**
B	IV	8.704,56	4.236,00	**12.940,56**	2.118,00	**10.822,56**	9.186,79	4.471,00	**13.657,79**	2.235,50	**11.422,29**	9.646,13	4.695,00	**14.341,13**	2.347,50	**11.993,63**
	III	7.913,24	4.053,00	**11.966,24**	2.026,50	**9.939,74**	8.351,63	4.278,00	**12.629,63**	2.139,00	**10.490,63**	8.769,22	4.492,00	**13.261,22**	2.246,00	**11.015,22**
	II	7.605,22	3.964,00	**11.569,22**	1.982,00	**9.587,22**	8.026,55	4.184,00	**12.210,55**	2.092,00	**10.118,55**	8.427,88	4.393,00	**12.820,88**	2.196,50	**10.624,38**
	I	7.309,20	3.744,00	**11.053,20**	1.872,00	**9.181,20**	7.714,13	3.951,00	**11.665,13**	1.975,50	**9.689,63**	8.099,84	4.149,00	**12.248,84**	2.074,50	**10.174,34**
A	IV	7.024,70	3.541,00	**10.565,70**	1.770,50	**8.795,20**	7.413,87	3.737,00	**11.150,87**	1.868,50	**9.282,37**	7.784,56	3.924,00	**11.708,56**	1.962,00	**9.746,56**
	III	6.751,28	3.202,00	**9.953,28**	1.601,00	**8.352,28**	7.125,30	3.379,00	**10.504,30**	1.689,50	**8.814,80**	7.481,57	3.548,00	**11.029,57**	1.774,00	**9.255,57**
	II	6.137,52	3.180,00	**9.317,52**	1.590,00	**7.727,52**	6.477,54	3.356,00	**9.833,54**	1.678,00	**8.155,54**	6.801,42	3.524,00	**10.325,42**	1.762,00	**8.563,42**
	I	5.898,62	3.158,00	**9.056,62**	1.579,00	**7.477,62**	6.225,40	3.333,00	**9.558,40**	1.666,50	**7.891,90**	6.536,67	3.500,00	**10.036,67**	1.750,00	**8.286,67**
20 HORAS																
CL	PAD	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO	VB	GDM - MMA 100	TOTAL ATIVO	GDM - MMA 50	TOTAL APOSENTADO
S	III	6.075,21	4.595,00	**10.670,21**	2.297,50	**8.372,71**	6.411,78	4.850,00	**11.261,78**	2.425,00	**8.836,78**	6.732,37	5.093,00	**11.825,37**	2.546,50	**9.278,87**
	II	5.838,74	4.476,00	**10.314,74**	2.238,00	**8.076,74**	6.162,21	4.724,00	**10.886,21**	2.362,00	**8.524,21**	6.470,32	4.960,00	**11.430,32**	2.480,00	**8.950,32**
	I	5.611,48	4.360,00	**9.971,48**	2.180,00	**7.791,48**	5.922,36	4.602,00	**10.524,36**	2.301,00	**8.223,36**	6.218,47	4.832,00	**11.050,47**	2.416,00	**8.634,47**
C	IV	5.101,35	4.142,00	**9.243,35**	2.071,00	**7.172,35**	5.383,96	4.371,00	**9.754,96**	2.185,50	**7.569,46**	5.653,16	4.590,00	**10.243,16**	2.295,00	**7.948,16**
	III	4.902,79	4.036,00	**8.938,79**	2.018,00	**6.920,79**	5.174,40	4.260,00	**9.434,40**	2.130,00	**7.304,40**	5.433,12	4.473,00	**9.906,12**	2.236,50	**7.669,62**
	II	4.711,96	3.933,00	**8.644,96**	1.966,50	**6.678,46**	4.973,00	4.151,00	**9.124,00**	2.075,50	**7.048,50**	5.221,65	4.359,00	**9.580,65**	2.179,50	**7.401,15**
	I	4.528,55	3.833,00	**8.361,55**	1.916,50	**6.445,05**	4.779,43	4.045,00	**8.824,43**	2.022,50	**6.801,93**	5.018,40	4.247,00	**9.265,40**	2.123,50	**7.141,90**
B	IV	4.352,28	3.736,00	**8.088,28**	1.868,00	**6.220,28**	4.593,40	3.943,00	**8.536,40**	1.971,50	**6.564,90**	4.823,07	4.140,00	**8.963,07**	2.070,00	**6.893,07**
	III	3.956,62	3.553,00	**7.509,62**	1.776,50	**5.733,12**	4.175,82	3.750,00	**7.925,82**	1.875,00	**6.050,82**	4.384,61	3.938,00	**8.322,61**	1.969,00	**6.353,61**
	II	3.802,61	3.464,00	**7.266,61**	1.732,00	**5.534,61**	4.013,27	3.656,00	**7.669,27**	1.828,00	**5.841,27**	4.213,94	3.839,00	**8.052,94**	1.919,50	**6.133,44**
	I	3.654,60	3.244,00	**6.898,60**	1.622,00	**5.276,60**	3.857,06	3.424,00	**7.281,06**	1.712,00	**5.569,06**	4.049,92	3.595,00	**7.644,92**	1.797,50	**5.847,42**
A	IV	3.512,35	3.041,00	**6.553,35**	1.520,50	**5.032,85**	3.706,93	3.209,00	**6.915,93**	1.604,50	**5.311,43**	3.892,28	3.369,00	**7.261,28**	1.684,50	**5.576,78**
	III	3.375,64	2.702,00	**6.077,64**	1.351,00	**4.726,64**	3.562,65	2.852,00	**6.414,65**	1.426,00	**4.988,65**	3.740,78	2.995,00	**6.735,78**	1.497,50	**5.238,28**
	II	3.068,76	2.680,00	**5.748,76**	1.340,00	**4.408,76**	3.238,77	2.828,00	**6.066,77**	1.414,00	**4.652,77**	3.400,71	2.969,00	**6.369,71**	1.484,50	**4.885,21**
	I	2.949,31	2.658,00	**5.607,31**	1.329,00	**4.278,31**	3.112,70	2.805,00	**5.917,70**	1.402,50	**4.515,20**	3.268,34	2.945,00	**6.213,34**	1.472,50	**4.740,84**

ANEXO II

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

VALOR ATUAL	VALOR JAN/2016
R$ 373,00	R$ 458,00

AUXÍLIO PRÉ ESCOLAR

UF	VALOR ATUAL	VALOR JAN/2016
AC	66,00	321,00
AL	66,00	321,00
AM	66,00	321,00
AP	66,00	321,00
BA	74,00	321,00
CE	74,00	321,00
DF	95,00	321,00
ES	74,00	321,00
GO	74,00	321,00
MA	66,00	321,00
MG	89,00	321,00
MS	74,00	321,00
MT	74,00	321,00
PA	66,00	321,00
PB	66,00	321,00
PE	66,00	321,00
PI	66,00	321,00
PR	66,00	321,00
RJ	89,00	321,00
RN	66,00	321,00
RO	66,00	321,00
RR	81,00	321,00
RS	81,00	321,00
SC	81,00	321,00
SE	66,00	321,00
SP	89,00	321,00
TO	66,00	321,00

VALOR PER CAPITA NO PLANO DE SAÚDE

ATUAL

	Remuneração até							
Faixa Etária	**Até R$ 1.499**	**R$ 1.500 a 1.999**	**R$ 2.000 a 2.499**	**R$ 2.500 a 2.999**	**R$ 3.000 a 3.999**	**R$ 4.000 a 5.499**	**R$ 5.500 a 7.499**	**R$7.500 ou mais**
00-18	121,94	116,19	110,44	105,84	100,08	90,88	87,43	82,83
19-23	127,69	121,94	116,19	110,44	105,84	93,18	88,58	83,98
24-28	129,42	123,67	117,92	112,16	107,56	94,91	90,31	85,70
29-33	134,60	127,69	121,94	116,19	110,44	95,48	90,88	86,28
34-38	138,62	131,72	125,97	120,22	114,46	99,51	94,91	90,31
39-43	143,22	136,32	130,57	124,82	119,07	104,11	99,51	94,91
44-48	154,98	147,42	139,86	133,56	127,26	105,84	100,80	95,76
49-53	157,44	149,76	142,08	135,68	129,28	107,52	102,40	97,28
54-58	159,90	152,10	144,30	138,80	131,30	109,20	104,00	98,80
59 ou mais	167,70	159,90	152,10	144,30	137,80	111,80	106,60	101,40

VALOR JAN/2016

	Remuneração até							
Faixa Etária	**Até R$ 1.499**	**R$ 1.500 a 1.999**	**R$ 2.000 a 2.499**	**R$ 2.500 a 2.999**	**R$ 3.000 a 3.999**	**R$ 4.000 a 5.499**	**R$ 5.500 a 7.499**	**R$7.500 ou mais**
00-18	149,52	142,47	135,42	129,78	122,71	111,43	107,20	101,56
19-23	156,57	149,52	142,47	135,42	129,78	114,25	108,61	102,97
24-28	158,69	151,64	144,59	137,53	131,89	116,38	110,73	105,08
29-33	165,04	156,57	149,52	142,47	135,42	117,07	111,43	105,79
34-38	169,97	161,51	154,46	147,41	140,35	122,02	116,38	110,73
39-43	175,61	167,15	160,10	153,05	146,00	127,66	122,02	116,38
44-48	190,03	180,76	171,49	163,77	156,04	129,78	123,60	117,42
49-53	193,05	183,63	174,21	166,37	158,52	131,84	125,56	119,28
54-58	196,06	186,50	176,94	168,97	161,00	133,90	127,52	121,14
59 ou mais	205,63	196,06	186,50	176,94	168,97	137,09	130,71	124,33

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Relações de Trabalho
Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais

REUNIÃO: CONDSEF/ASCEMA NACIONAL **DATA: 17/11/2015** **HORA: 15h30**

NOME	ÓRGÃO/ ENTIDADE	CARGO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
SÉRGIO RONALDO SILVA	CONDSEF	DIRETOR	81147200	[redacted]	[redacted]
EMERSON LUIZ N. AGUIAR	ASCEMA NAC.	PRESIDENTE	8116-1021	[redacted]	[redacted]
Rogério A Expedito	CONDSEF	Diretor		[redacted]	[redacted]
LINDALVA F. CAVALCANTI	Ascema Nacional	associada		[redacted]	[redacted]
ELISABETH E. LEMA	CONDSEF/ASC.	ASSOCIADA	9654-0217	[redacted]	[redacted]
Vera Glen N. Freitas	CONDSEF/Ascema	diretora	96940172	[redacted]	[redacted]
Rogerio Eliseu Egewarth	Ascema Nacional	Diretor	81424835	[redacted]	[redacted]
JONAS MORAES CORREIA	CONDSEF		95577121	[redacted]	[redacted]
Vladimir Nepomuceno	SRT/MP	Assessor	2020-1033	[redacted]	[redacted]
Sérgio E. A. Mendonça	SRT/MP	Secretário	20201114	[redacted]	[redacted]
JOSÉ ANTONIO	SRT/MP	ASSIST-	2020 1059	[redacted]	[redacted]

TABELA COMPARATIVA DAS DIVERSAS PROPOSTAS NO CURSO DA GREVE DO MEIO AMBIENTE

CARREIRA DE ESPECIALISTA - ATIVOS (VB + GD) (sem a GQ)

		VALOR	PROPOSTA	1a. PROPOSTA	2a. PROPOSTA	CONTRAPROPOSTA		ACORDO APROVADO			
		TABELA	INICIAL SERV	GOVERNO	GOVERNO	SERVIDORES		PELA CATEGORIA			
	DATAS	Jun-23	01.08.2023	16.02.24	05.04.24	08.05.24	12.08.24 (valores em 2026)				
N.SUPERIOR	FINAL	14,949.71	22,929.74	16,952.00	17,803.60	25,644.90		18,135.00			
N.SUPERIOR	INICIAL	9,735.72	16,413.35	9,062.00	9,390.38	15,327.29		9,736.00			
N.INTERMED	FINAL	6,484.68	19,490.28	7,352.00	7,720.80	17,951.43		7,984.00			
N.INTERMED	INICIAL	4,307.00	10,763.87	4,456.00	4,680.20	10,729.10		4,681.00			
N.AUXILIAR	FINAL	2,856.76	16,566.74	4,109.57	?	12,566.00		4,285.00			
N.AUXILIAR	INICIAL	2,650.39	8,309.19	3,809.41	?	7,510.37		3,972.00			

TABELA COMPARATIVA DAS DIVERSAS PROPOSTAS NO CURSO DA GREVE DO MEIO AMBIENTE																
PECMMA (VB + GD) (sem a GQ)																
		VALOR	PROPOSTA	1a. PROPOSTA	2a. PROPOSTA	CONTRAPROPOSTA		ACORDO APROVADO								
		JUNHO/23	INICIAL SERV	GOVERNO	GOVERNO	SERVIDORES		PELA CATEGORIA								
	DATAS		01.08.2023	16.02.24	05.04.24	08.05.24		12.08.24 (Valores em 2026)								
N.SUPERIOR	FINAL	14,949.71	22,929.74	16,325.46	?	25,644.90		16,868.91								
N.SUPERIOR	INICIAL	8,346.62	16,413.35	9,114.72	?	15,327.29		9,418.07								
N.INTERMED	FINAL	6,484.68	19,490.28	7,081.43	?	17,951.43		7,317.98								
N.INTERMED	INICIAL	4,307.00	10,763.87	4,703.35	?	10,729.10		4,860.12								
N.AUXILIAR	FINAL	3,763.26	16,566.74	4,109.57	?	12,566.00		4,246.67								
N.AUXILIAR	INICIAL	2,495.55	8,309.19	2,456.56	?	7,510.37		2,538.33								

Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente

Ata Assembleia

Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente - Assemma

Data: 03/10/2024
Formato: virtual (Reuniao Assemma | Jitsi Meet)
Horário: 17h00 - 18h30
Número de presentes online: 9 pessoas

A reunião foi iniciada com os seguintes informes:

- Desdobramentos da greve e do acordo: informes das reuniões ocorridas; questionamentos sobre progressão na carreira para aqueles que estavam em greve; andamento/ desdobramento do acordo com MGI
-
- sucessão da diretoria da ASSEMMA: informe sobre o cenário atual, a inexistência de chapas inscritas para a eleição e a necessidade de realização de congresso para definir outros encaminhamentos
- Informe sobre origem e objetivos da reunião conjunta Ascema Nacional/Condsef
- Assembleia do Sindsep/DF: próxima quarta-feira para também escolha de delegados para a reunião conjunta dos dias 18 a 20 próximos.

Após a apresentação dos informes seguiu-se para o ponto de pauta:

- Eleição de delegados para o Encontro Nacional dos Servidores da CEMA e do PECMA e CONDSEF

Foram apresentadas as informações sobre o Encontro, local e data, e as condições para a eleição de representantes. Um dos pontos para o encontro seria revisitar os pontos de luta propostos no último congresso da ASCEMA NACIONAL, elencando propostas de discussão e sugestões para serem levadas à Reunião.
Assim foi apresentada a tabela com as propostas elencadas no último congresso e três pontos foram especialmente discutidos e aprovados para serem encaminhados com destaque ao encontro:

- Sobre a questão dos exames periódicos no serviço público foram apresentadas críticas ao modelo, especialmente ao fato de não compreenderem serviços relacionados às questões de saúde mental, ficando a sugestão de inserir essa preocupação nas lutas.Sobre a questão da reestruturação da carreira foi proposta a contratação de especialistas e consultorias para elaborar um estudo aprofundado sobre as reais características da mesma em comparação com as demais existentes para melhor subsidiar futuras negociações., Estudo este que contemple a participação ativa dos servidores na elaboração, possibilitando também que se transforme em uma oportunidade de informação e formação política para os servidores dos órgãos.
- Sobre a organização dos trabalhadores, foi apontada a necessidade de revisão do desenho da Ascema Nacional atual, visando melhorias na gestão dos escassos recursos. A sugestão foi de se iniciar a discussão de um modelo que possibilite a filiação de núcleos diretamente à Ascema Nacional, possibilitando a representação local sem os custos operacionais para a manutenção de CNPJ.

Após a definição desses pontos seguiu-se à eleição de representante para participação no encontro. Foi eleito por unanimidade o servidor Pablo Saldo para representação desta ASSEMMA, tendo a servidora Tânia Maria de Souza como suplente e compondo com Márcia Oliveira, delegada nata por compor o conselho fiscal da ASCEMA NACIONAL.

ANEXOS

ANEXO 1: Chamada para a Assembleia

Quando: **03 de outubro, 17h00**
Onde: plataforma jitsi
Link: https://meet.jit.si/reuniaoAssemma
Pauta:

- Informes
- Eleição de delegados para o Encontro Nacional dos Servidores da CEMA e do PECMA

ANEXO 2: Presença

Associação dos Servidores do Ministério do Meio Ambiente

Assembléia 03 10 24

Carimbo de data/hora	Nome	Numero SIAPE
03/10/2024 17:18:35	Fádia Rebouças	1952590
03/10/2024 17:18:57	Márcia Regina Lima de Oliveira	2442895
03/10/2024 17:20:08	Julia lopes Martins	1689283
03/10/2024 17:29:04	Nadja Janke	1923364
03/10/2024 17:33:23	Pablo de Avila Saldo	1413302
03/10/2024 17:34:04	Mirian de Oliveira	2442803
03/10/2024 17:35:23	Joana Dias Tanure	2039597
03/10/2024 18:06:48	Tânia Maria de Souza	13592259
03/10/2024 18:07:35	Bárbara de Carvalho Pontes Sampaio	1719723

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.856, DE 2 DE SETEMBRO DE 2013.

Mensagem de veto

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam transformados em 800 (oitocentos) cargos de Analista Ambiental e 200 (duzentos) cargos de Analista Administrativo da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, o quantitativo de 2.535 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco) cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, relacionados no Anexo desta Lei.

§ 1º A transformação de cargos a que se refere o **caput** dar-se-á sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, conforme demonstrado no Anexo desta Lei.

§ 2º Os cargos criados na forma disposta no **caput** serão distribuídos para os Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, mediante ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os cargos referidos no **caput** serão providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

~~Art. 2º A indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, poderá ser paga, até o limite de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais, aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em~

~~caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal, conforme disposto em regulamento.~~ (Revogado pela Lei nº 13.328, de 2016)

~~§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** disporá sobre os critérios para concessão e pagamento da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, considerando a sua natureza e a sua aplicabilidade aos servidores a que se refere o **caput,** bem como sobre as características das localidades em que a referida indenização será paga.~~ (Revogado pela Lei nº 13.328, de 2016)

~~§ 2º A indenização de que trata o **caput** somente será paga aos servidores que a ela passam a fazer jus nos termos desta Lei enquanto se encontrarem nas condições de exercício estabelecidas no regulamento.~~ (Revogado pela Lei nº 13.328, de 2016)

Art. 3º Ficam acrescidas entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

Art. 4º A Lei no 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

"Art. 11-A. É vedada a remoção com mudança de sede do servidor recém nomeado antes de decorrido pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício.

Parágrafo único. Excluem-se da vedação a que se refere o **caput** as hipóteses de remoção de que tratam o inciso I e as alíneas *a, b* e *c* do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

Art. 5º Os arts. 14 e 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta em regulamento." (NR)

"Art.16. .....

.....

§ 2º (VETADO).

§ 9º (VETADO)."

Art. 6º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º .....

.....

IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

....." (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de setembro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Alexandre Rocha Santos Padilha
Miriam Belchior
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.9.2013 e retificado em 4.9.2013

ANEXO

a) Quantidade de cargos vagos a serem transformados/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2010)	IMPACTO MENSAL (R$)
Previdência, Saúde e Trabalho	422069-Médico - FUNASA/MS	NS	220	3.432,21	755.086,20
	422203-Agente Administrativo - MTE	NI	715	2.301,27	1.645.408,05
	422268-Auxiliar de Enfermagem - MS	NI	1.500	2.301,27	3.451.905,00
	422250-Assistente de Administração -FUNASA/MS	NI	100	2.301,27	230.127,00
TOTAL			2.535	-	6.082.526,25

b) Quantidade de cargos a serem criados mediante transformação/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2009)	IMPACTO MENSAL (R$)
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Ambiental – IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	800	5.577,64	4.462.112,00
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Administrativo – IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	200	5.577,64	1.115.528,00
TOTAL	-	-	1.000	-	5.577.640,00

Encontro Nacional dos Servidores da CEMA e do PECMA
Posicionamentos da Asibama/RJ

1) Avaliar o movimento dos servidores da área ambiental na campanha salarial de 2024, devido à finalização do Acordo de Reajuste com o Governo Federal, firmado para o biênio 2025/26;

Avaliação da atuação do Comando de Greve
- Reduzir número de delegados do Comando de Mobilização/Greve, com delegados regionais
- Não limitar representatividade da diretoria da Ascema no Comando
- Atual formato da estrutura do Comando como fórum para mobilização

Falta de mobilização e politização da base
- Criar uma agenda de reuniões com chefias e dirigentes sobre a carreira;
- Construir em reuniões ampliadas a proposta de uma valorização salarial com a participação de todos os servidores (estabelecendo uma % que seja comunicada de forma clara;
- Criar uma agenda de reivindicação progressiva salarial, mirando o médio e longo prazos.

Estrutura deliberativa para aprovação de propostas/tomadas de decisão
- Rever estrutura associativa Ascema/filiadas

Fundo de greve
- Necessidade de ampliar filiados

2) Prioridades relacionadas à Proposta apresentada pelas entidades ao Governo em 06/10/2023

- Gratificação de Atividades de Risco – GAR
- Indenização de Fronteira
- PECMA, de fato, “espelho” da CEMA (Mesa de Negociação Permanente 2006)
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas

3) Plano de Lutas do próximo período (outubro/24 a junho de 25)

- Transformar CEMA em Carreira típica de estado/PEC 13/2022
- Realizar campanha de filiação às entidades filiadas
- Realizar seminário nacional para discussão sobre a carreira, incluindo: a) trabalho temporário no serviço público federal (brigadista, Agente Temporários ambientais); b) função de guarda-parque; c) função do auxiliar; d) possibilidade de técnicos administrativo ser portariado como fiscal (considerar o histórico de construção da carreira, transformação dos cargos, e da fiscalização); e) alteração de alteração de nomenclatura dos cargos da Carreira.

4) Outras propostas para inclusão no Plano de Lutas presente/futuro

- Priorizar lutas relacionadas à questão das mudanças climáticas;
Realizar atividades internas visando a adesão de nossos colegas
Aproximar dos movimentos envolvidos neste debate/luta
buscar agregar outras entidades para a pauta, como sindicatos e universidades

- Promover atividades e incentivar a ida de 500 servidores ambientais para COP 30.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Asibama RJ do dia 15/10/2024.

PONTOS PRIORITÁRIOS DE LUTA

Asibama - DF

1. Reverter a quebra do espelhamento do Pecma (foi criado um grupo com aposentados do Pecma, reuniões com os jurídicos, ação no congresso);

2. Pec 13/2022: ofício enviado para Senadora Leila.

RN

1. Estratégias de fortalecimento da carreira por meio da aprovação da PEC 13

2. Concurso urgente e periódico com revisão das portarias da DILPAN q dimensionam a força de trabalho nas unidades.

3. Critérios para ocupação de cargos de chefia (priorizar servidores de carreira)

4. Política de gestão de pessoas, unificar procedimentos: Controle de pontos; desburocratizar o processo de concessão de adicionais (insalubridade e periculosidade)

5. Melhorar (simplificar/desburocratizar) tomada de decisão no âmbito das Associações.

SP

1- Transformação da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente em Carreiras Típica de Estado - articular a criação de um grupo de trabalho, para sondar a atual situação, discutir e articular com as bases estaduais estratégias, para identificarem e atuarem em trabalho de mobilização junto aos representantes políticos de seu estado.

2 - Fortalecimento da carreira junto as entidades representativas
Ação - Articular/Executar ações de educação de classe/política com apoio dos representantes dos sindicatos nas bases/unidades - "RODAS DE DISCUSSÃO" , com diagnóstico das fragilidades q mantém a rejeição dos servidores a se integrarem, e identificar ações para superá-las.

3 - Que os itens 2 e 3 da Mesa setorial contemplem a discussão além dos critérios para ocupação de chefias, que seja tratada a distorção criada no IBAMA com a criação de cargos de superintedente com CCE e FCE.(apresentar justificativas para as diferenças)

4- Discutir a distribuição dos DAS ou FCE nos NGI ICMBio, de forma a contemplar todas as Unidades, pois hj muitas funções estão sendo executadas sem a devida compensação financeira.

5- GECC - discutir a elaboração de cursos sem pagamento de GECC, sendo q as funções atuais não contemplam capacitação, sendo atividade extra;

6 - GAR - Criação e implementação do grupo, para elaborar e discutir o adicional;

7 - Regulamentação da Indenização de Campo, instituida pela Lei 12856/2013, acordo assinado em 2015, com republicação na Lei 13328/2016;

8 - Discutir um formato mais ágil de trânsito de decisões e articulação das associações com a nacional;

TÓPICOS DISCUTIDOS - PB

1. Mobilização pré-greve: atividades efetivamente paralisadas no IBAMA e ICMBio e pressão sobre o governo para reestruturação da carreira?
2. Greve:
a. Adesão:
b. Visibilidade na mídia e sociedade:
c. Apoio de atores políticos na PB;
d. Atos de greve e sua importância:
e. Pressão sobre o governo para reestruturação da carreira.

● Fabiano: Pontuou que a mobilização iniciou com fiscais do IBAMA e gradualmente foi tendo adesão de outros grupos de servidores/setores/órgãos. Entende que a mobilização deveria ser realizada desde o início de forma mais integral pelos servidores. O governo levou a mobilização no banho-maria mesmo com a exposição na imprensa e envolvimento dos servidores. Ao mesmo tempo, o ICMBio seguiu com a estratégia de reportar servidores como fiscais do ICMBio. A ASIBAMA/PB tentou contato com parlamentares do estado, mas houve pouco interesse dos políticos. Não foi inócua, mas também não foi eficaz a longo prazo.

● Fialho: Devíamos ter definido as atividades essenciais antes da greve, pois isso gerou confusão e desmobilização. Outros estados não seguiram a orientação de entrar em greve na data combinada, então na Paraíba houve desgaste por termos entrado uma semana antes.

● Gerson: A greve foi necessária, a mobilização não estava atendendo aos objetivos. A ASIBAMA/PB foi muito eficaz ao interpelar as ministras Marina e Esther, o que ajudou o movimento a nível nacional.

● Cleide: Houve seletivo de agente temporário durante a mobilização, e isso desmoralizou o movimento, pois parecia que estava tudo bem.

● Fabiano: Reforçou a questão da data de início da greve, pois foi deliberado no CE a data de 24 de junho, mas ao retornar às bases, a maioria dos estados decidiu por iniciar no dia 1 de julho, alegando questões de estatuto. Isso reforça a necessidade de padronização dos estatutos. Comentou sobre o pioneirismo da ASIBAMA/PB ao organizar o comando local de greve e as primeiras orientações aos servidores grevistas. Sugere que nas próximas greves a Paraíba aguarde o movimento inicial do DF. De qualquer forma, a experiência deste ano possibilita que numa próxima possamos nos organizar previamente no comando de greve nacional, com atribuições mais bem definidas.

● Raquel: Concorda com Cleide sobre o seletivo de ATA durante a greve. Durante a mobilização, o grito de guerra era a favor da valorização dos servidores, e ao mesmo tempo, o ICMBio valorizava os temporários, empoderando e aumentando as atribuições. ATAs e servidores cedidos mantiveram as atividades, tornando inócua as paralisações. Esses servidores precisam ser envolvidos nos movimentos paredistas.

● Amely: Comentou que até o fim da greve foi desorganizado, com cada estadual saindo num momento diferente. É necessário que haja mais coesão entre os estados. Devemos questionar a posição da ministra Marina, que não demonstrou nos discursos a valorização e a importância dos servidores, apresentando as propostas do MGI como avanços, o que não era. Em outras categorias houve mais apoio dos seus ministros.

● Yuri: Acha que a mobilização longa pré-greve não foi tão útil. Devemos usar mais e melhor a greve.

● Fabiano: Lembrou que o movimento de parcela da categoria em não aderir à greve quando o movimento já a deflagrou foi um ataque forte contra o movimento. Isso ficou claro no movimento ocorrido na Paraíba. O movimento do presidente do IBAMA em não definir serviços essenciais também foi um golpe ao movimento. Falou sobre o impacto da decisão judicial na adesão à greve, especialmente devido ao IBAMA não fazer a conciliação rapidamente. As assembleias de greve tiveram grande adesão de pessoas que participam pouco no dia a dia e que não fizeram greve, e o peso dessa participação pautou o encaminhamento da greve no final do movimento. Houve muita pressão, mas a greve demonstrou a força da categoria. Reforçou a necessidade de retomar a greve raiz, pressionando os colegas que não aderirem a aderir.

● Riana: Cada estado fez seu movimento, com pouca coordenação. É interessante buscar outras categorias para avaliar a forma de fazer pressão e greve. Reclamou que a greve pode levar ao aumento do racha entre técnicos e analistas. A presidência do ICMBio e o MMA mostraram não saber o que estava acontecendo no movimento e com relação às propostas. Precisamos de assessoria parlamentar e de comunicação digital. Devemos concentrar os esforços na COP 30.

● Amey: Sobre o engajamento, ela acha importante divulgarmos que não houve corte de ponto, pois isso intimidou alguns colegas a aderir. Acha que devemos subir mais o tom, sem ser agressivo, pois muitos colegas não aderiram nem às manifestações.

● Fialho: Defende que tenhamos manifestações na COP30 e perguntou se já há algo em andamento sobre isso.

● Fabiano: Há discussões iniciais sobre a COP30. Entende que a ASIBAMA deve ajudar na organização de uma caravana, e isso deve ser levado ao encontro nacional.

● Fialho: Sugere que seja mobilizado um stand na COP.

● Raquel informa que a ASIBAMA/PA já se inscreveu e está se organizando, defendendo que a ASIBAMA/PB deve sim participar.

● Gerson: Concorda com Fabiano, que precisamos participar da COP com material de divulgação.

● Cleide: Concorda com Gerson. Marina deve anunciar diversas unidades de conservação na COP, enquanto as instituições e servidores seguem na penúria. A exposição do movimento é importante.

● Elivan: Lamenta a desmobilização dos servidores, principalmente os mais novos, e o descrédito ao associativismo e sindicalismo. Lembrou que sempre houve corte de pontos, mas sempre se conseguiu negociar o pagamento posteriormente.

//

Asibama-DF

1. Reverter a quebra do espelhamento do Pecma (foi criado um grupo com aposentados do Pecma, reuniões com os jurídicos, ação no congresso);
2. Pec 13/2022: ofício enviado para Senadora Leila.

//

Pontos prioritários de luta para RN

1. Estratégias de fortalecimento da carreira por meio da aprovação da PEC 13
2. Concurso urgente e periódico com revisão das portarias da DILPAN q dimensionam a força de trabalho nas unidades.
3. Critérios para ocupação de cargos de chefia (priorizar servidores de carreira)
4. Política de gestão de pessoas, unificar procedimentos: Controle de pontos; desburocratizar o processo de concessão de adicionais (insalubridade e periculosidade)
5. Melhorar (simplificar/desburocratizar) tomada de decisão no âmbito das Associações.

Associação dos Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – ASIBAMA-CE
Fundada em 20 de agosto de 1990

Temas que devem ser defendidos pela ASIBAMA/CE na próxima reunião nacional da Ascema- em 18/19/20 de outubro de 2024

1) Posicionamento jurídico da Ascema Nacional quanto as questões de periculosidade e insalubridade que o IBAMA recusa a cumprir administrativamente;
2) Posicionamento jurídico e administrativo quanto as questões de horas extras em campo, principalmente quando se requer mais horas trabalhadas em operações na Amazonia que podem ser paralisadas;
3) Cobrar da administração disponibilização de sistema de comunicação, seja por internet e/ou satélites par fiscais em campo;

4) Luta por seguro de vida para servidores submetidos a atividades especiais e fiscalização, tomando como exemplo a morte de servidores brigadistas nos últimos combates a incêndios e a morte por acidente aéreo de fiscais, que as famílias em nada contaram com apoio do IBAMA;
5) Luta pela gratificação de atividade de risco e/ou interiorização;
6) Indicar que servidores não aceitem a indicação de ponto focal de setores e núcleos sem que haja a respectiva gratificação, que foi retirada;
7) Lutar para com que a administração deixe de tomar decisão verticalizada; exemplo que vem sendo tomados na estrutura do IBAMA, sem o mínimo conhecimento e discussão com servidores, uma vez que, acredita-se que a nova direção não dever tomar o direcionamento que ocorria no governo Presidencial anterior.;
8) Lutar por uma gratificação para servidores/técnicos ambientais, que tenham NS e que exerçam atividades de Nível Superior, como forma diminuir a diferença salarial entre servidores do NM e NS;

9) Indicar que as decisões do Congresso Nacional da Ascema não podem e não ser modificadas pela diretoria da Ascema e Conselho de Entidades, tomando-se como base, que somente o Congresso Nacional da Ascema tem poder de alterar o ali decidido, condição que não ocorreu na assinatura do ultimo acordo com MGI.

10) Criar condições no Regimento da Ascema para realização de Assembléias nacionais, evitando-se que o Conselho de Entidades decida por questões que precisam e requerem posicionamento mais específico, como forma de agilizar as decisões pela maioria dos servidores, mesmo os não associados.

Fortaleza, 17 de outubro de 2024.

Francisco João Moreira Juvêncio

PRESIDENTE.

XII Congresso da Ascema Nacional

Brasília, DF 17 a 19 de maio de 2023

Obs: a Ascema Nacional encaminhará às entidades filiadas a versão atualizada da proposta de modernização da CEMA e do PECMA, com base nas deliberações do XII Congresso. Ela também providenciará a atualização das tabelas salariais (NS, NI e NA), de acordo com as propostas aprovadas no XII Congresso, apresentará o resultado para o Conselho de Entidades e, na sequência, compartilhará as tabelas para as entidades filiadas, a fim de que divulguem para seus associados.

	PROPOSTAS APROVADAS
	PLANO DE LUTAS
	LUTAS GERAIS
1	Reforçar campanha da CONDSEF e sindicatos de base no plano de luta nacional dos trabalhadores do executivo
2	Melhoria dos planos de saúde para servidores ativos e aposentados (aumento da cota patronal/"*per capita*")
3	Custeio de pensão integral quando houver morte ou invalidez permanente em decorrência de acidente de trabalho
4	Melhoria dos auxílios recebidos pelos servidores do executivo (alimentação, transporte etc), tendo como parâmetro aqueles percebidos pelos servidores do legislativo e judiciário
5	Aumentar o rol de doenças específicas que permitam isenção do IR para aposentados
6	Revogar a Emenda Constitucional 103 de 2019 (Reforma da Presidência)
7	Reposição salarial anual para os servidores públicos federais do executivo, de acordo com o Database
	LUTAS ESPECÍFICAS
8	Equiparação com a tabela salarial da carreira de especialista em recursos hídricos e saneamento básico/especialista em geoprocessamento da Agência Nacional de Águas (ANA), atualizada no momento da negociação, e mantendo o pleito a partir de 70% de remuneração entre Técnicos e Analistas e entre Auxiliar e Técnico, conforme consta no aviso ministerial. Obs.: Observar que no item 2.28 do Aviso Ministerial contempla parametrização com infraestrutura
9	Transformar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente em carreira típica de estado
10	Elaborar Plano de Ação para a aprovação da PEC 13
11	Ampliar e fortalecer a articulação com outras carreiras de atribuições semelhantes
12	Lutar pela reinstalação da mesa setorial
13	Realizar campanha de filiação às entidades filiadas

14	Realizar uma campanha de valorização das associações de base e da ASCEMA Nacional
15	Realizar seminário nacional para discussão sobre a carreira, incluindo: a) trabalho temporário no serviço público federal (brigadista, Agente Temporários ambientais) b) função de guarda-parque c) função do auxiliar d) possibilidade de técnicos administrativo ser portariado como fiscal (considerar o histórico de construção da carreira, transformação dos cargos, e da fiscalização) e) alteração de alteração de nomenclatura dos cargos da Carreira
16	Retomada das propostas históricas não atendidas nas mesas de negociação anteriores: 2015, 2017 Incluir propostas da reestruturação da carreira de 2017 que não estão contempladas no Aviso Ministerial 52 (ver quadro comparativo da Asibama DF)
17	Autarquização do Serviço Florestal Brasileiro, nos moldes do IBAMA e ICMBio
18	Reinserir o Programa Arboretum na Estrutura do MMA
19	Vencidas as etapas administrativas, entrar com Ação judicial e/ou representação ao MPF contra portariar funcionários extraquadro do ICMBio como fiscais e outras atividades desenvolvidas por extra carreira que sejam típicas da carreira.
	MESA SETORIAL
1	Concurso público urgente e periódico, mediante esforço para dimensionamento, de forma participativa, da força de trabalho necessária para cada órgão, contemplando os perfis de acordo com suas especificidades e revisando as portarias que atualmente dimensionam a força de trabalho nos órgãos
2	Critérios para **ocupação de cargos de chefia** (priorizando servidores efetivos da carreira, considerando as especificidades do cargo e da situação);
3	Destinar apenas a servidores efetivos da Carreira a ocupação de cargos comissionados iguais ou inferiores a DAS 4 (ou equivalente) Obs.: Na proposta de 2017 prevê a transformação de cargos inferiores ou iguais a DAS 4 em Função Comissionada Ambiental, o que seria devido apenas para servidores da carreira;
4	Regras para remoção com critério de escalonamento, valorizando e favorecendo o recrutamento para remoção temporária na Amazônia e outros locais com carência de servidores, com benefícios concretos (indenização de remoção, gratificações, FG ou redução de tempo de aposentadoria)
5	Estabelecer FCE, FGE e gratificações com valores mais altos para Amazônia e locais de difíceis lotações
6	Melhorar condições de trabalho em campo (atendimento em caso de acidentes, internet móvel, etc)
7	Prever e/ou regulamentar adicional de insalubridade, gratificação de risco (estabelecido como 20% do salário máximo do analista ambiental para qualquer cargo que esteja exercendo atividades para as quais faça jus), adicional de fronteira/interiorização e de periculosidade efetivos e menos burocráticos e isonômicos Obs.: Atualizar proposta de gratificação de risco presente no Aviso Ministerial 52 (item 2.26)
8	Custeio integral de acidentes de trabalho pela instituição
9	Retorno dos exames periódicos de saúde, previstos em lei, para os servidores

10	Instituir acolhimento e acompanhamento institucional e por médico do trabalho aos servidores com doenças acometidas por motivos laborais
11	Realizar um Seminário para discussão de proposta da estrutura dos Órgãos
12	Transformar a ACADEBio em um Centro de formação para todos os órgãos do MMA (ACADEMMA)
13	Estabelecer programa de educação corporativa para a carreira como um todo, observando as especificidades de cada órgão e de seus setores
14	Revisar critérios de concessão de GQ, tendo como justificativa para revisão a inserção de cursos no âmbito da educação corporativa serem considerados na gratificação da qualificação de analistas e a inserção de GQ para todos os cargos da carreira, conforme consta na proposta de 2017
15	Retomar a proposta da extensão da GQ aos servidores do cargo auxiliar e aos demais que já se aposentaram antes da instituição da GQ e já tinham alcançado os critérios no momento da aposentadoria; Obs.: Utilizar redação da proposta encaminhada em 2017 (extensão da GQ aos aposentados e instituidores de pensão, p. 16), acrescendo a previsão para o cargo de auxiliar
16	Lutar pela criação de uma política de gestão de pessoas para todos os órgãos da carreira, contemplando a discussão sobre: a) controle eletrônico de frequência dada a especificidade dos órgãos e as atividades dos cargos da carreira; b) PGD; c) Horas extras (limite, pecúnia, prazo de compensação, banco de horas) d) Consideração de período de deslocamento como período de trabalho
17	Instituir/garantir a implementação/efetivação do PGD no SFB, pois ainda não existe;
18	Aumento percentual na Classe Especial (S) nos cargos de técnicos: 85% para SIII; 80% para SII; 75% para SI; mantido 70% para os demais;
19	Inserir o Art. 9-A na Lei 10410/2002: Será definido em instrumento próprio, para cada grupo de unidades organizacionais com atividades de gestão semelhantes, as tarefas a serem executadas por Analistas, Técnicos e Auxiliares
20	Criar alternativas, conforme previsto na lei 10.410/2002, para previsão de formações específicas nos concursos, considerando demandas existentes por profissionais específicos nas instituições.
21	Extensão aos técnicos na previsão de possibilidade de acumulação com o cargo de professor
22	Previsão legal, na lei da Carreira, de porte de armas para servidores que atuam na fiscalização
23	Estabelecer o percentual mínimo de Função Comissionada Ambiental – FCA (exercício privativo para os servidores ativos da carreira e do PECMA) para as unidades descentralizadas (presente na proposta de 2015 e 2017)
24	Aumentar o quantitativo de funções comissionadas ambientais
25	Aprovar todas as propostas de 2017, que não sejam conflitantes com as propostas aprovadas neste Congresso.

Prioridades para o período de outubro/24 a junho/2

Coluna1	Pauta
	Espelhamento CEMA x PECMA
	Participação na COP-30
	Ação no Plano Clima
	Debater o Regimento Interno do Ibama
Estrutura da Carreira	Instituição da GAR
	Inclusão na Lei 12855 (fronteira)
	Inclusão da periculosidade e insalubridade na Lei 10410
	Organizar a estrutura decisória da Nacional
	Realização de Assembleia Nacional
	Combate à terceirização nas sobreposições com a Carreira
	Questionamento jurídico da Ascema sobre P&I - obrigação de fazer
	Diálogo com outras Carreiras
	Formação política dos servidores
	Aprovação da Convenção 151
	Reforma Administrativa
	Regularidade das filiadas frente o Estatuto da Nacional
	Estudo para reforma da Carreira
	Aprovação da PEC 13/22 (Ibama e ICMBio como órgãos de Estado)
	Porte de arma (PL 2326/22)
	Campanha de filiação
	Seminário Nacional (item 15)
	Investir em publicidade
	Estudo de viabilidade para criação de intranet da Ascema Nacional
	Regulamentação da GECC
	Nomenclatura dos cargos
	Aumento do valor da Gratificação para NI que tenham graduação
Plano de lutas	
	Igualar critério para cobrança de mensalidades das filiadas
	Rever a estrutura associativa da Nacional
	Pleitear assento em todos os conselhos da gestão
	Paridade ativo x aposentado
	Questionar DAS dos NGI
	Priorizar lutas relacionadas à mudança climática
	Decisões da ADM debatidas com os servidores

5

Encaminhamento
Buscar Termo Aditivo
Conselho de Entidades
Conselho de Entidades
GT Específico Ibama
GT Mesa Temporária
GT Mesa Temporária
GT Mesa Temporária
GT Regimento Interno
GT Regimento Interno
Luta jurídica/política
Luta jurídica/política
Política permanente
Política permanente
TV Ascema
TV Ascema
Encaminhamento interno
Conselho de Entidades
Articulação no Parlamento
Articulação no Parlamento
Encaminhamento interno
Encaminhamento interno/Conselho de Entidades
Encaminhamento interno
Conselho de Entidades
GT Específico/Mesa permanente
Indicação para o Congresso
Indicação para o Congresso
Indicação para o Congresso
Indicação para o Congresso
Indicação para o Congresso
Luta geral - Condsef
Política permanente
Política permanente
Política permanente

Entregou documentação
CE
SP/PR
PB
RJ
AC
DF
MMA
RN